



REVISTA

**Academia Tourense de Ciências,
Cultura e Política**

VOLUME II

Ano 2022

Presidente

Antonio Tenório Sobrinho Filho

Secretário-Geral

Flávio Patrício França da Silva

Diretora Financeira

Cláudia Laís Garcia de Souza

Diretora Administrativa

Brenna Thuanne Vieira de Assis Tenório

Diretor Cultural

Levi Rodrigues de Miranda

Diretor Científico

Igo Pedro de Lima

Diretor Político

Manuel Luiz do Nascimento

Presidente do Conselho Fiscal

Júlio José Silva Nascimento

Primeira-Secretária

Leide Jane Cruz Vieira

Segunda-Secretária

Samita Raquel de Lima Bezerra

Primeiro-Suplente

Amaury Felipe de Oliveira

Segundo-Suplente

Luiz Cláudio Penha da Silva

Comissão Editorial:

Antonio Tenório Sobrinho Filho

Brenna Thuanne Vieira de Assis Tenório

Flávio Patrício França da Silva

Hudson Bento de Almeida

EDITORIAL

“Touros meu berço querido,
Terra santa de meus pais,
Não me deixes esquecido,
Touros meu berço querido,
Escutai meus tristes ais”.

(ODE A TOUROS, JOSÉ PORTO FILHO)

A Revista da Academia Tourense de Ciências, Cultura e Política, no momento em que apresenta à sociedade – em especial aos cidadãos tourenses e *matograndenses* – o seu segundo volume, reunindo trabalhos intelectuais de seus membros associados, reforça ainda mais o compromisso institucional da Academia Tourense com o desenvolvimento do conhecimento científico, histórico-cultural, artístico e político do município de Touros e da região do Mato Grande.

O reforço constante a respeito de questões identitárias, bem como a busca incansável pelo conhecimento - e sua conseqüente difusão - constituem-se como armas importantíssimas nesse processo de “virada” intelectual no qual estamos atravessando. Munidos de um forte sentimento de pertencimento em relação aos seus antepassados e às raízes de nossa região, nossos acadêmicos têm se esforçado na busca pelo fortalecimento de pesquisas e execução de ações que certamente trarão resultados significativos para nosso povo, história e memória.

Nesta edição, a Revista da Academia Tourense reúne trabalhos intelectuais que refletem o passado e seus desdobramentos no presente, além de convidar os leitores para uma profunda reflexão sobre questões inerentes ao nosso cotidiano que poderão influenciar nosso futuro próximo. Outrossim, esperamos que o conteúdo desta edição possa contribuir com o sistema educacional de nosso município, seja ele público ou privado. Desejamos que nossas reflexões sobre Touros e região do Mato Grande possam ser cada vez mais divulgadas, discutidas, difundidas e disseminadas entre alunos, professores, pesquisadores e comunidade em geral.

O combate ao esquecimento e ao descompromisso com nossos valores, nossa cultura, nossa história e nossas raízes deve ser travado também no âmbito intelectual. Que os sentimentos de pertencimento, honra e orgulho por sermos filhos deste pedaço de chão nos iluminem e inspirem a cada novo projeto, ação e atividade. Que sejamos e façamos a diferença em nossa sociedade.

Antonio Tenório Sobrinho Filho

Presidente da Academia Tourense de Ciências, Cultura e Política

Touros-RN, 21 de dezembro de 2021.

SUMÁRIO

5 Os primeiros donos de terras na região do Mato Grande (1605 a 1819)

Antonio Tenório

32 Qual o sentido de um projeto de colonização? Vila Assis Chateaubriand - “um sonho que deu certo”

Audna Lima

41 Sob a ótica dos empreendedores tourenses: uma breve análise dos ambientes internos e externos

Brenna Thuanne Tenório

53 Análise do mercado de trabalho formal, emprego e renda na região do Mato Grande, com ênfase nos dados do município de Touros/RN

Flávio Patrício França

72 Uma breve análise da importância da previdência social na cidade de Touros

Hudson Bento

76 “*Made in Cajueiro*” - a produção artesanal local como resistência a economia globalizada

Levi Miranda

88 Nem só de caos constituiu-se a pandemia

Lucineide Santana

97 Poetas tourenses de um passado recente (José Porto Filho, Luís Patriota e Francisco De Brito)

Luiz Penha

109 *Brasiliae*: quando Touros presenciou a maior batalha naval nas águas do Rio Grande [do Norte]

Pedro Pinheiro

127 Aspectos culturais do distrito de Boqueirão (Touros-RN)

Talia Cristina Ferreira

OS PRIMEIROS DONOS DE TERRAS NA REGIÃO DO MATO GRANDE (1605 A 1819)

Antonio Tenório Sobrinho Filho
Mestre em Musicologia (UFPB)

INTRODUÇÃO

A posse jurídica de terras ao longo da história do nosso país esteve associada a ideia de poder. Os donos de grandes extensões de terras eram, conseqüentemente, homens de poder tanto econômico quanto político. Ainda hoje, possuímos reflexos dessas concepções em nossa região, como exemplo, temos grandes empresários com vastas quantidades de terras ocupando lugares de destaques na mente da população local, bem como ocupando cargos públicos eletivos. A posse de grandes porções de terras remete-nos ao poder econômico, ao prestígio e a todos os tipos de benefícios que a partir desse fato pode vir a conceder aos seus respectivos “donos de terras”.

Este breve trabalho permitirá reflexões mútuas a respeito do processo de povoamento da região do Mato Grande - apresentando os instrumentos legais que a Coroa portuguesa utilizou para essa finalidade (Cartas de Sesmarias) -; conhecer alguns termos utilizados para denominar os diversos lugares que atualmente compõem os inúmeros municípios *matograndenses*; além de possibilitar o conhecimento acerca dos perfis e interesses de alguns dos primeiros colonizadores da região em estudo. Como consequência, o levantamento feito de forma minuciosa que trata sobre os primeiros “donos de terras” da região em destaque servirá de base para futuras pesquisas e consultas diversas que envolvam a temática em análise.

Alerta-se para a utilização do título deste artigo: “Os primeiros donos de terra da região do mato grande (1605-1819)”. Torna-se imprescindível ressaltar que estamos tratando de colonizadores brancos e - em sua maioria - europeus (português) e seus descendentes. O termo “primeiro” se restringe a relação desses colonizadores com a Coroa portuguesa, tendo em vista que os povos indígenas habitavam essas paragens desde tempos imemoriais.

Para fins deste trabalho, entendemos a região do Mato Grande sob seu aspecto histórico, ou seja, um recorte espacial-geográfico historicamente construído. Tal região teve como “cabeça” a atual cidade de Touros, com seu proeminente porto marítimo e sua privilegiada posição geográfica. A partir de Touros foram se desmembrando outros

municípios que atualmente consideramos como sendo integrantes da região do Mato Grande, são eles: Maxaranguape, Rio do Fogo, Touros, São Miguel do Gostoso, Pedra Grande, São Bento do Norte, Caiçara do Norte, Galinhos, Guamaré, Parazinho, Jandaíra, João Câmara, Pedra Grande, Poço Branco, Taipu e Pureza.

Embasamos essa perspectiva histórica por meio do processo de divisão da Freguesia de Estremoz e a consequente criação da Freguesia de Touros. A respeito desse processo, vejamos especificamente um pouco mais sobre os argumentos utilizados pelos políticos da época para definirem esse novo recorte espacial, político e religioso. Nilson Patriota (2000) transcreveu alguns dos documentos existentes no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) que tratam sobre esse processo. Vejamos a seguir a justificativa do Juiz de Paz do Distrito de Touros, Joaquim Xavier Vellozo, datada de 14 de fevereiro de 1832: “Contém a divisão desta Capela, de leste a oeste, 31 léguas, principiando da Barra do Maxaranguape até o Pontal de Guamaré; e de norte ao sul, 10 léguas, principiando da pancada do mar até o Riacho Seco” (p. 277).

Outros argumentos que contribuíram para a definição da região em destaque foram apresentados pelo Conselheiro Leonardo Bezerra Cavalcante, por meio de uma emenda apresentada em 15 de fevereiro de 1832:

Que seja a sua divisão pelo Rio Maxaranguape até Carnaubinha, que é a sua nascença, e daí, procurando em linha reta o Riacho Seco, continue por ele até encontrar o Rio Ceará-Mirim, e por este acima até a Fazenda Lajes, onde finda a freguesia, ficando a parte leste, e norte, para a nova freguesia; sul e oeste para a atual (PATRIOTA, 2000, p. 275-276).

Finalmente, por meio da Lei de 21 de fevereiro de 1832, foi aprovado o projeto de divisão da Freguesia de Estremoz pelo Conselho de Governo, tendo sido a nova freguesia confirmada por meio da Lei Geral de 5 de setembro de 1832. A região da nova freguesia é elevada à categoria de vila em 11 de abril de 1833, por meio do Conselho Provincial. A seguir, mediante consulta prévia em Patriota (2000, p. 276), transcrevemos o texto do referido diploma legal de 21 de fevereiro de 1832:

Art. 1º - Que a Freguesia da Vila de Estremoz seja dividida em duas, uma, a mesma, e a outra na Povoação do Porto dos Touros.

Art. 2º - Que seja a divisão delas pelo Rio Maxaranguape, principiando da pancada do mar, seguindo pelo mesmo rio acima até Carnaubinha, que é sua nascença, e dali procurando em linha reta o Riacho Seco, continue até a Fazenda Lajes, ficando a parte de

leste, e norte, para a nova freguesia; e sul e oeste para a atual. Apraz que os párocos da nova freguesia recebam os mesmos direitos paroquiais que recebiam os da outra.

Art. 3º e último – Que a freguesia seja criada com a denominação de Freguesia do Senhor Bom Jesus dos Navegantes do Porto dos Touros, e a igreja ali existente seja sua Matriz, e a freguesia atual se conserve com o antigo título de Nossa Senhora dos Prazeres e São Miguel e a Matriz que já existe.

Tendo justificado e estabelecido os limites da região do Mato Grande, será apresentada a relação das cartas de sesmarias concedidas ao longo dos séculos XVII até início do XIX na referida região por parte do Império português.

CICLOS DE CONCESSÕES DE TERRAS NA REGIÃO DO MATO GRANDE

Nosso país herdou do seu período colonial algumas práticas de concentração de terras visíveis até hoje, tendo em vista ainda possuímos diversos problemas relacionados à distribuição de terras. Em consonância com a política de transferência de propriedade do domínio público para o privado, “o período Sesmarial (1530 a 1850) caracterizou-se pela concessão de grandes extensões de solos aos pleiteadores de propriedades no novo território de colonização português” (ARAÚJO JÚNIOR, 2019, p. 80 *Apud* ALCANTARA FILHO; FONTES, 2009, p. 63).

Como forma de concessão legal do direito da posse de terras, a Coroa portuguesa utilizava-se das cartas de sesmarias. Citando Carmen Alveal (2015), o historiador Pedro Pinheiro (ARAÚJO JÚNIOR 2019, p. 34) destaca que “esses documentos são frutos do sistema de sesmarias, oriundos do processo de colonização e interiorização da América portuguesa, sendo estes utilizados como forma principal de distribuição de terras”. Segundo a historiadora supra, “tal sistema, pensado para resolver problemas de abastecimento em Portugal em 1375 e utilizado na colonização do Atlântico, teve que ser aperfeiçoado à medida que novas situações eram apresentadas no decorrer da ocupação territorial” (ALVEAL, 2015, p. 249).

Após essa breve conceituação a respeito do sistema de doação de terras conhecido como “sesmarias”, importa destacar as fontes desta pesquisa, enfatizando a contribuição que este trabalho almeja conceder para futuras pesquisas sobre a temática em questão.

Todos os dados relacionados com as cartas de sesmarias utilizados neste breve trabalho encontram-se disponíveis para consulta na Plataforma Sesmarias do Império Luso-Brasileiro (S.I.L.B). Um dos objetivos desta Plataforma virtual é o de facilitar o

acesso às informações de uma quantidade expressiva de cartas de sesmarias concedidas na e para a América portuguesa. O acesso a dita Plataforma foi feito durante o mês de novembro de 2021, disponível em: <http://www.silb.cchla.ufrn.br/>.

Neste tópico, além de disponibilizar uma relação contendo 42 sesmarias que se situam na região do Mato Grande, pretendemos também realizar uma revisão, atualização e ampliação dos trabalhos de Araújo Júnior (2019, p. 130-131) e Nilson Patriota (2000, p. 211-213), especificamente no tocante às datas de terras discutidas por esses autores em seus respectivos trabalhos.

Outrossim, almejamos que os dados organizados e esquematizados nesta pesquisa possam servir como suporte para futuras consultas e pesquisas que envolvam temáticas relacionadas com a posse de terras no recorte espacial em destaque.

Através de pesquisa realizada por meio da Plataforma S.I.L.B., identificamos um total de 42 cartas de sesmarias situadas na região do Mato Grande. Sabe-se que alguns desses sesmeiros nem chegaram a ocupar efetivamente essas terras doadas. Ainda, possuímos algumas lacunas e limitações a respeito desta temática, dentre elas a dificuldade de acesso na íntegra a esses documentos. Pouco se sabe a respeito desses sesmeiros, no entanto, este trabalho possibilitará compreender e lançar luz sobre novas hipóteses e perspectivas envolvendo esses “donos de terras”.

Diante disso, dividimos o período que se inicia em **1605** (data da primeira concessão de terra na região em estudo) e termina em **1819** (ano de doações das últimas cartas de sesmarias - concedidas na região do Mato Grande - ocorridas antes do Período Imperial) em 04 (quatro) Ciclos de Concessões. Didaticamente, cada Ciclo de Concessão será justificado e explicitado após a apresentação de seu respectivo quadro que contém informações a respeito das cartas de sesmarias concedidas em cada ciclo.

Quadro 1 – Sesmeiros que solicitaram terras na região do Mato Grande no primeiro ciclo de concessões (1605-1609).

Data de concessão	Solicitante(s)	Localidade	Observações	Localidade atual no Rio Grande do Norte
08 FEV 1605	Nicolau Vazalim	Rio <i>Boixumunguape</i>	a. Media 1000 braças em quadra, com início na costa e sendo cortada ao meio pelo dito rio, ficando 500 braças para cada lado;	Maxaranguape.

			<p>b. Teve casa e rede de pesca;</p> <p>c. Quando da averiguação, em 1614, estava abandonada há três anos.</p>	
26 AGO 1608	Manuel de Abreu	<i>Pequitinga</i>	<p>a. Media duas léguas pela costa, tendo uma légua para o sertão;</p> <p>b. Não foi povoada por estar distante quinze léguas ao norte da cidade (Natal).</p>	Pititinga, distrito de Rio do Fogo.
07 JAN 1609	José do Porto	Rio <i>Huoçu</i>	<p>a. Concedida com uma légua em quadra no dito rio, ficando meia légua para cada lado e mais uma légua de largo para o sertão;</p> <p>b. Não fez benfeitorias, tendo em vista ficar cerca de vinte léguas da cidade do Natal;</p> <p>c. Concedida apenas para criação de gado.</p>	Touros.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor através da Plataforma S.I.L.B.

O primeiro Ciclo de Concessão de sesmarias na região do Mato Grande possui apenas 03 (três) cartas de doações de terras. Utilizou-se como referência temporal o período de doação de terra anterior ao período da dominação holandesa no nordeste do Brasil (1630-1654).

Quadro 2 – Sesmeiros que solicitaram terras na região do Mato Grande no segundo ciclo de concessões (1666-1719).

Data de concessão	Solicitante(s)	Localidade	Observações	Localidade atual no Rio Grande do Norte
24 JUN 1666	João Fernandes Vieira	Rio Ceará Mirim	<p>a. O requerente alegou ter servido ao rei por trinta anos, além de possuir 16 engenhos de açúcar;</p> <p>b. A data de terra iniciava-se no dito rio, começando da última</p>	Região compreendida entre o município de Ceará Mirim até a praia de Touros.

			sesmaria que se achar na costa, até o porto de Touros; c. Infelizmente, não foi possível verificar informações sobre os limites dessa sesmaria.	
20 NOV 1668	João Fernandes Vieira	Rio Ceará Mirim	a. Solicitou cinco léguas em quadra de comprimento e largura, do dito rio até o Porto de Touros, do norte para o sertão e no sertão de leste a oeste; b. Participou da guerra contra os holandeses; c. Pretendia aumentar a povoação.	Região compreendida entre o município de Ceará Mirim até a praia de Touros.
26 MAR 1677	João de Castro Cardoso (Fragoso); José Coelho de Barros; Francisco de Almeida Vena	Água Maré	a. Os suplicantes requereram quatro léguas de comprimento e dez léguas de largura, iniciando em Guamaré, ao norte, até o sertão, ao sul; b. João de Castro Cardoso (Fragoso) aparece como capitão; c. Francisco de Almeida Vena é citado como administrador dos gentios no Rio Grande.	Guamaré.
05 ABR 1678	João de Castro Cardoso (Fragoso); José Coelho de Barros; Francisco de Almeida Vena	Capitania do Rio Grande	a. A sesmaria localizava-se na capitania do Rio Grande, ao norte com o rio Água Maré, ao sul com a enseada; b. Os sesmeiros solicitaram uma sesmaria de quatro léguas de largura por dez de comprimento, mas receberam, cada um, uma légua em quadra.	Próxima a Guamaré.
09 MAI 1706	Estevão Velho de Moura; Manuel da Costa Barros; João Martins; João Ferreira de Melo; Domingos	Rio do Fogo	a. Uma légua na costa e duas de fundo para o sertão do rio do Fogo; b. Os suplicantes pediam as terras que pertenciam a João Fernandes Vieira.	Rio do Fogo.

	de Mendonça; Francisco da Costa Travassos; Antonio Lopes de Lisboa e Martins			
03 AGO 1706	José Freire e Manuel Pinheiro Teixeira	Riacho Manari	<p>a. As terras requeridas encontravam-se entre as serras do Catolé e Mãe d'água, local onde se formava um rio chamado Manari;</p> <p>b. Confrontava-se com as terras de João Malheiro e Antonio Velho de Brito;</p> <p>c. As ditas terras serviam de “esconderijo” para os índios que habitavam a região;</p> <p>d. Justificou pedido de isenção de pensão e de foro tendo em vista o risco de vida de seus familiares e o dispêndio com fazendas, pois os índios (gentio) habitavam as ditas terras.</p>	Catolé (?), distrito de Pureza.
22 NOV 1709	Manuel Rodrigues Coelho	Taipu	<p>a. As terras requeridas tinham como ponto central o rio Taipu, uma légua e meia partindo do rio na direção leste, uma légua e meia partindo do rio em direção oeste, meia légua ao sul e meia légua ao norte.</p>	Taipu.
25 MAI 1711	Domingos Carvalho da Silva	Rio do Porto do Touro	<p>a. Não consta a data exata da doação da dita sesmaria, apenas a data do requerimento;</p> <p>b. O suplicante alegou que em 1711 morava há cerca de quinze anos nas terras solicitadas;</p> <p>c. A dita terra havia sido comprada a Domingos da Silva Valcácer, que recebeu a concessão da mesma trinta anos antes (1681);</p>	Touros.

			d. Limites eram “léguas” correndo pela costa do rio do Poro do Touro, uma légua e meia correndo para Carnaúbas e mais meia légua para a parte do rio do Fogo;	
24 MAI 1713	Francisco da Costa Barbosa	Sítio Pititinga	a. Ribeira do rio Punaú; b. Possuía limite de três léguas de terra que se iniciavam no rio Punaú até o rio Maxaranguape, e uma légua de terra para o sertão, que se iniciava na praia;	Pititinga, distrito de Rio do Fogo.
04 MAI 1717	Antonio Dias Pereira	Lagoa Assumirim	a. A terra iniciava-se na dita lagoa, assim chamada pelos índios locais, e desaguava na lagoa <i>Emboasica</i> , sendo esta última a nascente do rio do Porto do Touros.	Cana Brava (Pureza) e Boa Cica (Touros).
02 JAN 1719	Estevão Alves Bezerra	Rio Maxaranguape	a. As terras requeridas localizavam-se na barra de um riacho, que desaguava no rio Maxaranguape; b. Tinha como confrontante, as terras de Francisco Pinheiro Teixeira (não localizado na pesquisa).	Maxaranguape.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor através da Plataforma S.I.L.B.

O segundo Ciclo de Concessões de sesmarias na região do Mato Grande situa-se entre o período pós dominação holandesa no nordeste brasileiro (1630-1654) e se encerra com o fim da chamada “Guerra dos Bárbaros” (1650-1720). O movimento histórico denominado “Guerra dos Bárbaros” ocorreu principalmente nas capitâneas do atual nordeste brasileiro, tendo destaque para os conflitos existentes na capitania do Rio Grande. Inúmeros indígenas padeceram diante das forças militares a serviço da Coroa portuguesa. Um autor sumário a respeito desse período é Pedro Puntoni (2000), tratando com maestria sobre esse período na sua obra “A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720”.

Quadro 3 – Sesmeiros que solicitaram terras na região do Mato Grande no terceiro ciclo de concessões (1739-1797).

Data de concessão	Solicitante(s)	Localidade	Observações	Localidade atual no Rio Grande do Norte
01 NOV 1739	Manuel Pinheiro Teixeira	Lagoa do Junco	<p>a. A terra requerida iniciava-se em um riacho que nascia na lagoa do Junco, seguindo o curso do rio Maxaranguape, entre as terras carnaubinha e as de João Ferreira de Amaro (não identificado na pesquisa);</p> <p>b. O sesmeiro afirmou ser padre e pároco na Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, em Natal.</p>	Maxaranguape.
27 JUN 1742	João de Lima Ferraz	Rio Torrão da Terra	<p>a. As terras requeridas iniciam-se nas confrontações das terras de Pedro Gomes (não identificado na pesquisa), na paragem Mangue Seco, no rio Torrão da Terra. Três léguas de comprimento pela costa do mar e uma légua de largura que vai em direção ao sertão. Fazia parte da terra as pescarias localizadas no "sertão".</p>	Possível região de Guamaré.
27 JUN 1742	João de Lima Ferraz	Rio Taboão	<p>a. As terras requeridas iniciam-se nas confrontações das terras de Pedro Gomes (não identificado na pesquisa), na paragem Mangue Seco, englobando parte da barreira do rio Taboão, sendo três léguas de terra de comprimento pela costa do mar e uma légua de largura para o sertão.</p>	Possível região de Guamaré.
16 AGO 1744	Antonio Gomes da Silveira	Praia de Caiçara	<p>a. A sesmaria requerida situava-se nos limites das praias de Caiçara, Cotia,</p>	Caiçara do Norte.

			<p>Carnaúba e se estendia até o rio Ceará-mirim, no caminho da travessia;</p> <p>b. Fazia limite com as terras dos filhos do tenente Francisco de Souza Catenda e de Maria da Cruz (ambos não encontrados na pesquisa);</p> <p>c. Determinou-se não prejudicar léguas dos índios da aldeia.</p>	
10 FEV 1745	Caetano Machado Barreto	Rio Punaú	<p>a. As terras requeridas localizavam-se ao norte do dito rio, confrontando-se com o sítio do mesmo suplicante e com alguns alagadiços, nos quais desaguam três riachos;</p> <p>b. Determinou-se não prejudicar léguas dos índios da aldeia;</p> <p>c. O dito sesmeiro aparece como pai de João José Machado e ocupante do cargo de sargento-mor.</p>	Punaú, distrito de Rio do Fogo.
02 SET 1746	João Fernandes de Araújo	Rio Punaú	<p>a. O referido sesmeiro alegou que já ocupava a dita terra e que as mesmas eram devolutas;</p> <p>b. Requereu três léguas de comprimento e uma de largura, indo da foz do rio Punaú para o sul, com três léguas de comprimento em direção à praia e uma de largura para o sertão;</p> <p>c. Alegou ter comprado a terra de Francisco da Costa Barbosa, por esta se encontrar abandonada;</p> <p>d. Afirmou que sua mulher havia comprado a dita terra por duas pescarias e que morava nela há mais de trinta anos (1716?)</p>	Punaú, distrito de Rio do Fogo.
09 JAN 1753	Caetano Machado Barreto	Rio Punaú	<p>a. A sesmaria requerida confrontava-se ao sul com</p>	Punaú, distrito de Rio do Fogo.

			<p>as terras do coronel João de Lima Ferraz;</p> <p>b. As terras também se confrontavam com os moradores do local chamado nasença da <i>Imboasica</i>;</p> <p>c. Determinou-se não prejudicar léguas dos índios da aldeia.</p> <p>d. O coronel João de Lima Ferraz era administrador das terras de Dona Maria da Conceição, no lugar chamado Golandim do Punaú.</p>	
27 OUT 1763	Antonio Teixeira Coelho	Sítio São José	<p>a. O referido suplicante alegou ter desconfiança de que alguém pretendia pedir as sobras de terras de seu sítio, por isso requereu as sobras para si;</p> <p>b. Requereu três léguas de comprimento por uma de largura das sobras de terras do seu sítio, chamado São José, indo do dito sítio, na Carnaúba, até o Porto do Touro;</p> <p>c. Determinou-se não prejudicar léguas dos índios da aldeia.</p>	São José, distrito de Touros.
04 AGO 1781	Antonio Manuel de Lira	Rios Punaú e Catolé	<p>a. O suplicante requereu três léguas de comprimento por uma de largura, nos rios Punaú e Catolé, seguindo na direção do rio Catolé acima até fazer fronteira com as terras de Luiz Machado Jacinto de Araújo (não identificado na pesquisa) e as de Manuel Leite;</p> <p>b. Determinou-se não prejudicar léguas dos índios da aldeia.</p>	Católé, distrito de Pureza.

19 SET 1782	João José Machado	Lagoa da <i>Imboacica</i>	<p>a. O suplicante requereu três léguas de comprimento e uma légua de largura na dita lagoa, ao norte sítio do Porto do Touro;</p> <p>b. Determinou-se não prejudicar léguas dos índios da aldeia;</p> <p>c. O sesmeiro aparece como filho de Caetano Machado Barreto.</p>	Boa Cica ou Boqueirão, ambos distritos de Touros.
07 JUN 1783	Antonio Teixeira Coelho	Lagoa da <i>Imboacica</i>	<p>a. O suplicante requereu três léguas de comprimento e uma légua de largura na dita lagoa, ficando o riacho <i>Canabraba</i> entre as terras requeridas e as terras de João José Machado, além de fazer fronteira a direita com a praia e a esquerda com o riacho e o sertão;</p> <p>b. Determinou-se não prejudicar léguas dos índios da aldeia;</p>	Possível região entre os seguintes distritos de Touros: Boa Cica, Boqueirão, Vila Assis, Meyne e Israel, Geral, Sousa, Cajueiro e Lagoa do Sal.
29 DEZ 1785	Manuel Leite	Rio Golandim	<p>a. As terras requeridas se encontravam às margens do rio Golandim e confrontavam-se ao norte com a terra de Luis Machado (não encontrado na pesquisa);</p> <p>b. Determinou-se não prejudicar léguas dos índios da aldeia;</p>	Possível região entre os distritos de Bebida Velha (Pureza) e Santa Luiza (Touros).
09 SET 1797	José Vieira de Melo	Serra Verde	<p>a. O suplicante requereu uma légua de largura da sesmaria de Jose (não identificado na pesquisa) para o riacho que deságua para os Buracos, em frente a Tabua do Reduto, e três léguas de comprimento para a Serra Verde;</p> <p>b. Determinou-se não prejudicar léguas dos índios da aldeia;</p>	Serra Verde, distrito de Touros.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor através da Plataforma S.I.L.B.

Em relação ao terceiro Ciclo de Concessões de sesmarias na região em estudo, utilizamos como referência temporal o período que se inicia com o fim da chamada “Guerra dos Bárbaros” (1650-1720) e se estende até o final do século XVIII.

Quadro 4 – Sesmeiros que solicitaram terras na região do Mato Grande no quarto ciclo de concessões (1802-1819).

Data de concessão	Solicitante(s)	Localidade	Observações	Localidade atual no Rio Grande do Norte
28 AGO 1802	Francisco Correa de Moraes e João Matias de Sousa	Porto de Touros	a. As terras requeridas encontravam-se entre o Porto de Touros e “Catinga”, estendendo-se desde a “Subida das Pedras” até a lagoa das Imbaceiras, ao leste; b. Determinou-se não prejudicar léguas dos índios da aldeia;	Touros.
19 JUL 1803	Timoteo José Lopes Teixeira	Riacho Seco	a. O suplicante requereu três léguas de comprimento no Riacho Seco, na fronteira da Carnaubinha, e para o sul confrontando com o sítio “Alberca” e para o norte com a sesmaria Pau Ferro; b. Determinou-se não prejudicar léguas dos índios da aldeia; c. O dito sesmeiro foi citado como genro de José Vieira de Melo.	Possível divisa entre João Câmara e Touros.
03 AGO 1804	José Vieira de Melo	Riacho Seco	a. As terras requeridas confrontavam-se com a sesmaria de Timoteo José Lopes Teixeira, genro do dito suplicante, e com o mar. Ao norte, as terras eram limitadas	Possível divisa entre João Câmara e Touros.

			pelo Riacho Seco e ao oeste, por uma serra; b. Determinou-se não prejudicar léguas dos índios da aldeia.	
23 MAR 1806	Leandro Rodrigues Braga	Rio Maxaranguape	a. O suplicante alegou ter comprado em 1796 meia légua de terra de José Joaquim Ferreira e sua mulher, Maria da Anunciação, a qual chamou de sítio Pau dos Ferros, mas que, para uma melhor validade das suas terras, precisaria de outra porção, a requerida na presente carta; b. Confrontante norte: Sesmaria de Francisco Fernandes de Carvalho e ao sul: Lagoa da Carnaubinha; c. Determinou-se não prejudicar léguas dos índios da aldeia.	Maxaranguape.
06 JUL 1808	Ana Teresa de Jesus	Praia de Santa Cruz	a. A suplicante alegou que as terras não serviam para plantações de lavouras, pois eram morros, servindo apenas para armações de pescarias; b. Pretendia fazer curral para peixe; c. Requereu três léguas de comprimento e uma légua de largura da praia de Santa Cruz, ao norte, até a ponta da barreira <i>Piracabu</i> , que fica ao sul; d. Após averiguação da sesmaria doada, ainda no século XVII a João Fernandes Vieira, o provedor da Fazenda Real, Manuel Ignácio Pereira do Lago, concedeu a dita sesmaria a suplicante.	Maracajaú, Maxaranguape.

			e. A suplicante era viúva de João Remígio da Silveira.	
09 MAR 1811	José Teotonio de Oliveira	Golandim	a. As terras solicitadas encontravam-se na Vila de Extremoz, confrontando-se a oeste com a Ilha de Cima, ao sul com a terra de Manuel Leite; b. Determinou-se não prejudicar léguas dos índios da aldeia.	Possível região do município de Pureza.
14 MAR 1811	Caetano José da Silva Antunes	Porto de Touros	a. As terras requeridas localizavam-se entre o rio Ceará-mirim e a praia, confrontando-se com as terras da viúva do falecido Manuel Dias de Assunção, com as de João Alvares (não identificado) e com a Serra Verde; b. Determinou-se não prejudicar léguas dos índios da aldeia.	Região da cidade de Touros.
14 MAI 1811	Caetano José de Sousa	Porto de Touros	a. A sesmaria encontrava-se entre o Porto de Touros e a Serra Verde; b. Confronte norte: falecido Manuel Dias de Assunção, ao sul e oeste: Serra Verde, ao leste: falecido João Alves; c. Determinou-se não prejudicar léguas dos índios da aldeia.	Possível localização entre distritos de Touros próximos à Serra Verde.
23 NOV 1814	Jacinto Lopes dos Reis	Riacho Torreão	a. O suplicante alegou que além de já ocupar a terra requerida, possuía algumas plantações no local; b. As terras requeridas encontravam-se nos arredores da Vila de Extremoz, estendiam-se em torno da serra do Torreão. Ao sul, confrontava-se com o Alto de Grossos e as	Possível região entre João Câmara e Touros.

			<p>margens do rio Ceara-Mirim. Ao leste, as terras fazem fronteira com as de Jose Vieira de Melo, sogro do suplicante, e ao oeste algumas terras do dito sogro, que não possuem justo título;</p> <p>c. O suplicante não tinha certeza se as terras requeridas possuíam algum dono, mas como não estava nem medida, povoada ou demarcada, assim como também não possuía nenhum justo título, ele se achou no direito de requerer a sesmarias.</p>	
04 DEZ 1815	<p>Bonifácio Cabral de Melo; Leandro Gomes de Miranda; Venancio Jose Rodrigues; Joaquina Maria da Transfiguração; Joaquim Alvares da Costa; Francisco Alvares da Costa; Capela de Nossa Senhora da Conceição de Guamaré;</p>	Mangue Seco	<p>a. Os suplicantes Bonifacio Cabral de Melo; Leandro Gomes de Miranda; Venancio Jose Rodrigues; Francisco Alvares da Costa e Joaquina Maria da Transfiguração sendo representados pelo procurador Joaquim Alvares da Costa e a Capela de Nossa Senhora da Conceição de Guamaré, representada pelo procurador Joao Francisco dos Santos, solicitaram as terras requeridas, que estavam demarcadas, para poder obter o título;</p> <p>b. Os suplicantes, Bonifácio Cabral de Melo, Leandro Gomes de Miranda, Venancio Jose Rodrigues, Francisco Alvares da Costa, Joaquina Maria da Transfiguração e a Capela de Nossa Senhora da Conceição de Guamaré requereram três</p>	Guamaré.

			<p>léguas de comprimento e uma légua de largura da Ponta da Água, seguindo pela costa do mar, de oeste para leste e do mar, ao norte, para o sertão ao sul;</p> <p>c. Determinou-se não prejudicar léguas dos índios da aldeia.</p>	
04 DEZ 1815	<p>Francisco Mousinho de Miranda; Leandro Gomes de Miranda; Antonio Gomes de Miranda; Getrudes Gomes; Ana Maria da Conceição; Isabel Maria da Conceição; Maria Roberta do Espirito Santo; Manuel Pereira do Vale; Delfino Pereira do Vale</p>	Mangue Seco	<p>a. Os suplicantes Francisco Mousinho de Miranda, Leandro Gomes de Oliveira, Antonio Gomes de Miranda, Gertrudes Gomes, Ana Maria da Conceição, Isabel Maria da Conceição, Maria Roberta do Espirito Santo, Manuel Pereira do Vale e Delfino Pereira do Vale solicitaram as terras requeridas para obter o título das terras;</p> <p>b. Os suplicantes Francisco Mousinho de Miranda, Leandro Gomes de Oliveira, Antonio Gomes de Miranda, Gertrudes Gomes, Ana Maria da Conceição, Isabel Maria da Conceição, Maria Roberta do Espirito Santo, Manuel Pereira do Vale e Delfino Pereira do Vale requereram três léguas de comprimento e uma légua de largura no Mangue Seco, indo para a Ponta da Água seguindo a Costa do Mar do leste para o oeste e da Costa do Mar do norte para o sertão ao sul;</p> <p>c. Determinou-se não prejudicar léguas dos índios da aldeia.</p>	Guamaré.

29 ABR 1816	Leandro Gomes de Miranda; Francisco Mousinho de Miranda e Antonio Gomes de Miranda	Mangue Seco	<p>a. Os suplicantes Leandro Gomes de Miranda, Francisco Mousinho de Miranda e Antonio Gomes de Miranda alegaram que requereram as terras para melhor acomodar o gado e que as terras nunca foram pedidas ou povoadas por nenhuma pessoa;</p> <p>b. Os suplicantes Leandro Gomes de Miranda, Francisco Mousinho de Miranda e Antonio Gomes de Miranda requereram três léguas de comprimento e uma légua de largura entre as terras do Mangue Seco, Riacho da <i>Umburana</i>, Riacho <i>Camurupim</i> e Cravo da marca da Cajarana, por trás das terras do Mangue Seco dos suplicantes, para o oeste;</p> <p>c. Determinou-se não prejudicar léguas dos índios da aldeia.</p>	Proximidades de Guamaré.
30 SET 1816	Jacinto João da Hora	Porto de Touros	<p>a. O suplicante, Jacinto Joao da Hora, solicitou as terras requeridas para melhor acomodar o gado;</p> <p>b. O suplicante, Jacinto Joao da Hora, requereu uma légua e meia de comprimento em torno do <i>Araraio</i> no Porto de Touros para o oeste pelas costas do sitio São José e uma légua e meia de comprimento para o leste pela costa do Porto de Touros e uma légua de largura para o sertão;</p> <p>c. Determinou-se não prejudicar léguas dos índios da aldeia.</p>	Proximidades da cidade de Touros.

02 JUN 1819	Domiciano José	Porto de Touros	<p>a. O suplicante requereu uma légua de comprimento e uma légua de largura fazendo fronteira com ao sul com as terras de Jose Vieira de Melo e ao norte com as terras do falecido Manuel Leite de Oliveira;</p> <p>b. Determinou-se não prejudicar léguas dos índios da aldeia.</p>	Possível região fronteira entre os municípios de Pureza, João Câmara e Touros.
19 JUN 1819	José Vieira de Melo Júnior	Porto de Touros	<p>a. A terra requerida foi descoberta pelo suplicante, Jose Vieira de Melo Junior, e seu pai, Jose Vieira de Melo, com custo de vida e deixando suas pegadas feitas a ferro e fogo. Como Domiciano José pretendia requerer as sobras contiguas a estas terras, o suplicante achando-se no direito da preferência, requereu as terras para si, o que foi concedido, sendo Domiciano Jose preterido;</p> <p>b. O suplicante, Jose Vieira de Melo Junior, requereu uma légua de largura e uma légua de comprimento iniciando na fronteira da sesmaria Riacho Seco, pertencente ao seu pai, Jose Vieira de Melo, até completar a légua ao sul;</p> <p>c. Determinou-se não prejudicar léguas dos índios da aldeia.</p>	Possível região fronteira entre os municípios de Pureza, João Câmara e Touros.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor através da Plataforma S.I.L.B.

O quarto e último Ciclo de Concessões de cartas de sesmarias doadas aos colonizadores da região do Mato Grande situa-se ao longo das duas décadas iniciais do oitocentos. Dentre as 42 cartas analisadas, o quarto Ciclo de Concessão possui 15 datas de terras, constituindo-se como o maior dentre os outros Ciclos.

NOMES DOS LUGARES: POSSÍVEIS JUSTIFICATIVAS

Ao longo da história da humanidade os diversos tipos de acidentes geográficos serviram para dar nome a localidades, povoamentos, vilas e outros tipos de agrupamentos humanos. Na região do Mato Grande não foi diferente. A seguir, apresentar-se-á alguns termos que possivelmente tiveram suas primeiras aparições oficiais nas cartas de sesmarias analisadas neste estudo, discutindo-se também as possíveis justificativas para as respectivas denominações.

Ainda na primeira década do século XVII, a sesmaria doada a Nicolau Vazalim, em 1605, situada no Rio Boixumunguape, daria origem a futura cidade de Maxaranguape, porta de entrada da região do Mato Grande, inclusive. Em 1608, a sesmaria doada a Manuel de Abreu, situada em Pequitinga, viria a dar nome ao distrito de Pititinga, município de Rio do Fogo. José do Porto recebeu uma carta de sesmaria na região do Rio Huoçu, termo nativo utilizado pelos indígenas para denominar o atual Rio Maceió, em Touros, no ano de 1609.

O termo do atual município de Guamaré surgiu pela primeira vez com a denominação de “Água Maré”, em data de sesmaria concedida aos seguintes colonos: João de Castro Cardoso (Fragoso), José Coelho de Barros e Francisco Almeida Vena. Tal sesmaria foi doada em 1677. Ao alvorecer do século XVIII, em 1706, surgiu o termo Rio do Fogo na carta de sesmaria concedida a Estevão Velho de Moura e demais colonos, constituindo-se como a primeira aparição oficial do termo que atualmente denomina a cidade de Rio do Fogo.

A sesmaria doada a Manuel Rodrigues Coelho, em 1709, situava-se na localidade chamada Taipu, origem primitiva da atual cidade de Taipu. Em 1711, a data de terra concedida a Domingos Carvalho da Silva localizava-se no Rio do Porto do Touro. Dessa forma, inicia-se a utilização oficial do termo “Porto do Touro” a partir dessa carta de sesmaria. No entanto, existe a possibilidade de que tenha sido utilizado antes por outras fontes, como os cartógrafos holandeses/franceses, etc. O termo “Porto” será comumente utilizado ao longo dos séculos XVIII e XIX, variando na utilização de seu complemento,

ou seja, “Porto dos Touros”, “de Touro”, “do Toiro”. Cabe estudo analítico futuro sobre essas variações toponímicas.

Antonio Dias Pereira recebeu uma carta de sesmaria na região dos atuais distritos de Cana Brava (Pureza) e Boa Cica, Carnaubal e Boqueirão (Touros), oficializada em 1717, com as seguintes denominações: *Lagoa Assu-Mirim* e *Emboasica*. Voltando ao litoral, verificou-se a concessão de uma sesmaria na região do atual município litorâneo de Caiçara do Norte, doada em favor de Antonio Gomes da Silveira, no ano de 1744, com o termo “Praia de Caiçara”.

O Rio Punaú foi utilizado como referência para a localização da carta de sesmaria concedida a Caetano Machado Barreto, em 1745, constituindo-se como primeira aparição do termo que denomina o atual distrito de Punaú (Rio do Fogo). O Sítio São José foi utilizado como referência no ano de 1763, na data de terra concedida a Antonio Teixeira Coelho, possivelmente tal Sítio viria dar origem a denominação do atual distrito de São José (Touros). Podemos ainda conjecturar que a partir do sobrenome do dito sesmeiro, Antonio Teixeira Coelho, os nativos podem ter o utilizado para nomear a “Lagoa do Coelho”, em Cajueiro (Touros).

O Rio Catolé aparece como referência para nortear a carta de sesmaria doada a Antonio Manuel de Lima, em 1781, situando-se no atual distrito de Catolé (Pureza). Assim como o rio Golandim, utilizado para referenciar a localização da sesmaria doada a Manuel Leite, em 1785, também localizada na região do município de Pureza.

Serra Verde foi utilizada como referência para a localização da data de terra concedida a José Vieira de Melo, no ano de 1797, constituindo-se como mais um acidente geográfico que nomearia uma região específica de Touros na atualidade, Serra Verde. O termo Riacho Seco foi utilizado para referenciar a carta de sesmaria doada a Timóteo José Lopes Teixeira, em 1803, sendo um dos primeiros registros oficiais da denominação utilizada para nomear a região fronteira entre os municípios de Touros e João Câmara.

Por último, ainda na região do atual município de João Câmara, foi utilizada como referência para a localização da data de sesmaria concedida a Jacinto Lopes dos Reis, em 1814, o Riacho Torreão, provavelmente termo contemporâneo utilizado para a atual Serra do Torreão.

PERFIL DE ALGUNS DONOS DE TERRAS DA REGIÃO DO MATO GRANDE

Os primeiros colonizadores da região do Mato Grande contribuíram com o avanço do povoamento no interior da capitania do Rio Grande, bem como com o

desenvolvimento de atividades econômicas variadas. Dentre os setores econômicos que se destacaram nos dois primeiros séculos de povoamento, destacaram-se a criação de gados, a pesca e a lavoura.

Além disso, ao realizarmos uma breve análise sobre o perfil de alguns dos sesmeiros em destaque neste trabalho, percebemos a presença de patentes militares e até mesmo a ocupação de cargos políticos de prestígio no Senado da Câmara do Natal. A união da posse desses cargos/patentes somada a posse de grandes porções de terras contribuiu sobremaneira para a concepção de poder político, econômico e prestígio social em face desses “primeiros donos de terras” da região analisada.

O primeiro caso a ser comentado é o do sesmeiro Antônio Lopes Lisboa. De origem reinol, ou seja, tendo nascido em Portugal, Antônio Lisboa já possuía esse “fator diferenciador” desde seu nascimento, tendo em vista a latente distinção existente na colônia portuguesa entre os nascidos na colônia e os nascidos na metrópole. Sabe-se que Antônio Lopes ocupou o cargo de escrivão da Câmara do Natal entre 1679-1688 (LIRA, 2018, p. 284). Ainda no ano de 1676, o dito reinol aparece com a patente de capitão, dessa forma, unia-se os requisitos de prestígio social e poder político (LIRA, 2018, p. 174).

Outro sesmeiro *matograndense* que teve destaque no cenário político da capitania do Rio Grande foi João de Lima Ferraz. Segundo pesquisa realizada por Barbosa (2018, p. 91), o referido sesmeiro chegou a ocupar alguns cargos políticos no Senado da Câmara do Natal, “sendo procurador em 1727, vereador de barrete em 1732, vereador em 1738, conseguiu chegar de forma interina ao cargo de juiz ordinário em 1738, por motivo de doença dos que haviam sido eleitos para esse ano”. Em 1723, João de Lima aparece nos registros possuindo a patente de sargento-mor (BARBOSA, 2018, p. 162). Em 21 de novembro de 1732, seu nome é citado com a patente de coronel e “constava como sendo o vereador mais velho do Senado da Câmara do Natal” (LIRA, 2018, p. 68).

Observou-se também indícios da existência de algumas práticas utilizadas pelos sesmeiros para estarem próximos ao poder político, ainda que não ocupando cargos eletivos diretamente. Um exemplo prático diz respeito aos casos de laços familiares e parentais tão comuns no período colonial e que ainda insiste em permanecer nos dias de hoje – diga-se de passagem. No caso analisado, selecionamos o exemplo de Antônio Dias Pereira. Apesar de não identificarmos a presença dele no cenário político da capitania do Rio Grande, sabe-se que sua filha, Inácia Gomes Freire, era casada com o Juiz Ordinário do Senado da Câmara do Natal - o coronel Bonifácio da Rocha Vieira - cargo político bastante cobiçado e respeitado pelos “donos do poder” régio no ultramar. Certamente

como ainda ocorre atualmente, a íntima e forte ligação familiar de membros da sua família com políticos da Câmara do Natal permitiu a concessão de diversos benefícios a Antônio Dias Pereira e sua família. Esse sesmeiro foi casado com Maria Gomes Freire (LIRA, 2018, p. 305).

Consta nos registros coloniais a figura de outro sesmeiro que teve terras concedidas na região do Mato Grande, o capitão João Fernandes de Araújo. Além de possuir a patente de capitão, no ano de 1752, João Fernandes de Araújo foi dispensado do cargo de vereador do Senado da Câmara do Natal pelo ouvidor geral da Paraíba. Apesar de não sabermos as razões pelas quais levaram o referido sesmeiro a ser dispensado do cargo de vereador, importante destacar uma vez mais a presença da união dos seguintes requisitos: patente militar e cargo político (BARBOSA, 2018, p. 110).

O último caso a ser destacado neste breve texto diz respeito a figura da família “Pinheiro Teixeira”. Em 1739, um representante dessa família recebeu uma sesmaria na região do rio Maxaranguape, seu nome era Manuel Pinheiro Teixeira. Esse Manuel Teixeira aparece na documentação como sendo padre e pároco na Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, em Natal. A seguir, listamos alguns possíveis parentes desse sesmeiro *matograndense* que figuravam no cenário político da capitania do Rio Grande. Lira (2018) destaca que José Pinheiro Teixeira aparece ocupando o cargo de Almotacé em 1724 (p. 317) e como oficial da Câmara do Natal em 1738 (p. 253).

Ainda em 1724, sabe-se que o capitão José Pinheiro Teixeira da Cunha teve sua eleição para o posto de Almotacé revogada (LIRA, 2018, p. 318). Outro exemplo de um possível membro da família Pinheiro Teixeira ocupando importantes cargos no Senado da Câmara do Natal foi o de Francisco Pinheiro Teixeira, escrivão da respectiva Câmara em 1774 (LIRA, 2018, p. 60).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história política das cidades da região do Mato Grande nas últimas três décadas está repleta de vestígios de práticas da época colonial. Seja quando observamos casos explícitos de nepotismo (direto ou indireto), quando políticos indicam e priorizam familiares para ocuparem cargos da alta administração municipal, ou mesmo quando verificamos o patrimônio latifundiário de alguns de nossos políticos, as grandes extensões de terras em posse desses “donos” do poder político local constituem-se como uma das

mais alcalinas e transparentes demonstrações de práticas coloniais existente (e resistentes) na atualidade.

Com este trabalho, buscamos ampliar o entendimento sobre a região do Mato Grande no período colonial utilizando um conceito de delimitação territorial elaborado no Brasil Império (Freguesia e Vila de Touros). Esse exercício teórico nos possibilita uma compreensão mais profunda a respeito do processo de desenvolvimento e criação dos atuais municípios potiguares *matograndenses*.

Por outro lado, também foi possível vislumbrar o perfil de alguns dos primeiros colonizadores da região estudada. Pontuou-se a relação existente entre o perfil desses “donos do poder” com a posse de terras, patentes militares e cargos políticos, além de ligações parentais/familiares. Atualmente, ainda presenciamos esses atributos em políticos locais, onde a posse de grandes extensões de terras dá espaço no imaginário da população de que esses homens possuem poder político, econômico e prestígio social.

Finalmente, esperamos que os dados, informações e o conhecimento aqui produzido possam servir para futuras pesquisas de outros estudiosos que foquem na região do Mato Grande. Apesar das lacunas - existentes principalmente pela atual dificuldade de acesso na íntegra às cartas de sesmarias -, outras informações poderão surgir ao longo dos próximos anos, atualizando e aprimorando essas breves reflexões aqui apresentadas. Diante de tudo que foi apresentado, estamos convencidos de que a região em análise merece cada vez mais destaque na história do Rio Grande do Norte, levando em conta sua importância no processo de desenvolvimento regional e todas as demais potencialidades existentes no recorte espacial que vai desde Maxaranguape até Guamaré, passando por Touros, João Câmara e demais municípios *matograndenses*.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA FILHO, José Luiz; FONTES, Rosa Maria Oliveira. A Formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada*, Juiz de Fora, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2009.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. Seigniorial identities and conflicts: converting land into property in the Portuguese Atlantic world, 16th-18th. [*Identidades senhoriais e conflitos: convertendo terra em propriedade no mundo Atlântico português, Séculos XVI-XVIII*]. 354f. Tese (Doutorado em História) – Johns Hopkins University. 2007.

_____. Transformações na legislação sesmarial, processos de demarcação e manutenção de privilégios nas terras das Capitanias do Norte do Estado do Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 56, p. 247-263, jul.-dez. 2015.

ARAÚJO JÚNIOR, Pedro Pinheiro de. "Não é terra de préstimo e nunca foi povoada": a territorialização dos sertões do Cabo de São Roque. 184f. Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras em Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.

BARBOSA, Kleyson Bruno Chaves. A Câmara de Natal e os homens de conhecida nobreza: governança local na Capitania do Rio Grande (1720-1759). 322f. Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras em Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

LIRA, Abimael Esdras Carvalho de Moura. Um império de papel: um histórico do ofício de escrivão da Câmara do Natal (1613-1759). 385f. Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras em Artes, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

MELLO, Evaldo Cabral de. Imagens do Brasil holandês 1630-1654. *ARS* (São Paulo), 7 (13), 160-171. 2009.

PATRIOTA, Nilson. Touros: uma cidade do Brasil. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2000.

PUNTONI, Pedro. A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2000 (Estudos Históricos, 44).

QUAL O SENTIDO DE UM PROJETO DE COLONIZAÇÃO? VILA ASSIS CHATEAUBRIAND - “UM SONHO QUE DEU CERTO”

Audna Lima de Oliveira
Pós-graduada em Educação Infantil (FALC)

UM POUCO DA HISTÓRIA

Fotografia 1 – Entrada da Comunidade, via distrito de Boqueirão.



Fonte: Autora.

O distrito de Vila Assis foi criado nos anos 70, durante o governo do Sr José Cortez Pereira de Araújo, que governou o Rio Grande do Norte de 15 de março de 1971 a 15 de março de 1975, fazendo parte de um Projeto de reforma agrária denominado Projeto de Colonização da Lagoa do Boqueirão, o qual envolvia as três vilas, Vila Assis Chateaubriand, Vila Israel e Vila Mayne. A partir da divisão cartográfica que ocorreu no ano de 2004, cada uma das Vilas passou a ser distrito independente.

Vila Assis fica a mais ou menos 20 km da cidade de Touros, e entre 100 e 110 km da Capital Natal, dependendo de qual via de acesso utilizamos para chegar à cidade, sendo que todas as vias de acesso são de estradas carroçáveis. Temos várias estradas de acesso, podendo ser: via Geral/Vila Israel, via Boqueirão, via Boqueirão/Carnaubal, Via Boa Cica/Carnaubal, Via Boa Cica; isso vindo de Natal ou Touros; vindo de São Miguel do Gostoso, podemos vir pela Vila Mayne ou via Baixa do Quinquim. Sua localização permite fazer limite com mais 07 (sete) distritos do município, sendo assim localizado: ao Norte: Vila Israel, ao Sul: floresta (conhecido como Mata dos Pernambucanos) a Leste:

Boqueirão e Carnaubal, a Sudeste: Boa Cica, Sudoeste: Canudos, Oeste: Baixa do Quinquim, Noroeste: Vila Mayne.

A construção das moradias se deu no final dos anos 70 e início dos anos 80, tendo seus primeiros moradores chegado aqui no ano de 1981. O primeiro colono a habitar essa comunidade foi o Sr João Agripino Damázio Torres, que aqui ficou até o seu falecimento no ano de 1999.

No início da colonização Vila Assis recebeu imigrantes de várias partes do Rio Grande do Norte, cidades como Felipe Guerra, que concentrou tantos habitantes em uma única rua, que hoje a rua leva esse nome, apesar de nenhum dos colonos provenientes daquela cidade ter ficado aqui. Outros municípios como: João Câmara, Bento Fernandes, São Paulo do Potengi, Riachuelo, Angicos, dentre outros também ajudaram a habitar essa localidade.

POPULAÇÃO

Segundo dados e levantamento com a agente de saúde da comunidade Sr^a Eliane Nilo, em 29/11/2021, estatística exata da população que aqui vive, são 1.240 habitantes em 455 domicílios.

ECONOMIA (COMÉRCIO E PRODUÇÃO AGRÍCOLA)

Fotografia 2 – Coqueiral – primeira cultura de Vila Assis.



Fonte: Autora.

Em Vila Assis Chateaubriand, o início das atividades comerciais ocorreu em virtude formulação da comunidade no ano de 1981, quando o produto principal era o coco da Bahia e também produtos da agricultura de subsistência como a mandioca, batata, feijão, milho, dentre outros. Com a mandioca, produzia-se farinha e goma para comercialização, o excedente destinava-se para o consumo das famílias.

A produção e comercialização agrícola de Vila Assis é bastante diversificada, aqui se produz em nível comercial produtos como: batata doce, macaxeira, coco, banana, abacaxi, goiaba dentre outros.

O que nos falta é uma forma de valorização do produtor, uma forma de que seus produtos viessem a ser beneficiados ou comercializados sem a presença de atravessadores, que muitas vezes prejudica quem de fato produz.

A história agrícola de Vila Assis perpassa por diversas fases desde o princípio de sua formação no início dos anos 80, quando cada um dos seus 123 colonos (formação inicial da comunidade) recebeu um lote de terra de 25 hectares, dos quais 20 eram plantadas com a palmeira (cocos nucífera), o coco-da-bahia, enquanto as outros 05 hectares eram de mata nativa, que estavam destinadas a preservação ambiental. Tal preservação praticamente não existe nos dias atuais.

Na expansão das atividades agrícolas, os colonos inseriram em meio às palmeiras, vários tipos de cultivo, principalmente para consumo familiar, dentre eles: batata-doce, macaxeira, milho, feijão etc. enquanto nos quintais das casas que tinham um tamanho de (50x100 m) as pessoas geralmente optavam por plantar árvores frutíferas.

Em meados dos anos 90, a cultura que se destacou foi o cajueiro que ocupava espaços tanto nos quintais, quanto nos lotes. Nesse mesmo período a comunidade passou a receber muitos imigrantes do Estado da Paraíba, trazendo consigo outras culturas e costumes, dentre eles o cultivo do abacaxi, que se destacou por vários anos, porém com o passar dos tempos cultivo do abacaxi foi substituído por uma diversidade que outras culturas.

Hoje a diversificação agrícola é uma realidade da comunidade, onde a maior parte da produção é comercializada durante todo o ano, uma vez que existe uma grande quantidade de poços artesianos e a agricultura irrigada está presente em nosso cotidiano, o que faz a comunidade de Vila Assis se destacar em sua variedade na produção agrícola.

Os primeiros estabelecimentos comerciais fixos se chamavam de bodegas; aqui existiu duas bodegas nos primeiros anos a “bodega de um senhor que foi embora da comunidade ainda nos primeiros anos de colonização, era Senhor conhecido apenas como

Paulo baixeiro e a bodega do seu Luiz de Maroca. Ambos provenientes da comunidade vizinha, Boa Cica. O senhor Luiz Gonzaga de França, (Luiz de Maroca) veio a se destacar como político, anos posteriores, se elegendo vereador por cinco vezes consecutivas nos anos de 1988, 1992, 1996, 2000, e 2004 onde chegou a ser empossado em 1º de janeiro de 2005 e veio a falecer em 20 de janeiro do mesmo ano.

As bodegas eram pequenos armazéns onde se comercializavam produtos de primeira necessidade e artigos diversos. Acredita-se que em decorrência das limitações de ordem econômica e financeira, os armazéns vendiam as mercadorias à população de forma fracionada, uma vez que as condições econômicas da época acarretaram nesse condicionamento no âmbito do consumo local.

Hoje nossa comunidade conta com diversos pontos de comércio, sendo eles: lanchonete, mercadinho, loja de material de construção, loja de ração animal, além da comercialização da produção agrícola.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Fotografia 3 - Chafariz – primeira fonte de abastecimento de água.



Fonte: Autora.

No ano de 1981, quando começamos a povoar esta comunidade, foram 123 famílias de colonos assentados e a Vila Assis tinha como fonte de abastecimento um "chafariz" rodeado de torneiras, onde a água era puxada do subsolo através de uma bomba. As pessoas abasteciam suas casas transportando a água em uma roladeira feita de madeira com uma haste de ferro, que cheia suportava em torno de 150 litros de água. Era

um tempo muito sofrido onde, principalmente, as mulheres e crianças desempenhavam esse trabalho. Para as crianças era um serviço muito pesado, e eu sou testemunha disso. Com o passar dos anos, mais ou menos no início dos anos 90 nesse mesmo chafariz, "caixa d'água" foi adaptado um cano onde se abastecia tambores de 200 litros, já em cima de carroças carregadas por animais, esses animais eram bois, cavalos e até jumentos. Nesses tempos de águas transportadas por roladeiras e animais quase todas as residências tinham como reservatório de água um pequeno tanque de concreto que ficava localizado no banheiro da casa e como reservatório de água para consumo humano e de cozinha existia um pote de barro; as famílias mais abastadas possuíam filtro de barro, depois veio um projeto para a aquisição de filtros e toda a população passou a possuir seu próprio filtro e filtrar sua água.

Hoje o abastecimento de água da Vila Assis se dá através de 03 (três) poços semiartesaniais, com sistema de água encanada e é administrado pelo SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgotos). Antes da entrada do serviço do SAAE, por vezes ficávamos até 15 dias ou mais sem abastecimento de água, quando as bombas quebravam e a população se socorria de água da Lagoa do Boqueirão e da comunidade de Boa Cica, onde as pessoas iam pegar água em suas carroças para consumir e as mulheres iam lavar roupas na Lagoa. Atualmente, nosso sistema de fornecimento não dispõe de uma água de boa qualidade para consumo humano devido ser muito salobra, a maioria da população recebe água de carro pipa e abastece cisternas construídas em seus quintais, outra parte da população, em sua minoria, consome água mineral.

OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Em uma comunidade pequena e do interior não poderia ser diferente, e assim como no resto do mundo, os meios de comunicação se reinventam e avançam a cada dia. Na comunidade de Vila Assis já superamos muitos desafios em relação aos meios de comunicação.

No início dos anos 80, dos 123 colonos só duas famílias possuíam um aparelho de televisão em "preto e branco", e nessas casas muita gente se reunia para assistir as novelas, jogos de futebol e até o famoso Programa do Chacrinha.

Nos anos 90, na administração do prefeito Heriberto Ribeiro de Oliveira, foi construído uma pequena praça com bancos de concreto e colocado uma TV pública, onde os jovens assistiam principalmente jogos de futebol e filmes.

A comunicação com familiares e amigos distantes se dava por meio de cartas que algumas vezes que eram datilografadas, enviadas pelo correio ou até por alguém que ia fazer uma viagem, a ansiedade de esperar resposta de uma carta era enorme.

Quando tivemos acesso ao serviço telefônico era em posto da TELERN que ficava a mais ou menos 04 km de distância

Nos anos de 1999 e 2000, apenas duas famílias mais abastadas possuíam em casa um celular rural e no ano de 2001 chegou o serviço telefônico na comunidade com orelhões e telefones residenciais.

Hoje praticamente em quase todas as residências há pelo menos um aparelho celular (smartphone) com acesso à internet e faz utilização da rede social de mensagens instantâneas (WhatsApp) onde a maioria das pessoas participam de grupos da comunidade tais como: igrejas, escolas, mercadinhos, alerta sobre segurança, academia etc.

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Fotografia 4 – Iluminação Pública.



Fonte: Autora.

Desde o início da habitação, a comunidade de Vila Assis Chateaubriand, conta com iluminação pública por energia elétrica, administrada pela Cosern (Companhia Energética do Rio grande do Norte) e a iluminação na maioria das residências tinha ligação elétrica pelo extinto programa "Pau Amarelo", programa esse onde não havia

cobrança do consumo; a cobrança era somente uma taxa, mas só permitia uma tomada e três pontos de luz. Quando a Cosern foi privatizada em 1999, esse programa Pau Amarelo foi extinto; o que é atingiu cerca de 300 mil potiguares.

Hoje temos uma iluminação pública razoável e pagamos a CIP (contribuição de iluminação pública).

EDUCAÇÃO

Fotografia 5 – Escola Municipal Luiza Cirino da Silva – maior escola da comunidade.



Fonte: Autora.

O ano de 1982 tratou-se do primeiro ano de funcionamento da escola pública da comunidade que inicialmente chamava-se Escola Municipal do Projeto Boqueirão, tendo como público-alvo o ensino fundamental I, que na época atendia do primeiro a quarto série do ensino fundamental. Para atender a demanda, a escola funcionava nos turnos matutino, vespertino e noturno. Devido a evidente carência de profissionais na educação durante esse período, principalmente em uma pequena comunidade em desenvolvimento, pessoas com um pouco mais de conhecimento que a maioria que residia em Vila Assis

Chateaubriand, assumiam o papel de professor. Ler e escrever já eram de fato o necessário para que alguém fosse encaminhado para uma sala de aula e assumisse uma turma.

No ano de 1989, a escola passou a se chamar Escola Municipal Assis Chateaubriand, recebendo o nome da própria comunidade. Pouco tempo depois, em 1993, houve um Projeto de Lei de iniciativa do vereador Luiz Gonzaga de França propondo a mudança do nome da Escola para Luiza Cirino da Silva, uma moradora da comunidade que viveu seus últimos anos no distrito, mudando o nome da referida instituição para Escola Municipal Luiza Cirino da Silva, nome esse que permanece até hoje.

Pelo fato de que entre a 5ª até 8ª séries - que corresponde ao atual Ensino Fundamental anos finais - serem oferecidas apenas na cidade de Touros, a partir da (4ª série) quinto ano do ensino fundamental, era necessário deslocar-se cerca de 20 km para o centro da cidade, percurso que por sua vez era feito em caminhões pau-de-arara.

Dentre todas as dificuldades que apareciam, as vezes era necessário fazer esse percurso a pé devido a problemas que ocasionalmente aconteciam no transporte. A comunidade foi crescendo com o passar dos anos e a expansão da escola foi necessária quanto a estrutura física e aumento da oferta de ensino.

A partir dessa necessidade, essa escola passa a ampliar sua oferta de ensino no ano de 1992, passando a atender alunos de 5ª série e ampliando o quadro nos anos consecutivos, passando a atender até a 8ª série no ano de 1995. A Escola Municipal Luiza Cirino da Silva também passou a atender alunos de outros distritos localizados nas proximidades para o ensino fundamental anos finais, pessoas provenientes das Vilas Mayne e Israel. Neste ano de 2021, a escola conta com cerca de 260 alunos e sua capacidade ocupacional de cerca de 500 alunos.

Hoje a comunidade conta oficialmente com três escolas, sendo duas municipais e uma particular, são elas: Centro Educacional Sonho Meu (Particular); CEMEI Pequeno Davi (Municipal) e Escola Municipal Luiza Cirino da Silva (Municipal).

SOB A ÓTICA DOS EMPREENDEDORES TOURENSES: UMA BREVE ANÁLISE DOS AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS

Brenna Thuanne Vieira de Assis Tenório
Bacharela em Administração (UFSJ)

INTRODUÇÃO

O ato de empreender exige coragem e determinação, além de uma pitada de boas ideias que traga um diferencial para os produtos ou serviços ofertados. Com base nisso, compreendemos que a abertura de um novo negócio exige que o empreendedor utilize muitas habilidades.

Os negócios, geralmente, se iniciam com uma oportunidade de vender algo para os amigos e os mais próximos, como exemplo, a sua vizinha que vende bolo de pote. Ela enxergou no ambiente ao qual estava inserida a oportunidade de vender aquela sobremesa para depois do almoço.

As pequenas e as grandes organizações partem de um mesmo objetivo, obter um resultado que gere renda ou satisfação pessoal/coletiva. Dito isto, para Chiavenato (2004) muitos podem ser os objetivos almejados por uma organização: como a obtenção de lucros; o atendimento de necessidades espirituais; a geração de entretenimento, o desenvolvimento de arte e cultura, e entre muitos outros.

Segundo Dornelas (2008, p. 23), “o empreendedor é aquele que detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ela, assumindo riscos calculados”.

Dessa forma, empreender é também assumir riscos. Contudo, é possível diminuir e se preparar para enfrentar alguns possíveis eventos, para isso é necessário ter uma estratégia e um planejamento alinhado. Planejar é a primeira função da administração e fundamental para criação de um plano de negócio ou qualquer outro objetivo que desejarmos almejar.

Convém destacar que as organizações por definição são sistemas abertos e por isso sofrem influências dos ambientes onde estão inseridas. Por isso, é importante alinhar estratégia e planejamento aos objetivos para sobreviver nos ambientes que estão cada vez mais competitivos.

Este artigo tem por objetivo identificar o ambiente competitivo no município de Touros/RN, através de uma análise de fatores internos e externos. Para obtenção desses

dados foi realizada a aplicação de um questionário aos negócios locais, e através do mesmo foi possível identificar forças, fraquezas, ameaças e oportunidades ambientais no município que serão discutidas ao longo deste trabalho.

Esta pesquisa tem como estrutura inicial conceituar estratégia, planejamento e análise SWOT, posterior a isso será explicado como foi realizada a coleta de dados e o enquadramento jurídico dos participantes, ao final será feita algumas discussões sobre as características do estudo e por fim, as conclusões e referências do artigo.

ESTRATÉGIA

O conceito de estratégia teve sua criação/fundamentação nas corporações militares. Ela pode ser considerada um plano, um método ou mesmo um impulso para alcançar determinado objetivo. A estratégia é considerada o caminho pra chegar no resultado desejado, e alcançar uma vantagem competitiva.

Em consonância a isso Mintzberg (2007, p. 24) dispõe que a “estratégia pode ser considerada um plano - algum tipo de curso de ação conscientemente pretendido, uma diretriz (ou conjunto de diretrizes) para lidar com uma situação”.

Reforçando, dessa forma, que ser estratégico é lidar com eventos e ter em mente um caminho a percorrer. Se a estratégia é um curso de ação podemos considerá-la parte fundamental para traçar o planejamento de uma organização, pois através dela consideraremos onde queremos chegar, que recursos temos disponíveis e quem somos.

Outrossim, por haver tantas definições de estratégias podemos perceber que todas tendem ao mesmo pensamento, Porter disse que a “Estratégia é, em última análise, uma solução única que reflete suas circunstâncias particulares” (p. 36). Apesar de analisarmos o sucesso do outro e quisermos seguir o exemplo, a estratégia é particular e única, pois os recursos e os objetivos são diferentes de negócio para negócio.

Por fim, Porter (p. 6) define que “a essência da estratégia é optar por executar atividades de uma forma diferente das dos rivais”. E a partir disso podemos concluir que estratégia é caracterizada como o processo de diferenciação de produto ou serviço em um mercado competitivo.

Os concorrentes podem ser diferentes em vários aspectos, tanto na liderança em custo, ou no enfoque em apenas um produto/serviço, ou mesmo uma diferenciação no processo, no produto, na empresa e entre outros. Mas para Porter (p. 6), se não buscarmos

a diferenciação dos rivais “a estratégia é nada mais do que um slogan de marketing que não resiste à concorrência”.

PLANEJAMENTO

A palavra planejamento é bastante utilizada no dia a dia. Nas organizações ela é fundamental tanto no início quanto para as etapas futuras, planejamento está diretamente relacionado a um desempenho posterior, e exige conhecimentos e habilidades para torná-lo eficiente e eficaz.

O ato de planejar para muitos teóricos é o primeiro passo quando se tem um objetivo. Planejar é identificar quais são os recursos, o que quero fazer/vender e onde quero chegar.

Com isso, o planejamento pode ser de longo, médio ou curto prazo, essa escolha depende muito dos objetivos e resultados desejados. Para Chiavenato (2004, p. 14), planejar é a primeira etapa do processo administrativo, e “Graças ao planejamento, o administrador se orienta pelos objetivos visados e das ações necessárias para alcançá-los, baseando-se em algum método, plano ou lógica”.

Dessa maneira, o processo de planejar “define os objetivos para o futuro desempenho organizacional e decide sobre os recursos e tarefas necessários para alcançá-los adequadamente” (CHIAVENATO, 2004, p. 14).

O aprimoramento do planejamento é cíclico, pois em todo tempo ele estará sendo supervisionado e avaliado. Esse processo torna-se necessário tendo em vista que o sucesso das organizações está atrelado a visão de futuro desejada. Os primeiros passos organizacionais se baseiam em responder algumas perguntas: onde quero chegar? Quem eu sou? O que vou oferecer? De quem virá as matérias primas? Pra quem eu vou vender? Qual será o meu preço?

Todos esses questionamentos estão atrelados à estratégia do negócio, estando assim inteiramente relacionado ao planejamento. Por fim, o planejamento pode ser dividido em níveis: estratégico, tático ou operacional, assim separando as metas em categoria de prioridade a serem alcançadas. Considerando dessa forma, quais os aspectos que serão primordiais no desenvolvimento da organização, atribuindo a importância relacionada a cada atividade que será futuramente desempenhada.

ANÁLISE INTERNA E EXTERNA: O QUE É SWOT?

Como foi dito no tópico anterior o planejamento pode ser dividido em níveis, e um de seus níveis é o nível estratégico, onde tem-se uma ferramenta chamada de matriz SWOT.

O termo em inglês SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*) foi traduzido para o português como análise FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças).

Segundo Valim (et al), a matriz SWOT:

Permite sobre os vários aspectos organizacionais, visualizar a posição atual da empresa, geralmente relacionada aos fatores internos e também questões que dizem respeito a processos decisórios no que tange a antecipações de eventos que possam vir a ocorrer no futuro (p. 4).

Essa análise é uma ferramenta estratégica, sua utilização é fundamentada em compreender o ambiente interno e externo em que a empresa se encontra. Geralmente, é aplicada junto ao planejamento da organização, com ela é possível identificar as forças e fraquezas internas, e também para identificar as oportunidades e ameaças presentes no ambiente externo.

Através de estudos e pesquisas, as organizações foram identificadas como sistemas abertos, a teoria que defende esse ponto de vista é a teoria dos sistemas, para esses estudiosos as organizações são sistemas interligados e susceptíveis a influências externas.

As forças e fraquezas estão dentro das organizações. Sendo assim, profissionais capacitados, uma boa estratégia, recursos financeiros e entre muitas outras características podem ser consideradas forças das empresas. Já as fraquezas podem ser falta de treinamento, localização ruim, rotatividade dos funcionários e outras.

Em consonância, no ambiente externo tem-se as oportunidades e ameaças. As oportunidades podem ser concorrentes falidos, mercado consumidor demandando novos produtos/serviços, crescimento da economia local, políticas governamentais e entre outros. Contudo, também há ameaças no ambiente externo, como exemplo, dificuldade com fornecedores, alta de impostos, pouco incentivo governamental, e muitos concorrentes.

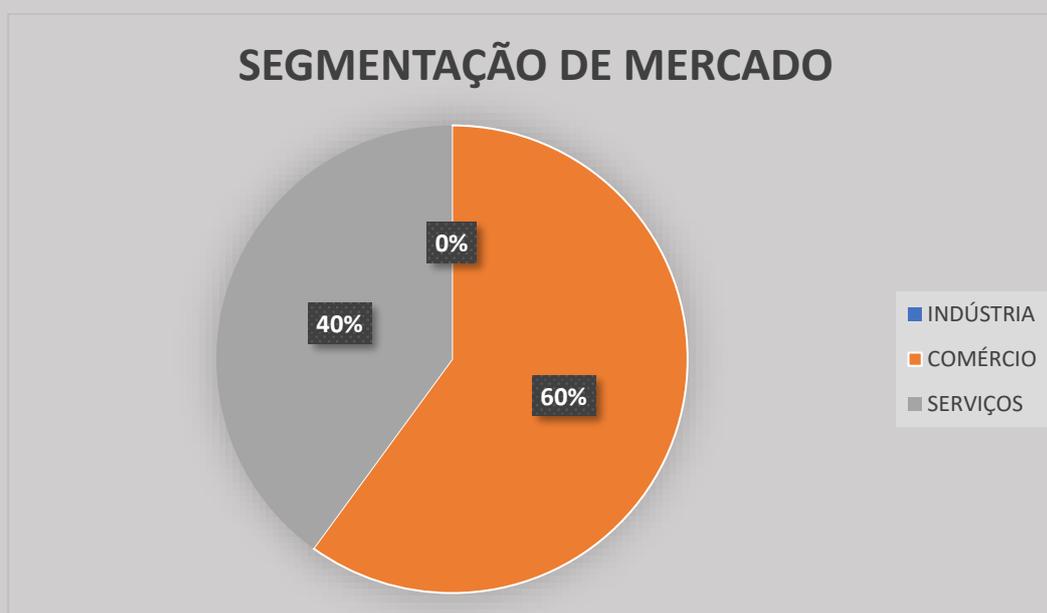
COLETA DE DADOS E ENQUADRAMENTO JURIDICO DOS PARTICIPANTES

O levantamento de dados foi realizado por meio de um formulário na plataforma *Google forms* com perguntas de múltipla escolha e campos para preenchimento livre. Os participantes foram escolhidos sob o critério de possuírem perfil em mídia social (*instagram*). Além disso, todos os perfis selecionados deveriam desempenhar suas atividades no município de Touros/RN. A amostra foi realizada com 10 (dez) participantes.

Depois da identificação dos participantes, os primeiros questionamentos foram para identificar o enquadramento dos mesmos e essa etapa é importante para entendermos algumas características das organizações, como seu tamanho, seu tempo no mercado, sua estrutura e quantidade de funcionários.

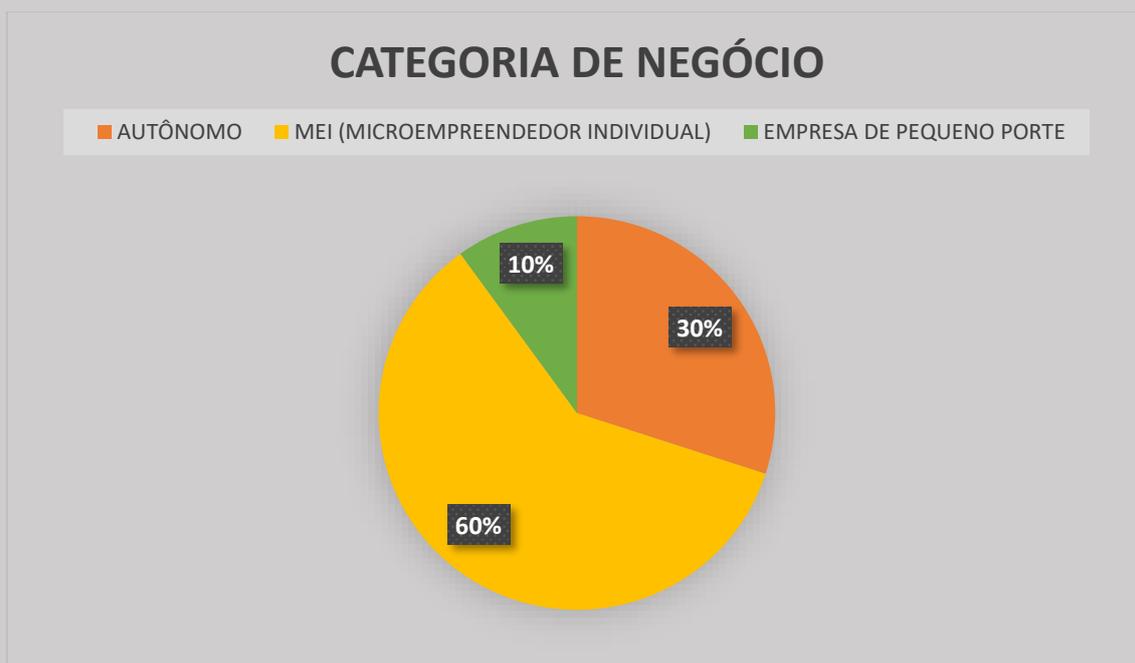
Primeiramente, buscamos identificar o segmento de mercado atuante.

Gráfico 1: Segmentação de mercado.



Fonte: Dados da pesquisa.

Na amostra estudada podemos perceber através do gráfico que mais de 50% dos participantes se enquadram como comércio e em segundo lugar o serviço. Dando predominância a atividades de comércio e serviços. Nessa amostra, nenhum participante se enquadrava na categoria indústria.

Gráfico 2: Categoria de Negócio.

Fonte: Dados da pesquisa.

Como podemos observar, dentre os dez (10) participantes, a maioria se enquadra na categoria MEI (microempreendedor individual) ou autônomos. Apenas uma (1) empresa de pequeno porte fez parte da amostra, e através dela poderemos perceber algumas características de ambientes diferentes das demais.

DISCUSSÕES E CONCLUSÃO

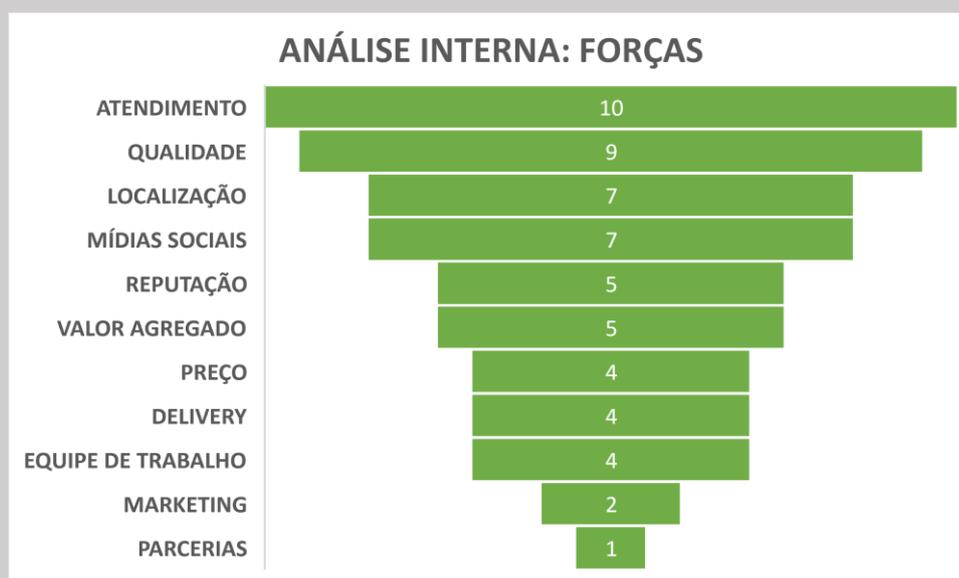
Neste capítulo analisaremos as repostas dadas pelos dez (10) participantes da pesquisa e identificaremos como eles veem a estratégia, o planejamento e se os mesmos conhecem a análise SWOT.

Um dos questionamentos consistia em perguntar se conheciam a análise SWOT, as repostas foram negativas em relação ao conhecimento sobre a matriz SWOT. Apenas 01 (um) participante sabia o que era.

Entretanto, 70% dos entrevistados fizeram o planejamento do seu negócio antes de abri-lo e 90% se consideram estratégicos. Logo em seguida, questionamos sobre forças e fraquezas, oportunidades e ameaças e obtivemos repostas satisfatórias sobre o conteúdo, apesar do desconhecimento da ferramenta SWOT os participantes identificam o ambiente interno e externo das suas organizações. Vejamos os gráficos com os dados da pesquisa a seguir.

Na primeira seção com questionamentos sobre as forças e fraquezas, consideramos necessária uma breve descrição para orientar os participantes nas questões de múltipla escolha. A estratégia foi utilizada pelo desconhecimento da ferramenta SWOT citado anteriormente. A observação consistia em dizer que as forças eram as vantagens em relação aos concorrentes e as fraquezas as desvantagens. E na seção seguinte, a observação era de que as oportunidades consistiam em um cenário favorável e as ameaças um cenário desfavorável para a organização.

Gráfico 3: Forças.



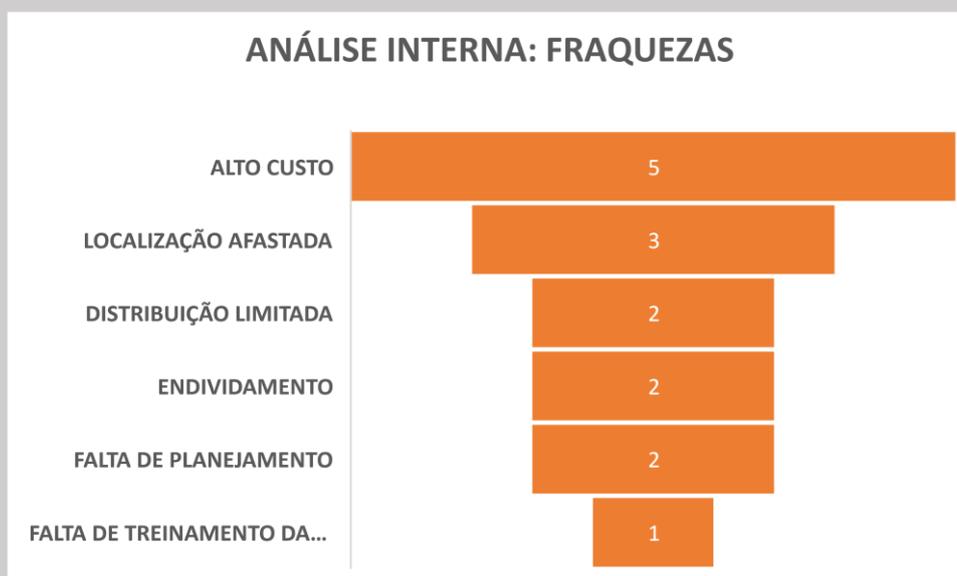
Fonte: Dados da pesquisa.

As respostas apresentadas no gráfico acima nos mostram que o atendimento é um ponto forte em todos os empreendimentos participantes. A qualidade dos produtos também é considerada uma força em 90% dos entrevistados, o termo qualidade pode envolver vários quesitos, mas nessas respostas a qualidade envolve o produto e serviço disponíveis. Outros pontos fortes também foram informados como localização, mídias sociais, reputação, valor agregado, o preço, o trabalho com *delivery* que se tornou tão necessário no cenário em que estamos vivendo. Além desses, o trabalho em equipe, o *marketing* e as parceiras também são forças dos empreendedores da amostra.

Um campo para preenchimento livre sobre as forças foi disponibilizado, nele obtivemos algumas respostas. Entre elas: compromisso e atualidade, atendimento humanitário (tratar bem independente da compra), clareza das informações, e o fato de vender um produto diferenciado sem concorrentes.

Ademais, veremos mais um fator do ambiente interno das organizações.

Gráfico 4: Fraquezas.



Fonte: Dados da pesquisa.

Sobre o quesito fraqueza, em sua maioria, a resposta concedida foi: “não gostamos de citá-los”. Como seres humanos não enfatizamos nossos pontos fracos, todavia, na análise SWOT ela é primordial para descobrir onde estão os problemas internos, e dessa forma, direcionar a estratégia para muda-los e conseqüentemente obter mais produtividade e lucratividade. As fraquezas são elementos que podem e devem sofrer alterações dos empreendedores, e como podemos ver no gráfico as fraquezas apresentadas são para o crescimento das organizações. Para as fraquezas, outros fatores foram apresentados como: pouca parceria entre as lojas, preço repassado para o cliente muito alto e falta de recursos para estoques.

A partir de agora, veremos a análise externa, primeiramente as oportunidades e, posteriormente, as ameaças.

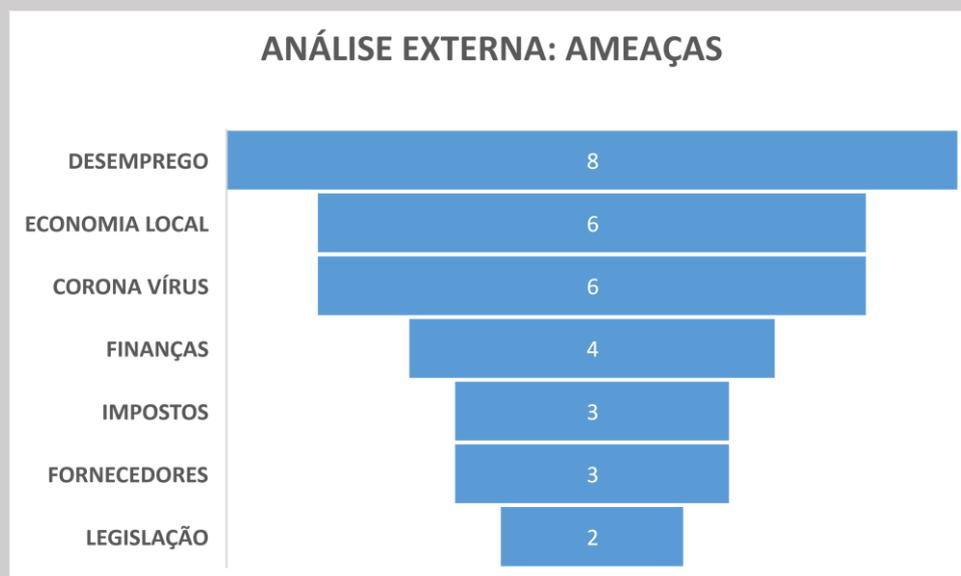
Gráfico 5: Oportunidades.



Fonte: Dados da pesquisa.

A análise do ambiente externo é fundamental para o desenvolvimento da organização e em consequência seu posicionamento no mercado. As oportunidades relatadas pelos entrevistados foram que o mercado tourense está em crescimento, o turismo também é importante, o fato de existirem poucos concorrentes, e que há, de certa forma, incentivo aos comerciantes locais. Além disso, feiras de produtos locais e a exclusividade de alguns serviços e produtos proporcionam vantagens competitivas. Outras características consideradas oportunidades são os clientes dos interiores e cidades vizinhas, e outros participantes consideraram que não há oportunidades no mercado tourense, no momento.

Por fim, o último ponto a ser apresentado no gráfico a seguir são as ameaças.

Gráfico 6: Ameaças.

Fonte: Dados da pesquisa.

As ameaças são fatores externos as organizações e incontroláveis, ou seja, os empreendedores não conseguem interferir ou mudá-las como no caso das fraquezas internas. Nesse sentido, o objetivo é se manter e sobreviver com essas influências. Assim como no cenário mundial, os participantes da amostra apresentaram como fator de ameaça a pandemia do coronavírus, o desemprego, as finanças, a economia local, os impostos, os fornecedores e a legislação vigente.

Após os dados apresentados e analisados, pode se concluir que apesar do desconhecimento da ferramenta estratégica, matriz SWOT, os participantes corroboraram para a pesquisa e contribuíram de maneira significativa para almejarmos o objetivo proposto, que consistia em fazer uma breve análise dos fatores ambientais internos e externos que afetam os empreendedores no município de Touros/RN.

Por fim, como podemos perceber, a matriz SWOT é uma importante ferramenta para designar fatores dos ambientes internos e externos. Através do estudo foi possível identificar que independentemente do tipo de organização, essa leitura dos cenários reforça a importância de um planejamento estratégico para o sucesso organizacional.

AGRADECIMENTOS

Os dados analisados nesta pesquisa só foram possíveis devido a participação dos dez (10) empreendedores que se dispuseram de alguns minutos do seu dia para colaborar com esse estudo, minha gratidão a todos.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. Administração nos novos tempos. 2 ed. Rio de Janeiro. Elsevier, 2004, 8ª reimpressão.

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: Transformando ideias em negócios. 3ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 2ª reimpressão.

MINTZBERG, Henry. e [et al] – O processo da Estratégia: conceitos, contextos e casos selecionados; tradução: Luciana de Oliveira da Rocha – Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PORTER, Michael E. Estratégias competitivas: técnicas para análise de indústrias e concorrência. Tradução de Elizabeth Maria de Pinho Braga. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

PORTER, Michael E. What is strategy?. Tradução de Gircia Perengue. VALIM, Alexandre. e [et al]. O modelo SWOT. Disponível em: <https://adm-portal.appspot.com/storage.googleapis.com/_assets/modules/academicos/academico_3060.pdf> Acesso: 24 de novembro de 2021.

ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL, EMPREGO E RENDA NA REGIÃO DO MATO GRANDE, COM ÊNFASE NOS DADOS DO MUNICÍPIO DE TOUROS/RN

Flávio Patrício França da Silva
Pós-graduado em Auditoria e Perícia Contábil (UFRN)

1 – INTRODUÇÃO

É no ambiente do mercado de trabalho, emprego e renda onde o indivíduo realiza seus esforços, habilidades, conhecimentos e experiências trabalhistas. Podemos dizer que é nesse campo que ocorrem as relações de mútuos interesses para satisfazer necessidades pessoais ou as de um grupo. Neste sentido, o desempenho do empregado no seu efetivo exercício de suas funções se constitui em uma prestação de serviço para uma pessoa física ou jurídica em que há uma retribuição por esta atividade, que pode ser material ou financeira. O exercício laboral pode ser compreendido como uma maneira de resolver problemas, pois dignifica o homem, contribuindo com seu crescimento pessoal e profissional, colaborando com o crescimento econômico do País.

A relação de oferta e demanda de emprego é a mola propulsora do mercado de trabalho que, inegavelmente, tem o poder de transformar a vida social e econômica do indivíduo, da comunidade e do país, melhorando os indicadores socioeconômicos, com o inexorável potencial de reduzir a pobreza e a desigualdade social de um povo no mundo globalizado e predominantemente capitalista.

Para Reinert (2001, p.45), o emprego é uma atividade importante para o desenvolvimento do indivíduo na sociedade, na medida em que ele se conscientizou e passou a compreender que, no mundo contemporâneo, sua sobrevivência, assim como sua condição social, econômica e financeira dependem dos rendimentos provenientes da atividade laboral.

O emprego, por sua vez, é uma consequência específica do capitalismo. Ele é o elo formal entre o trabalhador e o modo de produção capitalista e não com uma organização específica porque o trabalhador é livre para escolher a organização por intermédio da qual sua ligação se efetivará. (REINERT, 2001, p. 45-46).

Por sua vez, a renda já é resultante dos esforços realizados pelo indivíduo, no seu trabalhado ou emprego, através da prestação de serviços, seja para uma pessoa ou grupo

de pessoas, com intuito de produzir algo ou solucionar problemas. Podemos, ainda, entender que a renda é uma recompensa, uma troca, em decorrência de um contrato tácito ou expresso, onde as partes mutuamente acordam as relações trabalhistas.

Vale lembrar que na economia contemporânea, os indicadores sobre mercado de trabalho, emprego e da renda estão expostos as intemperes inerentes ao mundo globalizado e capitalista. Sendo assim, portanto, é inegável que todos os agentes econômicos estão intimamente interligados e causam reflexos positivos e, também, negativos na economia em todos os níveis.

Entretanto, o objetivo deste artigo foi discorrer sobre mercado de trabalho formal, emprego e renda na região do Mato Grande, com ênfase nos dados do município de Touros. Touros é um município potiguar, com uma população de 33.287 (trinta e três mil duzentos e oitenta e sete) habitantes em 2019, segundo estimativa do IBGE. O município em referência integra a região do Mato Grande, litoral norte potiguar, que é composta por 15 (quinze) municípios.

Quanto à metodologia, foi adotada a pesquisa descritiva, de natureza quantitativa sobre o tema, consistindo em pesquisas bibliográficas realizadas em livros e por meio de pesquisas eletrônicas junto ao banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e Ministério de Trabalho e Previdência, resultando em uma apresentação sobre os números, percentuais e abordagem quantitativa sobre o tema.

Os números que expressam o mercado de trabalho, emprego e a renda de uma economia, esses agentes econômicos, estão entre os melhores indicadores sobre o grau de desenvolvimento econômico e social de uma cidade, região, estado, país e até mesmo do mundo.

O mercado de trabalho, emprego e renda são importantes ativos econômicos que podem determinar o nível de qualidade de vida do cidadão, contribuindo para o melhoramento dos demais indicadores socioeconômicos de um povo. Nesta perspectiva, temos o desemprego como contraponto, como um passivo econômico e social que prejudica a qualidade de vida do cidadão, prejudicando os indicadores que retratam a qualidade de vida de uma sociedade.

2 - MERCADO DE TRABALHO

A definição *latu sensu* de mercado de trabalho consiste no ambiente onde ocorrem todas as formas de oferta e demanda de trabalho, emprego, renda, envolvendo todos os agentes pessoas físicas e jurídicas, da iniciativa pública ou privada, em relacionamentos

de mútuos interesses onde é pactuado um valor a ser pago por um determinado serviço a ser realizado.

Neste cenário as necessidades de sobrevivência e a condição social, econômica e financeira do cidadão perpassa por este ambiente onde, naturalmente, surge uma brutal concorrência entre os atores integrantes deste mercado, onde o diferencial entre sucesso e fracasso está intimamente ligado ao conhecimento, habilidades, comprometimento, qualificação e atualização profissional.

Para Carvalho (2008), o mercado de trabalho diz respeito às ofertas de trabalho ou emprego oferecidas pelas organizações, em determinada época ou lugar, e sofre instabilidade decorrente do número de empresas existentes em certa região e sua demanda, o que gera disponibilidade de vagas e, portanto, oportunidades de emprego.

No mesmo sentido, Banov (2012) entende que o mercado de trabalho nada mais é do que as vagas de emprego oferecidas pelas empresas e a oferta e procura das mesmas que está refletido nos critérios de seleção de pessoal dentro do sistema de recursos humanos das empresas.

Carvalho (2008, p. 58) complementa que os termos de oferta e procura estão ainda relacionados com os segmentos do mercado, como por exemplo, “por setores de atividades (empresas da construção civil, metalúrgica, comércio, serviço), por tamanho (micro, pequenas, médias e grandes empresas), por origem (estatais, mistas, privadas nacionais e multinacionais) ou ainda, por localidades”.

Como vimos, o mercado de trabalho está sujeito as interferências internas e externas, as questões de sazonalidades, alternâncias cíclicas da economia, as intercorrências e intemperes decorrentes das interdependências entre todos os atores e agentes deste mundo econômico, de tal modo que esses entrelaçamentos, inevitavelmente, resultarão em três tipos de oferta de emprego: oferta igual à procura, oferta maior do que a procura e oferta menor do que a procura. Neste contexto, a excelência está no meio, no equilíbrio.

3 – EMPREGO

O emprego, como um ativo do mercado de trabalho, consiste em uma atividade remunerada em decorrência de prestação de serviço para uma pessoa física ou jurídica, com vínculo empregatício, tendo o objetivo de solucionar problemas, produzir produtos, bens materiais e imateriais.

O emprego tem, também, o poder de oportunizar a cidadania e a inclusão social e podem acontecer em determinados espaços, seja na área urbana ou rural, e são nestes locais que ocorrem as relações interpessoais, as pessoas consomem bens e serviços, estabelecem seu lócus social e exercem sua cultura. Neste sentido, é no município que se inicia a interação social, cultural, política e econômica de um povo. Para que os cidadãos tenham mais acesso à inclusão social e a uma qualidade de vida melhor é preciso que sejam criadas políticas públicas inclusivas com o foco direcionado à geração de emprego.

Portanto, recai sobre o Estado, não o direito, mas a obrigação constitucional de planejar e implantar políticas públicas, por meio de vários dispositivos institucionais, de forma ordenada e sequencial, visando alcançar os objetivos previamente estabelecidos, que buscam o atingimento do progresso econômico e social (MATIAS-PEREIRA, 2008).

Segundo Santos (2010), as políticas públicas voltadas para favorecer o mercado de trabalho consiste em um conjunto de ação que o governo toma recorrendo a mecanismos e instrumentos institucionais, incentivos fiscais, por exemplo, a fim de alcançar determinados objetivos, tais como elevação na oferta de trabalho e emprego.

Neste mesmo sentido Reinert (2001, p. 46), entende que existem inúmeras ações governamentais que podem aumentar a oportunidade de empregos no mercado de trabalho através de medidas institucionais planejadas, direcionadas e efetivadas para este objetivo específico.

Dentre as medidas de combate ao desemprego mais citadas pode-se enumerar: facilitação do consumo e do crédito, incentivo ao investimento privado, implementação de políticas fiscais e monetárias adequadas, aumento das despesas públicas (com ampla utilização do Estado como empregador e com o desenvolvimento de políticas sociais do tipo auxílio desemprego), flexibilização do mercado de trabalho, redução da jornada de trabalho, trabalho de tempo parcial, licenças remuneradas, restrição às horas extras, trabalho compartilhado, treinamento e requalificação de recursos humanos, além de outras possibilidades (REINERT, 2001, p. 46).

Ademais, podemos entender que o equilíbrio entre a relação de oferta e demanda do emprego pode ser atingido através da contribuição de ações do poder público, onde poderá utilizar-se de instrumentos institucionais adequados para estes fins, evidenciando, assim, a importante participação do Estado na geração de oportunidades de trabalho, emprego e renda para seus cidadãos e cidadãs.

3.1 – Análise quantitativa dos dados sobre emprego formal na região do Mato Grande – 2019.

A análise dos números dos empregos formais na região do Mato Grande foi realizada tendo como parâmetros os dados extraídos da base de dados do IBGE e do Ministério do Trabalho e Previdência, contemplando os quinze municípios que integram a região: Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará Mirim, Jandaíra, João Câmara, Maxaranguape, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu e Touros. Esta região tinha uma população estimada, no ano de 2019, em 242.698 (duzentos e quarenta e dois mil seiscentos e noventa e oito) habitantes.

O estoque (número) de empregos formais da região foi registrado em 20.108 (vinte mil cento e oito) no ano pesquisado. É fundamental realizarmos essa relação entre número de habitantes versus empregos formais e extrairmos uma resultante que determinará no percentual de habitantes ocupando empregos formais. Diante desta perspectiva será possível demonstrarmos quantas pessoas estão empregadas para cada 100 (cem) habitantes da região. Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 1 – Quantitativo da população e empregos formais, percentual de pessoas formalmente empregadas e ranking de oportunidade de empregos formais da região do Mato Grande.

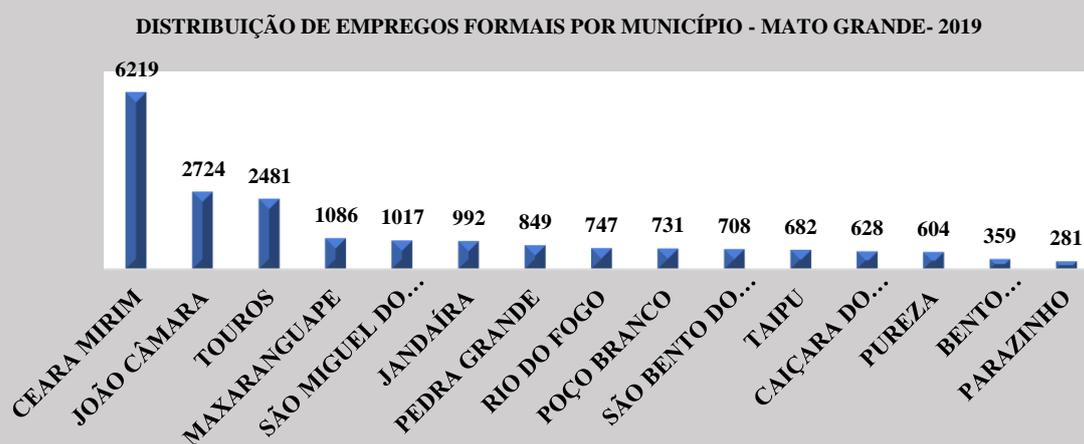
MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	EMPREGOS FORMAIS	EMPREGO X POPULAÇÃO	RANKING DE OPORTUNIDADE
CEARÁ MIRIM	73.497	6.219	8,46%	7ª
JOÃO CÂMARA	34.955	2.724	7,79%	8ª
TOUROS	33.287	2.481	7,45%	9ª
POÇO BRANCO	15.413	731	4,74%	15ª
MAXARANGUAPE	12.371	1.086	8,78%	6ª
TAIPU	12.279	682	5,55%	13ª
RIO DO FOGO	10.848	747	6,89%	10ª
SÃO M. DO GOSTOSO	10.282	1.017	9,89%	4ª

PUREZA	9.621	604	6,28%	12 ^a
JANDAÍRA	6.878	992	14,42%	3 ^a
CAIÇARA DO NORTE	6.549	628	9,59%	5 ^a
BENTO FERNANDES	5.497	359	6,53%	11 ^a
PARAZINHO	5.237	281	5,37%	14 ^a
PEDRA GRANDE	3.237	849	26,23%	1 ^a
SÃO B. DO NORTE	2.747	708	25,77%	2 ^a
TOTAL	242.698	20.108	8,29%	-

Fonte: IBGE, elaborado pelo autor.

Ao observarmos a tabela acima fica fácil depreendermos que a região do Mato Grande apresentou uma oferta de emprego formal em um percentual médio de 8,29% (oito vírgula vinte e nove por cento) em relação ao número de habitantes, significando que a cada cem habitantes 8,29 pessoas estavam empregadas formalmente no período pesquisado. Observemos o gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Número de empregos formais na Região do Mato Grande – 2019.



Fonte: IBGE, elaborado pelo autor.

Contudo, quando analisamos estas informações de forma individualizada, ou seja, observando os dados de cada município de maneira isolada, essa relação difere entre os municípios e estes resultados deixam claro que existe uma disparidade na amplitude dessa relação números de empregos formais x habitantes, logicamente isso ocorre em

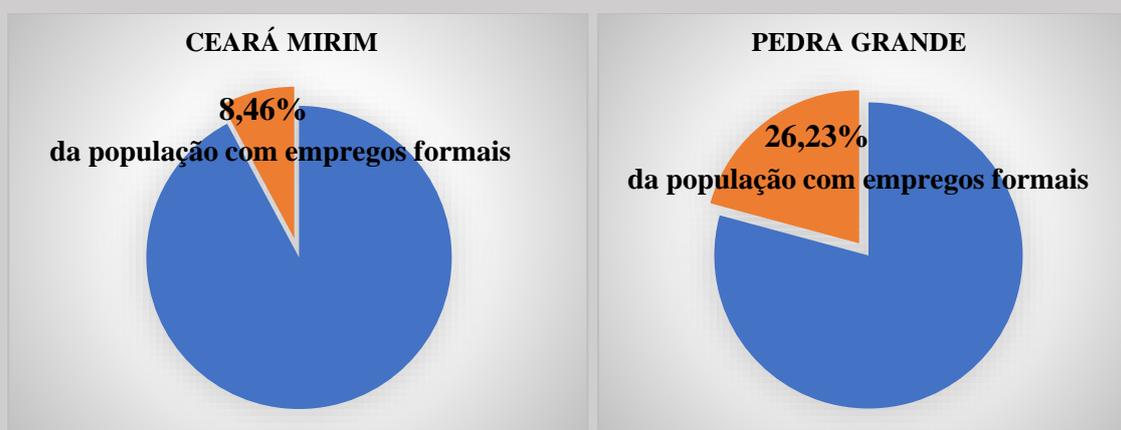
decorrência de fatores que dizem respeito as particularidades de cada lugar, da capacidade da cada município da região em gerar emprego formal, não sendo possível verificar se esses empregos formais são gerados de forma constante ou eventual, uma vez que estes números referem-se ao estoque final de um período estático, neste caso, dezembro/2019 e não de uma série histórica.

Portanto, o elevado número de postos de empregos formais gerados em determinado município não é sinônimo de melhor nível de empregabilidade para seus habitantes em comparação, por exemplo, a um outro município que apresenta um estoque quantitativo bem menor, pois faz-se necessário, repetimos, que a análise seja feita levando-se em consideração a proporcionalidade de habitantes em relação ao número do estoque de empregos formais do período para se chegar a uma conclusão.

Para retratar melhor nossa análise, observemos que o município de Ceará Mirim apresentou, no exercício pesquisado, um estoque de 6.219 (seis mil duzentos e dezenove), enquanto o município de Pedra Grande tinha um estoque de 849 (oitocentos e quarenta e nove) empregos formais. Diante da perspectiva da oportunidade de empregos formais x habitantes, o que julgamos mais importante do que a quantidade de empregos formais existentes, uma pessoa que morava no município de Pedra Grande, em 2019, tinha mais de 26% (vinte e seis por cento) de probabilidade de ser empregada formalmente, enquanto em Ceará Mirim a probabilidade era de apenas 8,46% (oito vírgula quarenta e seis por cento), ou seja, o habitante do município de Pedra Grande tinha a chance três vezes maior do que o habitante de Ceará Mirim de estar formalmente empregado.

Vejamos de forma gráfica o comparativo entre Ceará Mirim x Pedra Grande.

Gráfico 2 – Relação entre habitantes x empregos formais de Ceará Mirim e Pedra Grande.



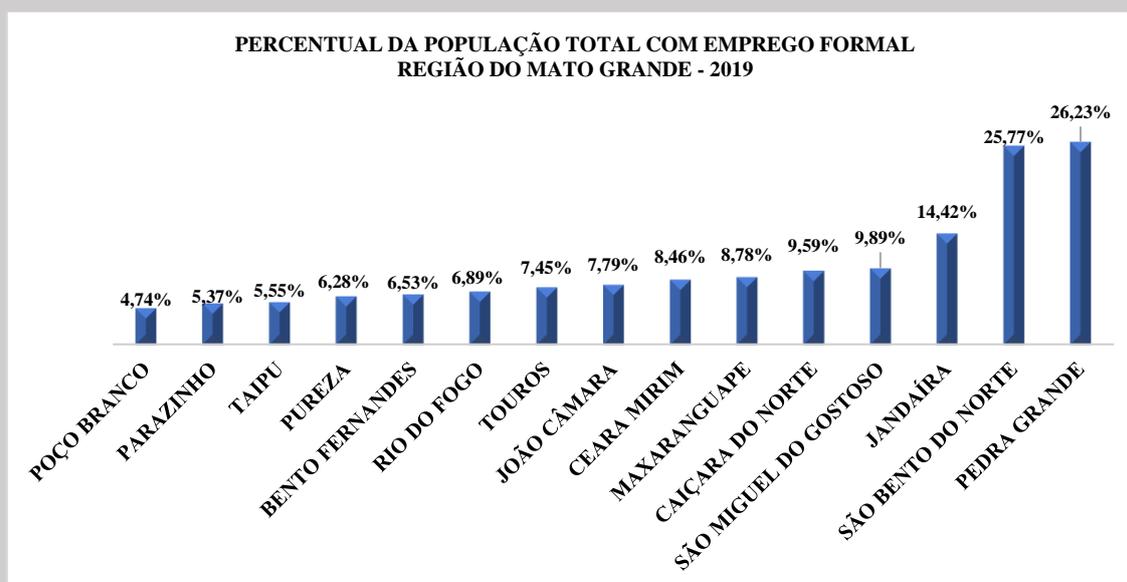
Fonte: IBGE, elaborado pelo autor.

3.2 - Análise do quantitativo da população e empregos formais, percentual de pessoas empregadas e ranking de oportunidade de empregos formais do município de Touros.

Ao recorreremos aos números referentes ao município de Touros/RN, que registrou um estoque de 2.481 (dois mil quatrocentos e oitenta e um) empregos formais em 2019, segundo dados IBGE, e após realizarmos a classificação, constatamos que o mesmo ocupou a terceira posição no número de empregos formais na região, e teve um percentual de apenas 7,45% (sete vírgula quarenta e cinco por cento) na relação de empregos formais x habitantes, resultando em um índice de empregabilidade dos tourenses abaixo da média da região, o que significa que para cada 100 habitantes, pouco mais de sete pessoas estavam com empregos formais no período pesquisado, o que colocou Touros em nona posição no ranking entre os quinze municípios da região.

Este resultado nos chama a atenção principalmente quando confrontado com desempenhos de municípios, aparentemente, com um menor potencial de geração de emprego formal, como por exemplo São Bento do Norte e Pedra Grande, que atingiram índices de empregabilidade acima de 25% (vinte e cinco por cento), significando que um cidadão que morava em um desses dois municípios tinha a chance de quase quatro vezes maior de estar empregado do que um cidadão tourense. Observemos o gráfico a seguir:

Gráfico 3 – Percentual da população empregada em 2019, por município da região do Mato Grande.



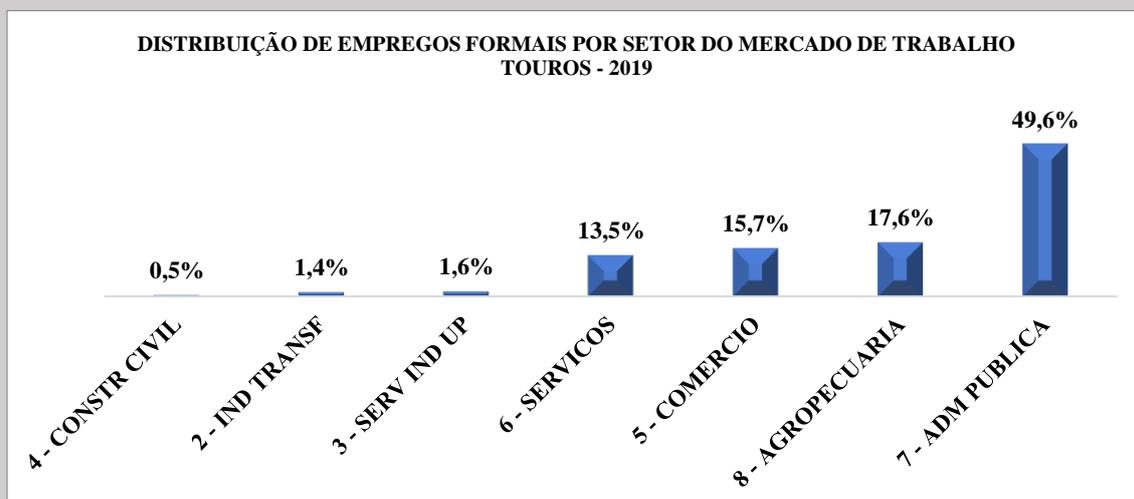
Fonte: IBGE, elaborado pelo autor.

3.3 - Distribuição de empregos formais por setores do mercado de trabalho de Touros.

As informações mais detalhadas junto ao Ministério do Trabalho e Previdência, acessando o banco de dados da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, revelam que os empregos formais da Administração Pública correspondiam a praticamente 50% (cinquenta por cento) de todos os empregos formais no município. Esta comprovação pode ter seu lado positivo, uma vez que demonstra a importante contribuição deste setor na geração direta de empregos formais em nosso município, entretanto, vale ressaltar que uma certa dependência dessa área na oferta de dessas ocupações podem gerar, em algum momento, uma crise na economia local, aumentando os indicadores de desocupados (desempregados) em nosso município, sendo necessário apenas, portanto, a obrigatoriedade de redimensionamento de gastos com pessoal por parte de entes públicos da administração pública direta e indireta.

Vejamos a distribuição dos empregos formais no município de Touros/RN, em termos percentuais, por setores do mercado de trabalho, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 4 – Empregos formais por setores do mercado de trabalho de Touros em 2019.



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais/MTP; elaborado pelo autor.

3.4 – Distribuição do quantitativo de empregos formais por gênero no município de Touros.

Segundo dados da RAIS – Relação Anual de Informações Sociais, o município de Touros apresenta uma ocupação de empregos formais de 53% (cinquenta e três por cento) por homens e 47% (quarenta e sete por cento) por mulheres. Dentre todos os setores do mercado de trabalho existentes no município, destacamos o setor da administração

pública onde as mulheres ocupam 65% (sessenta e cinco por cento), enquanto os homens ocupam 35% (trinta e cinco por cento) dos empregos formais neste setor. Observemos a tabela abaixo:

Tabela 2 – Distribuição de empregos formais por setor e gênero no município de Touros.

SETORES DE TRABALHO	MASCULINO %	FEMININO %
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	89%	11%
SERVIÇOS IND. E UTILIDADE PÚBLICA	90%	10%
CONSTRUÇÃO CIVIL	50%	50%
COMÉRCIO	63%	37%
SERVICOS	50%	50%
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	35%	65%
AGROPECUÁRIA	88%	12%

Fonte: RAIS/MTP; elaborado pelo autor.

Há tempos as mulheres vêm ocupando seu espaço em todos os seguimentos da nossa sociedade a cada ano, de forma consistente e constante, de modo que em nosso município os números fundamentam essa afirmativa.

Mudanças importantes vêm ocorrendo ao longo dos anos no que se refere a participação das mulheres no mercado de trabalho. A cada dia esse processo se concretiza e deixa muito claro que não se trata de algo pontual e eventual, pois já se transformou em um movimento irreversível de incorporação do contingente feminino, um verdadeiro fenômeno social contínuo e persistente (GARCIA & CONFORTO, 2012).

Neste sentido, fica evidente que o modelo tradicional de sustento familiar vem sofrendo mutações constantemente, se estabelecendo uma verdadeira revolução na ocupação dos empregos formais pelas mulheres em todos os seguimentos laborais e em nosso município os dados acima denunciam que felizmente esse fenômeno está muito presente em nossa economia, deixando claro a arcaica e ultrapassada concepção preconceituosa e machista de negar as habilidades, capacidades, potencial da força de trabalho feminina.

3.5 – Distribuição de empregos formais por faixa etária no município de Touros.

Neste quesito, as informações pesquisadas nos mostram que as pessoas formalmente empregadas no município de Touros/RN, estavam contempladas,

principalmente, na faixa etária entre 30 a 39 anos de idade, concentrando 30,1% (trinta vírgula um por cento) de todos os postos de empregos formais existentes no ano de 2019, dentro desse intervalo de idades, segundo dados da RAIS/MTP. Observemos o gráfico abaixo:

Gráfico 5 – Distribuição de ocupação por faixa etária no município de Touros.



Fonte: RAIS/MTP; elaborado pelo autor.

Esses dados acima nos mostram uma oferta de emprego formal concentrada nas duas faixas etárias que abrangem dos 30 aos 49 anos de idade, que juntas totalizaram 57,20% (cinquenta e sete vírgula vinte por cento) dos empregos formais em nosso território municipal. Verificamos, ainda, que na faixa etária dos 14 aos 17 anos o percentual é insignificante, assim como na faixa etária que contemplam as pessoas com idade superior a 65 anos de idade.

Essas informações podem ser um indicativo de que a classe empresarial não tem informações sobre as inúmeras vantagens para os empregadores que contratam o empregado formal na modalidade jovem aprendiz. Este programa tem como objetivo oportunizar aos jovens a iniciarem suas experiências laborais bem cedo, porém sem que haja nenhum prejuízo para a continuidade de seus estudos escolares, o que beneficia os jovens contratados com experiências profissionais e independência financeira, assim como também beneficia os empregadores que têm benefícios em suas obrigações patronais previdenciárias e trabalhistas.

3.6 – Distribuição de empregos formais por ocupação profissional em Touros.

Os dados analisados apresentam as cinco maiores áreas de ocupações de empregos formais em nosso município, destacando-se a atividade laboral de Professor, que figura em primeiro lugar. Vejamos a tabela abaixo:

Tabela 3 – Quantitativo de empregos formais das cinco ocupações profissional mais numerosas em 2019.

CBO/PROFISSÃO/OCUPAÇÃO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
231205 - PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL	90	291	381

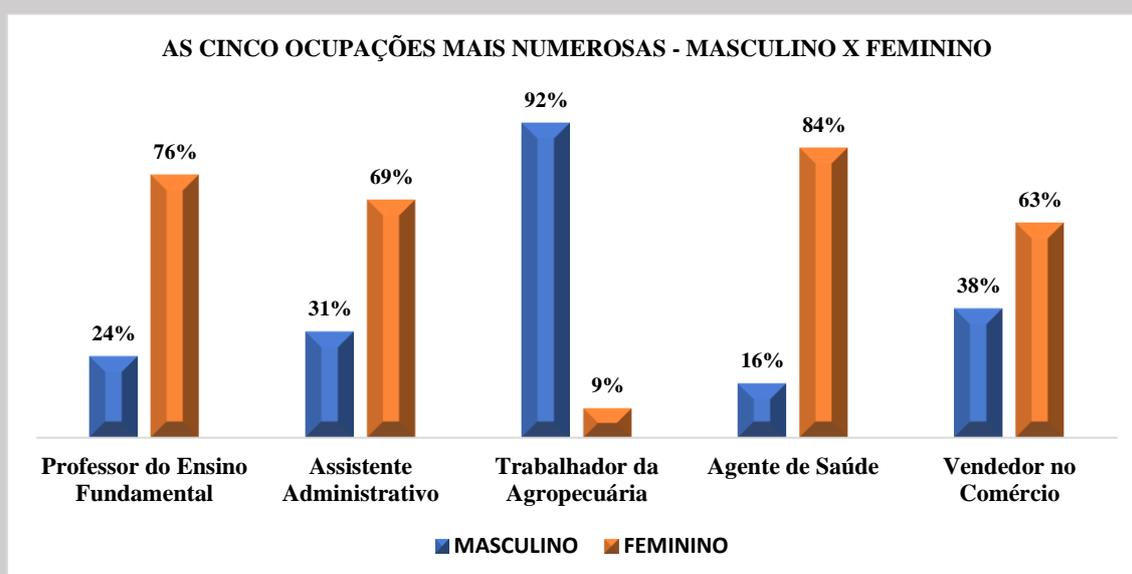
411010 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	75	168	243
621005 - TRABALHADOR DA AGROPECUÁRIA	183	17	200
352210 - AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA	12	64	76
521110 - VENDEDOR DE COMERCIO VAREJISTA	27	45	72

Fonte: RAIS/MTP; elaborado pelo autor.

Observa-se, portanto, que os números acima demonstram uma ocupação majoritariamente de pessoas do gênero feminino nos postos de empregos mais numerosos em nosso município, e apenas na ocupação da agropecuária é que a grande maioria dos postos são preenchidos por pessoas do gênero masculino.

Verifica-se, ainda, que neste mesmo cenário as ocupações em que exigem um grau de instrução mais elevado são justamente as profissões onde a maioria das pessoas são do gênero feminino, configurando, assim, uma conjuntura que pode ser um indicativo de que as mulheres estão bem mais habilitadas a atenderem aos requisitos, as exigências profissionais e trabalhistas do mercado de trabalho tourense. Neste contexto, temos por exemplo, as funções de agente de saúde, professor do ensino fundamental, assistente administrativo e vendedor no comércio preenchidos majoritariamente por mulheres nos percentuais de 84%, 76%, 69% e 63%, respectivamente. Vejamos o gráfico com as cinco profissões mais numerosas com suas respectivas ocupações entre pessoas dos gêneros masculino e feminino:

Gráfico 6 – Ocupações mais numerosas em 2019 – Touros - Masculino x Feminino.



Fonte: RAIS/MTP, elaborado pelo autor.

4. ANÁLISE DA RENDA MÉDIA DOS EMPREGOS FORMAIS DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO MATO GRANDE – 2019

A região do Mato Grande, composta por seus quinze municípios, apresenta algumas diferenças na renda média dos empregados formais, que julgamos extremamente significativas, chegando a mais de 70% (setenta por cento) entre alguns municípios. Esta análise tem suas limitações por sua própria natureza, pois é uma pesquisa descritiva e de natureza quantitativa realizada diante de uma perspectiva temporal estática dos números da competência de dezembro/2019, sem analisar uma série histórica, o que nos limita no sentido de observarmos se essa discrepância é algo pontual, eventual, circunstancial, sazonal ou é algo sistêmico, consistente e constante em decorrência de particularidades que remete a própria capacidade dos municípios em gerar empregos formais com rendas mais elevadas. Analisemos a tabela a seguir:

Tabela 4 – Renda média em quantidade de salário mínimo, em valores de 2019, dos municípios da região do Mato Grande.

MUNICÍPIO	MÉDIA SALÁRIO MINIMO	MÉDIA EM R\$
PEDRA GRANDE	2,4	2.395,20
PARAZINHO	2,4	2.395,20
JOÃO CÂMARA	2,3	2.295,40
BENTO FERNANDES	2,1	2.095,80
TAIPU	2,0	1.996,00
PUREZA	1,9	1.896,20
TOUROS	1,9	1.896,20
RIO DO FOGO	1,9	1.896,20
SÃO BENTO DO NORTE	1,8	1.796,40
POÇO BRANCO	1,8	1.796,40
SÃO MIGUEL DO GOSTOSO	1,7	1.696,60
CEARA MIRIM	1,7	1.696,60
JANDAÍRA	1,6	1.596,80
MAXARANGUAPE	1,5	1.497,00

CAIÇARA DO NORTE	1,4	1.397,20
------------------	-----	----------

Fonte: IBGE, elaborado pelo autor.

Assim como em outros indicadores, a análise entre os municípios da região, no que se refere a renda média dos empregos formais na região, não apresenta uma isonomia, obstante a isso, nos apresenta, como já expresso acima, disparidade importante. Vale lembrar que estamos analisando um indicador que retrata a renda média de empregos formais e que qualquer percentual a mais ou a menos tem um enorme significado. Um empregado do município de Pedra Grande tinha uma renda média mensal de R\$ 2.395,20 (dois mil trezentos e noventa e cinco reais e vinte centavos), enquanto um empregado do município de Caiçara do Norte percebeu uma renda média mensal de R\$ 1.397,20 (mil trezentos e noventa e sete reais e vinte centavos), praticamente mil reais a menos a cada mês.

Como se trata de renda de caráter continuado esse significado é potencializado, pois ao final do ano a diferença média foi de aproximadamente R\$ 13.000,00 (treze mil reais) entre o empregado formal do município de Pedra Grande e Caiçara do Norte.

5. ANÁLISE DA RENDA MÉDIA FORMAL NO MUNICÍPIO DE TOUROS/RN

Este estudo nos revelou que a renda média do empregado formal do município de Touros foi de 1,9 (um vírgula nove) salário mínimo, que correspondia a R\$ 1.896,20 (mil oitocentos e noventa e seis reais e vinte centavos). Este valor é praticamente a média entre o valor mais elevado (Pedra Grande) e o menor valor (Caiçara do Norte) da região do Mato Grande.

O município de Touros ocupa a terceira colocação no ranking populacional da região e, assim como em outros indicadores já analisados acima, o número de habitantes não é um fator determinante para estabelecer o valor da renda média dos empregos formais na região.

Um outro dado importante em nossa análise sobre a renda média do emprego formal no município de Touros diz respeito às diferenças entre pessoas do gênero masculino e feminino. Neste sentido observamos que no setor da Administração Pública a média da remuneração das pessoas do gênero feminino é superior à média da remuneração paga as pessoas do gênero masculino, assim como nos setores da indústria de transformação, construção civil e agropecuária. Vejamos na tabela abaixo:

Tabela 5 – Comparativo da remuneração média por gênero no município de Touros.

SETOR DO MERCADO DE TRABALHO	MASCULINO	FEMININO
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	1.256,33	1.445,43
SERVIÇOS INDUSTRIAIS E UTILIDADE PÚBLICA	2.223,69	1.483,99
CONSTRUÇÃO CIVIL	1.010,49	1.029,14
COMERCIO	1.321,25	1.246,15
SERVICOS	2.040,73	1.236,24
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2.624,65	2.735,23
AGROPECUÁRIA	1.347,64	1.458,26

Fonte: RAIS/MTP; elaboração do autor.

A tabela acima nos apresenta um cenário bastante interessante, onde entre os sete setores do mercado de trabalho tourense, em quatro deles as mulheres têm renda média superior aos homens.

6. CONCLUSÃO

Os resultados desta pesquisa irão contribuir para compreendermos as nuances intrínsecas ao tema estudado em toda sua abrangência, com todos os seus agentes, em todos os desdobramentos e em todos os seus reflexos no nosso lócus social, pois nossa sobrevivência, assim como nossa condição social, econômica e financeira, está diretamente relacionada aos nossos rendimentos auferidos em decorrência do trabalho e/ou emprego.

Diante de todos os dados analisados sobre o tema abordado nesta pesquisa, ficou demonstrado que a região do Mato Grande tem o mercado de trabalho formal, emprego e renda com disparidades nos resultados obtidos entre os municípios analisados, em todos os índices analisados, mesmo entre municípios com estruturação econômico-produtiva similares, as diferenças se apresentaram sem que pudéssemos identificar qualquer característica que justificasse uma interligação com os resultados obtidos, entretanto ressaltamos que estas particularidades não estavam dentro do escopo deste trabalho.

Concluimos, portanto, que os resultados obtidos neste estudo nos asseveram que o fato de ser um grande município que integra a região da grande Natal, com uma considerável estrutura na área do comércio, indústria e serviços, não garantem que seus cidadãos tenham melhores oportunidades de emprego formal, renda, maiores oportunidades de empregabilidade, pois, nos mostrou a pesquisa que o fator determinante reside na relação entre duas variáveis: empregos formais x número de habitantes, levando-se em consideração, portanto, a análise diante da perspectiva da proporcionalidade. Para contextualizar nossas conclusões, Ceará Mirim, o maior município da região com toda sua grandiosidade econômica, política, geográfica, apresentou resultados bem inferiores a vários municípios menores, como por exemplo Pedra Grande, que obteve percentual de empregabilidade mais de três vezes maior do que Ceará Mirim e da própria média da região.

Ficou evidenciado, ainda, que os municípios menos populosos apresentaram os melhores resultados, tanto no que se refere ao índice de empregabilidade (número de empregos formais ÷ número de habitantes) quanto ao valor da renda média formal da região do Mato Grande. Com isso, após todas as análises, o município que apresentou os melhores indicadores na região foi Pedra Grande, com a maior média na renda formal e o melhor índice de empregabilidade.

Com isso, nossa conclusão contraria o senso habitual da população de nossa região, que tem como verdade absoluta que uma cidade maior ofereceria maiores oportunidades de emprego e renda.

O resultado de nossa análise sobre os indicadores de Touros está fundamentado nos dados obtidos a partir da aplicação de comparativos de probabilidades de empregabilidade e classificação no ranking regional de todos os índices pesquisados. Sendo assim, o município apresentou resultados medianos em todos os índices avaliados, não ostentando destaque em nenhum campo. No quesito de oportunidade (empregabilidade) ficou na nona colocação e no de renda média formal apareceu na sexta posição.

O perfil do município de Touros na geração de empregos formais apresentou o setor de trabalho da Administração Pública gerando praticamente a metade de todos os empregos formais no município. Este dado demonstra a importante contribuição desse setor no mercado de trabalho tourense, porém deve-se observar o equilíbrio das contas públicas dentro da execução orçamentária municipal.

As informações de distribuição dos empregos formais entre gêneros em Touros apresentaram um equilíbrio entre homens e mulheres no diz respeito ao número de ocupações, entretanto no que se referem as ocupações dos cargos que exigem o grau de instrução mais elevado, as mulheres são maioria absoluta. A renda média formal nos sete setores do mercado de trabalho tourense, em quatro deles as mulheres tiveram valores superiores aos homens.

Fica comprovando que o setor de trabalho da administração pública tem influência importante no mercado de trabalho, na geração de emprego e renda. Assim sendo, o melhoramento destes indicadores perpassa, necessariamente, pela adoção de políticas públicas voltadas para oportunizar uma educação melhor para todos, qualificação profissional e implementação de incentivos fiscais através de instrumentos institucionais que são eficientes e eficazes para estes fins, com resultados positivos comprovados na historiografia.

REFERÊNCIAS

BANOV, Márcia Regina. Recrutamento, seleção e competências. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CARVALHO, Iêda Maria Vecchioni; PASSOS, Antônio Eugênio Valverde Mariani; SARAIVA, Suzana Barros Corrêa. Recrutamento e seleção por competências. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

D' ALONSO, G.L. Trabalhadoras brasileiras e a relação com o trabalho: trajetórias e travessias. Psicol Am Lat. México. N.15, dez. 2008. Disponível em < <http://www.inesc.org.br>> Acesso em 05 de dezembro de 2021.

GARCIA, Lucia dos Santos e CONFORTO, Ecléia. A inserção feminina no mercado de trabalho urbano brasileiro e renda familiar. Disponível em < <https://arquivofee.rs.gov.br>> Acesso em 03 de dezembro de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Trabalho e Rendimento. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/panorama>> Acesso em: 25 out. 2020.

MATIAS-PEREIRA, José, Manual de Gestão Pública Contemporânea. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA – MTP. Dados da RAIS. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/>> Acesso em: 25 out. 2020.

REINERT, José Nilson. Desemprego: causas, consequências e possíveis soluções. Revista de Ciências da Administração, Santa Catarina, n.5, p.45-48. maio.2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/download/8065/7448> Acesso em: 04 dez. 2021.

UMA BREVE ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NA CIDADE DE TOUROS

Hudson Bento de Almeida

Especialista em Tecnologias Educacionais e Formação de Educadores

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o município de Touros-RN conta com 33.503 habitantes, por isso foi contemplado no plano de expansão do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), que visava a construção de uma agência sua em todos os municípios brasileiros com mais de 20.000 pessoas.

O INSS surgiu a partir do Decreto nº 99.350, em 1990, com a junção de dois outros institutos: O Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS) e o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Hoje é o responsável por gerenciar e administrar a previdência social.

Já a previdência social é uma forma de seguro, a partir da inscrição e filiação, com contribuição e benefícios ligados aos segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS). São categorias de segurado: Empregado, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso, segurado especial e segurados facultativos.

O município de Touros/RN possui aproximadamente 75% de sua população rural, além de possuir uma vasta área litorânea, por isso a grande maioria dos segurados atendidos na unidade do INSS em sua localidade são da categoria de segurados especiais, como assim constitui a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, em seu artigo 12:

VII – como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros a título de mútua colaboração, na condição de: (Redação dada pela Lei nº 11.718, de 2008).

a) produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade: (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008).

1. agropecuária em área de até 4 (quatro) módulos fiscais; ou (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008).

2. de seringueiro ou extrativista vegetal que exerça suas atividades nos termos do inciso XII do caput do art. 2º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e faça dessas atividades o principal meio de vida; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008).

b) pescador artesanal ou a este assemelhado, que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida; e (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008).

c) cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de 16 (dezesesseis) anos de idade ou a este equiparado, do segurado de que tratam as alíneas a e b deste

inciso, que, comprovadamente, trabalhem com o grupo familiar respectivo (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008).

A agência do INSS em Touros/RN, localizada a Avenida Avelino André de Souza, número 68, no Centro, teve sua inauguração em 02/11/2011, onde na ocasião era ministro da Previdência Social o então senador Garibaldi Alves Filho, e o presidente do Instituto era o senhor Mauro Luciano Hauschild. Nesses mais de 10 anos de funcionamento a unidade chegou a ter média de atendimentos/mês de 1243 pessoas. Número que reduziu para cerca de 412 pessoas/mês com o advento do INSS digital e ausência de perícia médica na unidade.

A APS Touros (Agência da Previdência Social em Touros/RN) também recebe costumeiramente moradores das cidades de Maxaranguape, Rio do Fogo e São Miguel do Gostoso. Sendo assim responsável por uma população estimada em 60 mil habitantes.

Antes da construção da unidade, os moradores da região tinham que se deslocar, em média, 90 quilômetros, até as agências da Previdência Social de Natal, para ter acesso aos serviços da Previdência Social. A unidade é responsável pela manutenção mensal de 17.070 benefícios.

Para ressaltar a importância da previdência social, extraindo como exemplo o município de Touros/RN, podemos citar:

- a) Consta com endereço de residência no município de Touros/RN 6.148 benefícios de longa duração, que injetam na economia local um montante mensal de atualmente R\$7.357.817,50.
- b) Existem 3.551 aposentados e aposentadas por idade com endereço de residência no município de Touros/RN, totalizando um montante de R\$3.983.486,10 mensais. É importante frisar que desta quantidade de beneficiários 3340 foram na categoria de segurados especiais.
- c) São 1.186 pensionista, com o total de proventos somando o valor de R\$1.444.341,80, onde atentamos ao fato de 950 instituidores (segurados e seguradas falecidos(as) – Fato gerador da pensão por morte) eram segurados especiais.
- d) São 339 aposentadorias por invalidez, com 225 sendo rurais. Em um valor, neste mês, de R\$437.200,50.

Além dos benefícios previdenciários o INSS administra o BPC (benefício de prestação continuada, também conhecido como LOAS, benefício assistencial ou Amparo Social). Que se trata de um benefício a qualquer cidadão ou cidadã brasileiro(a), independente de qualidade de segurado e carência (tempo mínimo de contribuição e/ou filiação para gozo de benefício previdenciário), que possua idade superior a 65 anos ou invalidez e tenha renda familiar inferior a ¼ de salário mínimo.

É comum a sociedade atribuir o benefício assistencial ao idoso a aposentadoria por idade e o benefício assistencial ao deficiente a aposentadoria por invalidez, devido ser o valor mensal de um salário mínimo, com a diferença que o benefício assistencial tem caráter de manutenção de vida do recebedor (Alimentação e moradia por exemplo) e por isso não faz jus a decimo terceiro salário, e os demais são benefícios devidos por ter o segurado atingido os requisitos constantes na lei.

O artigo 20 da **lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**, mostra bem claro isso:

O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011) (Vide Lei nº 13.985, de 2020).

§ 1º Para os efeitos do disposto no caput, a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011).

§ 2º Para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência).

§ 3º Observados os demais critérios de elegibilidade definidos nesta Lei, terão direito ao benefício financeiro de que trata o caput deste artigo a pessoa com deficiência ou a pessoa idosa com renda familiar mensal per capita igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo (Redação dada pela Lei nº 14.176, de 2021).

Com endereço registrado em Touros/RN existem 484 recebedores de benefício assistencial ao deficiente e 84 que fazem jus ao benefício assistencial ao idoso.

Logo, percebemos que a previdência social acaba indiretamente estabelecendo uma função econômica de extrema relevância em um município como Touros/RN, pois no somatório dos valores pagos em benefícios consegue ser superior, por exemplo, ao repasse recebido pela municipalidade através do FPM (Fundo de participação dos municípios), bem como superior ao orçamento anual da própria prefeitura local, além de que possui um número de beneficiários superior até mesmo a quantidade de empregos formais na localidade. E tudo isso tendo uma política contributiva, na região, deficitária para o instituto uma vez que, diferente das demais categorias de segurados, a grande massa é constituída de segurados especiais e que não tem apresentado contribuições sobre a produção pois vivem em rime de economia familiar/subsistência.

“MADE IN CAJUEIRO” - A PRODUÇÃO ARTESANAL LOCAL COMO RESISTÊNCIA A ECONOMIA GLOBALIZADA

Levi Rodrigues de Miranda

Doutor em Ciências da Educação (Universidade do Minho)

INTRODUÇÃO

A produção artesanal na contemporaneidade chama a atenção por se caracterizar como forma de resistência cultural, num mundo dominado pela padronização e massificação dos produtos industrializados, disseminados pelo amplo processo de globalização da economia.

O presente artigo tem por objetivo ressaltar a produção artesanal de Cajueiro, distrito do município de Touros-RN, ou seja, a produção “*Made in Cajueiro*”, como foco de preservação cultural da comunidade praiana, em desafio a produção e o consumo de produtos industrializados do mundo moderno desenvolvido, que com uma produção em larga escala domina o comércio com produtos de valores mais baratos, deste modo, contribuindo para o declínio das oficinas artesanais deste pequeno povoado praiano, situado na “quina” do Brasil.

O LUGAR – CAJUEIRO

O distrito de Cajueiro é uma comunidade típica de pescadores e pequenos agricultores, faz parte de um conjunto de 27 distritos do município de Touros/RN, localizando-se a 7 km do núcleo urbano de Touros e a 15 km da cidade de São Miguel do Gostoso/RN, cidade esta que vem alcançando um amplo desenvolvimento nas últimas décadas, em decorrência do elevado fluxo turístico nacional e internacional, trazendo assim, para estas “bandas” do litoral potiguar, os costumes e usos de produtos mercadológicos do mundo dito moderno. Cajueiro, devido a sua posição estratégica, na passagem para Gostoso, portanto, aqui de uma forma prazerosa a intitulamos de: “Cajueiro - Uma delícia no caminho do Gostoso” (ver fotografia 1).

Fotografia 1 – A delícia da paisagem bucólica de cajueiro.

Fonte: Autor.

Cajueiro conta atualmente com aproximadamente 4 mil moradores que se mantêm, em sua maioria, atentos e influenciados ao consumo dos produtos do mundo externo, através do acesso às comunicações via internet, sistema de televisão e rádio. Ou até mesmo no contato direto com visitantes e/ou passantes, que utilizam a larga faixa de areia praiana, com motos ou carros tracionados, para chegarem à cidade de Gostoso, o novo “point” turístico do RN (Ver fotografia 2).

Fotografia 2 – A planura da larga faixa de areia na praia no período da maré baixa, serve de passarela para os motorizados em direção a cidade de Gostoso.

Fonte: Autor.

Ressalta-se que o contato com produtos industrializados se dá também, e principalmente, através das constantes viagens em carros particulares, alternativos ou ônibus, que os cajueirenses fazem mensalmente ao comércio de maior porte na cidade de Natal, capital do estado, em particular ao bairro do Alecrim, uma região de comércio popular com inúmeros produtos de produção globalizada nacional e internacional, principalmente os de rotulação “*Made in China*”. Assim sendo, na maioria das vezes há uma preferência pela compra de artigos globalizados modernos, baratos e industrializados, em detrimento da aquisição de produtos artesanais originais, fabricados pelos artistas da comunidade cajueirense. Neste sentido, Keller (2014, p. 3) afirma:

Na sociedade contemporânea o produto industrial padronizado tanto destrói quanto reconfigura o artesão, a produção e o produto artesanal. O que explica a natureza marginal e precária da atividade artesanal na sociedade industrial capitalista contemporânea.

Ainda complementado este raciocínio, Torres (2019, p. 118) nos fala:

No processo de globalização, a tendência a subsumir o trabalho artesanal ao mercado pode derivar em problemáticas de organização social e análises pertinentes da situação da produção econômica, política e simbólica.

Mesmo diante deste descompasso e concorrência com os produtos industrializados, a produção artesanal de Cajueiro resiste tanto como forma de resistência socioeconômica, quanto forma de resistência cultural, registrando ao longo dos tempos a história identitária, os costumes e memória específica do lugar. Assim nos fala Keller (2014, p. 4):

A atividade artesanal no mundo contemporâneo faz parte tanto da subsistência e do sustento econômico do artesão quanto ao sustento de identidades e de culturas onde as comunidades de artesãos estão inseridas.

A atividade artesanal de Cajueiro, embora na contemporaneidade esteja reduzida em grande parte à margem do processo da lógica de acumulação capitalista da sociedade global, consegue se perpetuar ao longo de gerações que ora abraçam ou renegam o valor e o prazer do consumir o produto nativo.

A FABRICAÇÃO ARTESANAL EM CAJUEIRO

O trabalho artesanal em Cajueiro, embora nos remeta a tradição do lugar, carregado de simbolismo histórico, no entanto, este fenômeno social na contemporaneidade absorve transformações na sua produção e apresentação, mediante a

forte influência dos produtos globalmente industrializados, que a cada dia avança no consumo e gosto da população nativa.

Todavia, a identidade econômica e tradicionalmente cultural da população cajueirense pode ser vivenciada e consumida na atualidade através de vários produtos alimentícios típicos produzidos pelos artesãos locais.

Dentre eles destacamos na produção alimentícia:

A **Beleza** fabricada em tempos atrás por Dona Bastinha é hoje produzida por Dona Dorinha, uma professora aposentada que se dedica com muito esmero a feitura do famoso biscoito a base de amido de milho, em formato de um oito. Em tempos anteriores esta guloseima era vendida de porta em porta pelas ruas da comunidade, a beleza era dependurada numa grande vara, conduzida no ombro do vendedor, que como forma de anunciar sua passagem, bradava em voz alta: “olha a beleza! a beleza está passando!”.

A **Bolacha de Leite** e **Cocorote** são até hoje algumas das delícias de Cajueiro, produzidas por Seu Manuel, conhecido carinhosamente pelos amigos mais próximos como Manuel Come Ovo. Sempre nas quintas-feiras estas delícias da culinárias cajueirense, são fabricadas numa espécie de pequena padaria, nos fundos da sua residência. Começa no raiar do dia a fabricação do produto feito à base de farinha de trigo, manteiga, leite, sal e açúcar (ver fotografias 3 e 4). Num forno a lenha, e arrumadas em grandes bandejas, a bolacha de leite é assada em elevada temperatura, sendo constantemente trocadas de posição para evitar a queima do produto. O cocorote, espécie de broa com sabor de coco, segue o mesmo procedimento de fabricação. Ressalta-se que, este mesmo artesão ainda produz para a comercialização a buchada, o picado, a carne de bode e carneiro, resultante da criação e abate destes animais criados em seu quintal.

Fotografia 3 - Produção de bolacha de leite em Cajueiro.



Fonte: Autor.

Fotografia 4 - Produção de bolacha de leite em Cajueiro.



Fonte: Autor.

De sabor inigualável são as **cocadas** de Ciça de Epifânio, produzidas com coco e açúcar, nos sabores de maracujá e coco queimado. Logo após ao meio-dia, a tímida senhora sai pelas ruas com uma grande cesta repleta destas iguarias, oferecendo aos moradores a excelente sobremesa.

Logo no início das manhãs, podemos encontrar pelas ruas do povoado a senhora Ana Carioca transportando o **manguzá**, que é consumido como um precioso complemento para o café da manhã. Trata-se de uma espécie de mingau a base de leite de coco e milho.

O **coco verde** também é um dos produtos vendidos nas ruas do povoado, Seu Rex, um senhor de idade, com um facão na mão vai “desfundando” o produto deixando pronto para ser consumido.

O **dindin**, que veio a substituir o antigo poli, tornou-se um dos produtos de grande fabricação no lugar, são apreciados os fabricados por D. Maria do Socorro, Ana Patrícia de Iá e os produzidos pela Srta. Quésia, que tem a especialidade do dindin gourmet.

Ainda como produtos para a comercialização derivados do milho, destacamos a **pamonha** e a **canjica** de Gleição. As mais deliciosas são as produzidas com o milho verde logo após a colheita.

Tradicionalmente a tapioca da “madrinha” Gildete Garcia é muito apreciada pelos cajueirenses, ao final da tarde já estão prontas para o acompanhamento ao cafezinho da

‘boquinha da noite’. Podendo o freguês ainda saborear outro produto fabricado por ela, a raiva, um biscoito doce feito de goma, que derrete na boca (ver fotografia 5).

Fotografia 5 – “Madrinha Gildete” no posto de vendas das tapiocas e raivas.



Fonte: Autor.

Outras guloseimas alimentícias são elaboradas em Cajueiro para a venda, tais como: os pasteis saborosos de Lucicleide; o cachorro quente de D. Lurdinha; os salgadinhos deliciosos de Darquinha; a farofa de soja de Fio; o arroz doce de Maria Sabão (hoje Maria do Arrocha); os bolos artísticos de Bibana, Kely e Fabíola de Zeca; as pizzas de Efigênia e tantos outros pratos saborosos de produção local.

Na produção de itens decorativos e de peças utilitárias, destacamos em Cajueiro alguns produtos do artesanato de material não perecível, tais como:

Itens decorativos e de caráter utilitários são produzidos por um pequeno grupo de senhoras dedicadas a criatividade na produção de artefatos artesanais. São artesãs que com suas habilidades artísticas elaboram diversos produtos para a venda na praça central do distrito, ressaltamos, portanto, os trabalhos de Graça (ver fotografia 6), Silvana, Ceíça e Detinha, que produzem artesanato com base em tecidos, rendas, plásticos, **peças de barro, palha, couro, madeira, papel, bijuterias, matérias brutas ou recicladas**. No mês de setembro passado, foi realizado uma feirinha na orla marítima para dar maior visibilidade aos produtos elaborados de forma artística pelas artesãs do lugar.

Fotografia 6 - A arte da senhora Graça, artesã cajueirense.



Fonte: Autor.

Merece destaque o painel pintado nos muros da comunidade pelos artesãos, colorindo a comunidade com arte (Ver fotografias 7 e 8).

Fotografia 7 – A comunidade colorida pelos artesãos e artesãs.



Fonte: Autor.

Fotografia 8 – A comunidade colorida pelos artesãos e artesãs.



Fonte: Autor.

A produção de **vassouras** artesanais fica ao encargo de Seu Tico, que com muita habilidade limpa os ponteiros retirados das palhas do coqueiro e com a utilização de partes de garrafas pet, produz excelentes produtos para a varrição de terreiros (Ver fotografia 9).

Fotografia 9 - A produção de vassouras artesanais.



Fonte: Autor.

Com o uso de cipó e palha e uma fértil criatividade o senhor Francisco Souza de Assis, mais conhecido por “Cheiro”, produz lindos **adornos, luminárias e cestas**, em vários modelos para a decoração de residências e uso diário na pescaria (ver figura 10).

Fotografia 10 – Artesão cajueirense produz peças utilitárias e de decoração.



Fonte: Autor.

Na produção de **croché**, ressalta-se o trabalho feito por Núbia Cruz, a blogueira de Cajueiro, que dispõe de um canal para ministrar cursos, na elaboração das mais variadas produções de crochês, tanto decorativos quanto utilitários, tal como as vestimentas praianas (Ver fotografia 11).

Fotografia 11 – A produção de crochê decorativo e utilitário confeccionado pela blogueira Núbia Cruz.



Fonte: Autor.

Cajueiro é considerada uma das mais belas praias do litoral norte potiguar, o mar, portanto, estimula os filhos da família dos Beiju, a fabricação de **miniaturas de barcos de pesca**, grande é a variedade destes brinquedos imitação dos originais. São **jangadas, catraias e barcos lagosteiros** que tem por finalidade serem objetos de uso decorativos, ou de diversão para as crianças nas pequenas ondas a beira mar. Após a morte de Seu Silas, um senhor construía navegações para pescadores, o pequeno estaleiro de Cajueiro parou a construção de barcos lagosteiros, embora Valdério, seu neto, fabrique atualmente para usos da pesca do peixe, os **paquetes** (espécie de jangadas) para a pesca de peixe, e as **catraias** que são pequenas jangadas, que servem para o transporte da lagosta, dos barcos ancorados na costa para a terra firme.

Ainda como artesanato produzido em Cajueiro destacamos: a confecção de **cortinas** por D. Verônica; **enxovais de bebê** por D. Ieda; **colchas de cama** por D. Celina. O **tresmalho** (espécie de rede de arrastão para a pescaria) e o **labirinto** (tipo de colcha de cama e mesa feita no tear), vêm sendo produzidos de forma diminuta por outros moradores da comunidade cajueirense.

Como forma de dar maior visibilidade a bucólica praia, de um modo agradável, o Instagram Cajueiro Praia, iniciativa da blogueira Claudia Laís, aplica em diversos **artigos utilitários** e **souvenirs** para a venda, mensagens que retratam a vida cotidiana do povoado (ver fotografia 12). Tem estes objetos o intuito de resgatar e divulgar a memória do lugar, promovendo a divulgação da praia de Cajueiro.

Fotografia 12 - Souvenirs com temática que resgata a memória e visibilidade de Cajueiro, ideia da blogueira Cláudia Laís.



Fonte: Autor.

Seja alimentício ou de produtos não perecíveis, o artesanato testemunha as habilidades herdadas e/ou adquiridas na produção de identidades territoriais. Através da produção manufatureira, o artesão com sua técnica impõe uma expressão simbólica ao produto elaborado ao lugar específico de sua vivência. Esta atividade profissional revela e preserva a cultura e a história do lugar.

PALAVRAS FINAIS

O artesanato local através de suas práticas tradicionais necessita ser valorizado e estimulado na sua existência através das decisões socioeconômicas e políticas, a fim de fazer frente a nova ordem mundial que globaliza e fragmenta a cultura local.

No cenário atual, a produção caseira artesanal resiste de forma insignificante o amplo avanço dos produtos industrializados em todos os segmentos sociais. Mesmo o artesão, simbolizando a preservação da identidade cultural de um povo, enfrenta precárias condições na produção dos produtos, afetado pela falta de formalização e regulamentação da atividade e em especial a concorrência dos produtos de baixo custo, uma vez que são produzidos em massa pela industrialização.

No entanto, a população do distrito de Cajueiro, embora massificada pela globalização avassaladora, ainda de forma limitada, cede ao valor e o prazer de consumir os produtos de típicos do lugar, preservando a memória histórica do passado, presente e do futuro.

REFERÊNCIAS

KELLER, Paulo F. Trabalho e economia do artesanato no capitalismo contemporâneo. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia –GT 034: Etnografias do capitalismo, Natal/RN. 2014. *In*: <http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1400624044_ARQUIVO_KELLER-Paper-ABA-GT34.pdf>.

MIRANDA, Levi Rodrigues. Entre os caminhos e imagens do labirinto urbano de Cajueiro – Touros/RN. Natal/RN. 2002.

TORRES, Roberto Veja. Institucionalização do trabalho artesanal: classe social e identificação cultural em França e Brasil. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, Londrina, v. 40, n. 1, p. 103-120, jan./jun. 2019.

NEM SÓ DE CAOS CONSTITUIU-SE A PANDEMIA

Lucineide Santana dos Santos

Graduada em Serviço Social, Geografia e Letras (UFRN)

Ao apagar das luzes da segunda década do século XXI, em plena efervescência da globalização e da evolução tecnológica, viu-se o mundo envolto em verdadeiro caos provocado por um inimigo invisível a olho nu, que se supõe ter surgido na China. Tal inimigo, em curto espaço de tempo, fazendo bom uso das facilidades do mundo globalizado, se fez presente em todos os recantos do planeta, deixando o mundo de pernas para o ar e a humanidade estupefata, sentindo-se mais do que nunca impotente, amedrontada, sem rumo, sem direção e obrigada a se isolar do convívio social.

E, “de repente, não mais que de repente” viu-se instalada a pandemia. O vírus do COVID - 19, como assim foi batizado, ditou as ordens num recém-criado contexto: assustou e matou milhões e milhões de seres humanos, como que brincando de pega-pega, sendo ele o vilão máster. De uma hora para outra, milhões de famílias foram nocauteadas pela dor e a perda de seus parentes; umas com poucas baixas, outras com inúmeras. Muitos foram os filhos que perderam seus pais; pais que perderam filhos em plena flor da idade e muitas são as esposas chorando a morte dos seus cônjuges ou vice-versa.

Nesse novo contexto parecia-se viver a realidade cantada por Raul Seixas em sua canção: o dia que a Terra parou. Só que diferente do sonho contado em música, o fato de agora não se sair de casa não foi nada combinado em comum acordo e nem tão pouco teve a duração de um dia. Foi pura imposição de um vírus, o tal COVID-19, e lá se vão praticamente dois anos. Nesse longo tempo, muitos foram os profissionais que deixaram de sair para cumprirem com seus afazeres, pois como dito na canção, aqueles a quem teriam seus préstimos não estariam onde deveriam estar. A exceção para se ter clientela recaiu sobre poucos, principalmente sobre a classe médica que a teve em demasia, e todos aqueles da área da saúde e de outras áreas com incumbência de auxiliá-la direta e ou indiretamente.

Esses profissionais figuraram como verdadeiros heróis da resistência. Mesmo que já vivendo em alguns momentos, situações de anormalidades, a exemplo das superlotações em unidades de saúde, principalmente as voltadas ao serviço público, nada se compararia com a realidade do cenário pandêmico.

No referido contexto, além do gigantesco número de pessoas contando com os seus préstimos, haviam vários fatores que influenciavam no seu fazer: estavam lidando com o desconhecido, o que implicava em não saber como atuar e intervir, bem como com o alto grau de contágio que colocaria suas próprias vidas e a dos seus familiares em risco, a sobrecarga de trabalho, a falta e ou carência de recursos básicos - a exemplo de respiradores, leitos, insumos, mão de obra qualificada - e tantos outros fatores que contribuíram para dificultar a vida desses profissionais nesse cenário desesperador.

Por outro lado, enquanto os profissionais da saúde sofriam com sobrecarga de trabalho, muitos foram os profissionais de outras áreas que ficaram sem ter o que fazer, pois tiveram seus postos de trabalhos fechados, o que aumentou sobremaneira a massa de desempregados mundo afora e conseqüentemente, a fome, a dor e o desespero de milhões de famílias, principalmente daquelas já em estado de vulnerabilidade social, que já não eram poucas na realidade brasileira.

No entanto, diante desse cenário de morte, dor, sofrimento, desestabilização da economia, desemprego e tantos outros fatores negativos, não foram poucas as novas alternativas de enfrentamento surgidas. Diante do caos estabelecido, viu-se surgir novos cenários de evolução e desenvolvimento em diversos setores, principalmente os relacionados ao setor da construção civil, do comércio de alimentos, da indústria farmacêutica e alguns setores de serviços, sobretudo, os de serviços funerários.

O uso das novas tecnologias, principalmente as voltadas a informação e comunicação possibilitou a realização de situações antes inimagináveis, principalmente de setores que já lidavam com elas. O mundo virtual foi o elo de mobilização, articulação e sobretudo de reinvenção das práticas sociais. Diversos setores sobreviveram e cresceram em função disso. A exemplo da classe artística musical que encontrou nas lives a fórmula de se manter ativa, da mesma forma que o comércio virtual garantiu a sobrevivência de diferentes setores da economia.

A solidariedade criou asas e se fez presente aterrizando nos mais diferentes espaços geográficos e sociais. Pessoas doaram seu tempo cuidando do outro de muitas maneiras. O mundo virtual serviu de instrumentação para isso. Isoladamente ou em grupos, disponibilizaram tempo, recursos e conhecimento atuando em várias frentes de ajuda: uns com campanhas de arrecadação e distribuição de roupas, alimentos, cobertores; outros criando meios através da internet, para ajudarem muitas outras a comercializarem seus produtos e terem como sobreviver a pandemia.

Mais uma vez, o ser humano mostra suas habilidades e capacidades de superação e reação diante das adversidades. A história da humanidade tem mostrado que é diante delas que tem surgido os maiores feitos criativos do homem. Mesmo em tempos remotos quando ainda não dispunha de tanto aparato tecnológico, teve-se a capacidade de, diante das intempéries, encontrar meios de sobreviver e evoluir, aperfeiçoando os meios e ferramentas já existentes e criando novos aparatos tecnológicos. Como uma fénix, o homem parece ressurgir das cinzas do caos que a vida lhe impõe.

Desta feita, diferentemente de outros contextos históricos, muitas já eram as ferramentas e condições favoráveis que ao homem possibilitaria buscar caminhos para superação, a exemplo da busca por vacinas em pequeno espaço de tempo. Afinal, vivia-se em plena efervescência da era digital, do usufruto da internet e das diversas mídias, fatores esses resultantes da grande busca humana por inovação ao longo da história, num processo contínuo de desafiar-se em busca de novos sonhos e conquistas. Busca essa impulsionada pela curiosidade e inquietude do sujeito diante da vida. Características próprias de um ser, como dito por Paulo Freire – Patrono da Educação Brasileira “inconcluso” e, portanto, em constante evoluir.

Provavelmente tenha sido no campo da educação que mais tenha se percebido os efeitos maléficos da pandemia. De repente, milhões de alunos tiveram que ficar em casa, integralmente aos cuidados de pais e familiares. O que, em tese, deveria ser um fator positivo, em se pensando terem mais tempo juntos, veio escancarar inúmeras fragilidades vividas na instituição família. As de menor poder aquisitivo como sempre, foram as que mais sofreram, fosse pela falta de comida para sustento dos seus filhos, onde, para muitos, a merenda servida na escola figurava como única refeição no dia, fosse pela impossibilidade de buscar recursos quando tinham que cuidar das crianças; ou pela dificuldade de ajudar nas tarefas escolares dos seus filhos, quando muitos desses pais, também sequer eram alfabetizados ou por outras tantas razões limitantes inerentes a sua condição social.

Diante da impossibilidade de o trabalho pedagógico acontecer no seu espaço habitual - a sala de aula - muitas foram as instituições de ensino em que professores, gestores, equipes pedagógicas, pais e alunos formaram verdadeiros batalhões em prol de não se deixar parar e nem sucumbir a educação nos vendavais da pandemia.

Muitos foram os professores e professoras que dobraram, triplicaram e ou quadruplicaram o seu tempo de trabalho em função do aluno, fosse em atendimento

virtual individualizado e ou em busca de novas formas e caminhos para melhor atendê-lo.

Profissionais que se desdobraram no sentido de aprender e ressignificar conceitos e novos fazeres. Aliás, reaprender, superar-se, reinventar-se são exercícios constantes da prática do profissional da educação.

No contexto em pauta, esse exercício potencializou-se de tal forma, que mesmo diante do improvável, muitas foram as vivências exitosas. A exemplo de escolas que, mesmo aprendendo a funcionar remotamente, levaram os seus alunos e os seus familiares a participarem inclusive de olimpíadas, como a Olimpíada de Língua Portuguesa, e a produzirem seus próprios livros, a exemplo do Projeto Estante Mágica, duas experiências exitosas. Podemos destacar o trabalho da E. E. Coronel Antônio do Lago - Touros/RN, que não mediu esforços em continuar resistindo e evoluindo no seu valoroso fazer.

Alunos do 1º ao 5º ano de escolaridade, produziram seus próprios livros pela Estante Mágica, e os de 5º ano, em especial, dos dois projetos: Olimpíada e Estante Mágica, fazendo bonito e elevando o nome da referida escola, a qual neste ano de 2021, completou 94 anos de existência e conseqüentemente, 94 anos de bons serviços prestados à sociedade tourense.

Diante do caos provocado pela pandemia, era comum vê-se professores/as vivendo inúmeros problemas relacionados à saúde: queda de cabelo, erupções cutâneas, síndrome do pânico e muitos outros. Mas, como sempre, dando a volta por cima em função do seu fazer. Para muitos, superar as dificuldades relacionadas ao domínio e uso das novas tecnologias, para poder propiciar as aulas remotas aos seus alunos, foi um dos seus maiores desafios. Esse fator provavelmente tenha sido e venha a ser, um dos mais importantes fatores que contribuirão para a melhoria da qualidade do ensino nos próximos tempos. Se evoluiu nesse sentido, em pouco espaço de tempo. O que provavelmente, caso não estivéssemos inseridos numa pandemia, necessitaria de um longo tempo para se conquistar.

É notório que o cuidado com a educação pública no nosso país sempre foi algo que deixou a desejar, em se tratando da importância da mesma na formação e existência do sujeito. A falta de incentivo, valorização e investimentos nessa área sempre dificultou, limitou e influenciou negativamente no resultado do processo educativo.

Em que pese os avanços das novas tecnologias e sua importância para desenvolvimento e evolução da humanidade, o seu acesso ainda é muito limitado dentro dos espaços escolares, em especial, as instituições de ensino público. Fato esse que,

atrelado a outros tantos, ensejam no não domínio das mesmas, tanto por parte de alunos quanto de professores. Desta forma, o lidar com os aparatos tecnológicos a favor da educação, provavelmente, tenha sido um dos grandes desafios e limitações vividas no espaço escolar.

O uso do celular, por exemplo, em alguns espaços educacionais, especificamente de escolas públicas, envolvia uma grande discussão. Pela dificuldade de acesso de todos os alunos a essa ferramenta, quem os tinha, por vezes eram proibidos de fazer uso, já que na maioria das vezes servia para “desviar” a atenção, fosse de quem o possuía ou dos demais que curiosos desviavam a atenção para quem dele fazia uso. Assim sendo, por vezes era considerado como grande vilão.

Nesse contexto pandêmico, sendo obrigados a manter o distanciamento social e as medidas protetivas necessárias, mas sem deixar o estudo/ensino de lado, foi ele, o antes tido como vilão, o grande responsável e facilitador da educação. Foi com o auxílio do mesmo, na maioria das situações de ensino que, o elo educativo entre aluno e escola se fez, e que continua a se fazer realidade.

O antes vilão, tornou-se o maior aliado no processo educativo, ora feito remotamente. Sem o seu uso, certamente, tudo teria sido mais difícil.

Infelizmente, por nem todo aluno possuir e ou ter acesso a esse recurso tecnológico e a outros, como o tablet ou computador, muitas foram as situações em que crianças e adolescentes ficaram desassistidos em relação ao estudo nesse período. Da mesma forma que o não acesso à internet e ao domínio dos recursos de mídias, também o foram. Em algumas situações, famílias inteiras precisavam compartilhar de um único celular para estudo de todos, ainda em pior condição ficaram aquelas completamente desprovidas desses recursos.

Para parte dos alunos o ensino remoto já não era novidade, principalmente em se tratando de alunos da rede particular de ensino e das séries mais elevadas. Afinal, o ensino na modalidade a distância há muito já se faz realidade entre nós, principalmente voltada ao Ensino Superior. Muitos são os cursos oferecidos pelas Universidades na modalidade a distância, a exemplo da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

Para os alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental inseridos na escola pública, o ensino remoto surgiu como elemento novo, e assim passível de familiaridade, aceitação e domínio. Desta forma, esse período não foi e não está sendo fácil de vencer. Muitas lacunas existem. No entanto, vem servindo de lições e aprendizados.

A expectativa de todos, principalmente daqueles inseridos no processo educativo, é que esses recursos se tornem ferramentas de uso constante no processo de ensino-aprendizagem também para as crianças do ensino público, pois são grandes facilitadores de aprendizados significativos.

Em se tratando de lições e aprendizados, esses não se deram exclusivamente no contexto escolar. A pandemia nos impôs pensarmos sobretudo à condição humana, suas fragilidades e limitações diante da morte; bem como, atitudes diante da vida. De repente, o montante de bens e riquezas que sempre figurou como diferencial entre privilegiados e marginalizados, não assegurava a nenhum deles o passaporte de isenção do problema. Todos, independentemente de raça, cor, gênero, status social, estavam em condições de igualdade. Diante da possibilidade da morte, todos viveram sob a incerteza, o medo, a reclusão.

Situações vividas nesse contexto pandêmico vêm servindo como uma espécie de termômetro e ou de bússola para medir e orientar o nosso caminhar no trajeto do existir. Em meio ao desespero de mortes, internações, buscas por formas de conter o vírus, pode-se observar o quanto a Ciência é importante na condução da vida nesse planeta e o quanto a falta de investimentos e de valorização a quem a produz, é prejudicial. Graças a esse conhecimento científico, as suas pesquisas e ao envolvimento de pessoas que dedicam as suas vidas a esse fazer, num curto espaço de tempo - se comparado a outras situações - foi possível encontrar vacinas para contê-lo e ou minimizar seus efeitos.

Da mesma forma, nos possibilitou pensar na importância que tem cada profissional dentro da sua área de atuação. A exemplo dos profissionais da saúde, que no referido cenário, foram verdadeiros heróis, muitos perderam a vida lutando bravamente para salvar seus semelhantes. Cumprindo o mesmo papel estiveram enfermeiros, auxiliares, médicos, maqueiros, motoristas de ambulância, psicólogos, assistentes sociais e tantos outros.

Nos fez refletir, e ou deveria tê-lo feito, que no trajeto do nosso existir, há uma relação intrínseca entre capital e trabalho. Um não se faz sem o outro. Assim como o empregado precisa do patrão e dos seus meios de produção para conseguir emprego e prover seu sustento, o patrão/empregador necessita da força de trabalho do seu empregado para produzir e operar os seus meios de produção e para ele produzir lucro. Desta forma, o lucro é tão importante para o capitalista, quanto a valorização da força do trabalho o é para o trabalhador que faz girar as engrenagens das máquinas.

Deixou margens para a reflexão a respeito das muitas impressões preconceituosas que carregamos a respeito de coisas que sequer conhecemos, e que por vezes, sabemos muito pouco a seu respeito.

O Ensino a Distância, que nesse contexto pandêmico vem possibilitando a continuidade do ensino, nas escolas primárias e secundárias país afora, e que já está por décadas a serviço da educação no ensino universitário, por vezes tem sido motivo de questionamentos, críticas e menosprezo por parte de muitos que não acreditam em sua eficácia. No entanto, tem sido essa modalidade de ensino que tem oportunizado a muito cidadão, que não dispõe de tempo, participar de cursos presenciais e assim dar continuidade aos estudos e conseqüentemente suas formações e qualificações para o trabalho e para a vida. Essa vem se mostrando cada vez mais eficaz e eficiente em seus propósitos. Certamente, só tenderá evoluir, pois se nutre da evolução da tecnologia; e essa evolução tecnológica é o que de mais dinâmico e crescente se faz nesse mundo globalizado.

Em se pensando o seu desenvolver para o Ensino Primário, certamente, o mesmo não se fará da mesma forma que para o Ensino Médio e Universitário, principalmente, em se tratando dos anos iniciais do Ensino Fundamental e o Ensino Infantil. Estes sempre precisarão da figura indispensável do professor como mediador da aprendizagem em sala de aula, para sistematização do conhecimento e norteador dos pensamentos. No entanto, deverão servir como práticas alternativas de suma importância no auxílio do fazer pedagógico.

Que o legado da pandemia venha nos possibilitar seguir a vida em nossa “incompletude” buscando novos caminhos e novas formas de melhor viver com nosso irmão e a Mãe Natureza. Esta que, por sinal, conseguiu respirar mais aliviada, sem a demasiada intervenção do homem sobre si, nesse contexto pandêmico.

Torçamos para que, as dores e sofrimentos vividos nesse difícil tempo de pandemia, venham a serem superados e ou minimizados, com a força e os aprendizados colhidos nessa difícil trajetória a qual fomos submetidos.

REFERÊNCIAS

ALVES, L.; NOVA, C. (Org). Educação a distância: uma nova concepção de aprendizado e interatividade. São Paulo: futura, 2003.

FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. 14. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

_____. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. Política e Educação. Indaiatuba: Vila das Letras, 1993.

GOMES, Apuena Vieira. Informática e educação: interdisciplinar/ Apuena Vieira Gomes, Adja Ferreira de Andrade – Natal, RN: EDUFRN Editora da UFRN, 2005.

KENSI, V. M. As tecnologias e ensino presencial e a distância. Campinas: Papyrus, 2003.

MORAN, J. M. et al. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 3. Ed. Campinas: Papyrus, 2001.

**POETAS TOURENSES DE UM PASSADO RECENTE
(JOSÉ PORTO FILHO, LUÍS PATRIOTA E FRANCISCO DE BRITO)**

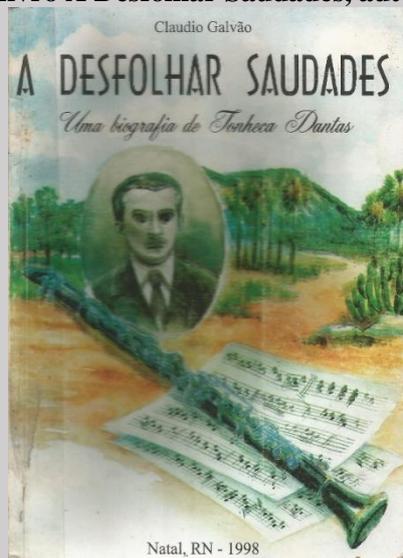
Luiz Cláudio Penha da Silva
Especialista em Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola (UFERSA)

No livro *A desfolhar Saudades – uma biografia de Tonheca Dantas*, lançado em 1998 por Cláudio Galvão, pesquisador e ex-professor do Depto. de História da UFRN, é possível entender a forte ligação de poetas norte-rio-grandenses com o estado do Pará.

Referindo-se à trajetória musical do autor da conhecida valsa Royal Cinema, Galvão cita na pág. 58 da referida obra: *“Chegando a Cabedelo, porto da cidade de Parahyba, capital do Estado do mesmo nome, ocorreu uma mudança brusca e inesperada nos planos do jovem músico. Havia dois navios no porto, um para o sul e outro para o norte. Tonheca preferiu rumar em destino ao Pará. Não se sabe ao certo o que motivou tal decisão. Certamente que não foi sem um motivo forte. A Amazônia vivia naqueles começos de século a fase áurea da borracha, que trazia benefícios a todos os setores da vida da região, muito especialmente a cultura.”*

Em sua pesquisa, Cláudio registra que Belém do Pará era uma das mais evoluídas capitais brasileiras no campo musical, com grande movimento artístico no século XVIII, tudo isso fruto da exploração da borracha. Segundo ainda seus registros, a inauguração do Teatro da Paz, em fevereiro de 1878, viabilizou a apresentação de companhias de ópera europeias, além de orquestras e corais compostos por artistas paraenses.

Imagem 1 – Capa do Livro A Desfolhar Saudades, autoria de Cláudio Galvão.



Fonte: Galvão (1998).

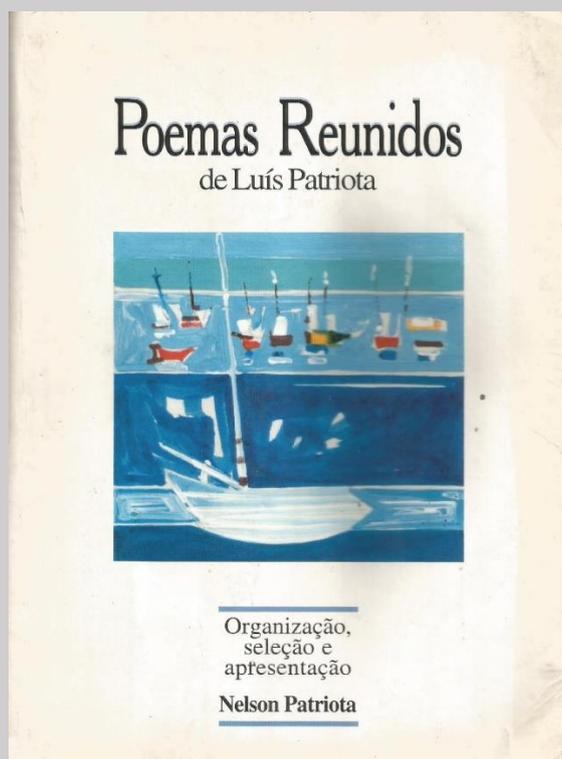
Dos poetas tourenses de um passado recente, as informações e registros biográficos, em sua maioria, encontram-se em suas próprias obras literárias, sem maiores detalhes de suas vidas pessoais, destacando-se a forte ligação com Belém do Pará, certamente pelas razões já elencadas acima, citadas na obra do pesquisador Cláudio Galvão.

AS JANGADAS DA ALMA E OS POEMAS DA VIDA

Luís Patriota, o primeiro a publicar seus poemas, lançou duas obras, *Livro D'Alma, em 1922 e em 1935, Poema das Jangadas*, obras esgotadas e reunidas pelo filho, Nelson Patriota, que partiu recentemente para o terceiro estágio da vida, no livro *Poemas Reunidos de Luís Patriota*, lançado em 2001.

Não constam registros da ida do poeta Luís Patriota ao estado do Pará para experiências musicais, poéticas ou laborais.

Imagem 2 – Capa do Livro de poemas de Luís Patriota.



Fonte: Patriota (2001).

Segundo registro de Nilson Patriota no livro lançado por Nelson, Luís era uma criança quieta, contemplativa, de gestos comedidos e comportamento silencioso.

Aos cinco anos perdeu o pai e aos treze a mãe. Luís passou a viver sob os cuidados das irmãs e teve que trabalhar logo cedo.

Imagem 3 – Poeta Luís Patriota.



Fonte: Patriota (p. 101, 2001).

Leitor voraz, sendo reconhecido por várias habilidades, inclusive como jornalista, escrevendo em jornais de Natal e publicando seus poemas, forma-se em Contabilidade na Escola de Comércio de Natal, chegando ao cargo de Secretário da Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte.

Dentre muitos de seus poemas temos, De Volta a Touros, registrado na página 189, do livro Poemas Reunidos, de 2001.

DE VOLTA A TOUROS – LUÍS PATRIOTA

*Depois de longa ausência, eu volto ainda
Para onde estás e quero em teu regaço
Cantar, na comoção de ardente abraço,
O lausperene da saudade infinda*

*Eu que andei, quanto tempo, noutros climas,
Saudoso e esquivo como um nauta errante,
Nunca encontrei alívio confortante,
A este meu peito, que só tu reanimas.*

*Terra querida! Apraz-me hoje espriair
Estes meus olhos de contemplativo,
Ao ver o pôr-do-sol decorativo,
O teu céu, os teus campos, o teu mar.*

*Os pescadores vão também cantando,
A nostalgia que se lhes vai n'alma,
Ao vir da tarde enlanguescida e calma,
Na cadência das águas soluçando.*

*Por tudo isto, acima das maldades,
Como ninguém, talvez – quem sabe? – eu te amo
E quero, deste amor de que me ufano
Volvendo a ti matar velhas saudades.*

Luís Patriota, já autor de obras conhecidas, mantém forte ligação com os artistas da capital, tendo alguns poucos poemas, modinhas, estilo característico da música potiguar, musicados por parceiros como Antônio Carolino e Eduardo Medeiros. Antônio Carolino, exímio violonista e conterrâneo do distrito de Cajueiro, convidou Luís para uma parceria musical que durou alguns meses do ano de 1932, por cidades potiguares e outros estados do Nordeste. A seguir, relato de Câmara Cascudo sobre o referido poeta tourense.

Revejo-o na Junta Comercial do Estado, próximo ao expediente encerrar-se. Sentado, olhando para o alto da sala que a penumbra invadia. Estava vendo TOUROS! Bom Jesus de Touros, onde povoava de cantigas e gritos as praias incomparáveis (PATRIOTA, 1978, p. 205-206).

O poeta, conforme já observado, colaborou com vários jornais da capital. Demonstra em sua obra, assim como seu conterrâneo Porto Filho, um forte fervor religioso. Em artigo publicado no Diário de Natal de 24 de dezembro de 1952, intitulado “Meu presente de Natal”, mostra sua indignação com as escolhas humanas.

Os homens, desvirtuados do sentimento da fé cristã e do suave e doce misticismo das tradições religiosas de nossos antepassados, buscam, tão somente, nesta fase de transição materialista, as veredas incertas e tortuosas da inquietação dos espíritos, numa desabalada carreira para o Caos (DIÁRIO DE NATAL, 24 de dezembro de 1952).

Luís Patriota partiu para o terceiro estágio em 21 de dezembro de 1978, aos 78 anos.

EMOÇÕES RIMADAS DE EXALTAÇÃO E SAUDADE

O poeta José Porto Filho, de acordo com registro do filho José Erasmo Porto, nas Breves notas sobre Porto Filho, produzidas em dezembro de 1990 para a segunda edição do livro, uma iniciativa da Fundação José Porto Filho, passou parte de sua mocidade em

Belém do Pará, sendo funcionário da estrada de ferro Belém-Bragança, paralelamente colaborando com a Folha do Pará e exercendo, também, o dom da oratória.

Imagem 4 – Poeta José Porto Filho.



Fonte: Filho (1990, p. 13).

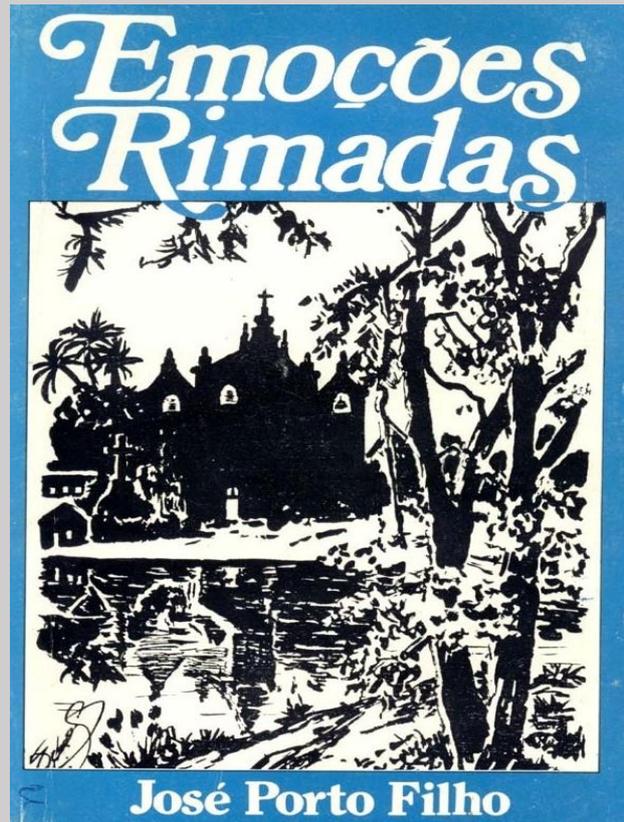
Em 1921, com trinta e quatro anos, transfere-se para Recife e, posteriormente, volta a sua terra para o exercício do ofício cartorial. Era conhecido e tinha livre trânsito entre as praias de Touros, Galinhos e Rio do Fogo, entre a vida de professor e pequeno comerciante.

Em 1932 foi nomeado prefeito de Touro pelo interventor federal no Rio Grande do Norte, à época, exercendo o mandato até fins de 1935, quando a Aliança Liberal dos seus amigos Mário Câmara e Café Filho perdeu as eleições.

Em 1934 forma-se a frente ampla denominada Aliança Nacional Libertadora – ANL, constituída em sua maioria pelos tenentes dissidentes da revolução de 1930 e que tinham como seu líder e comandante Luís Carlos Prestes. O movimento político se destacou na história como Intentona Comunista de 1935.

Porto Filho confundido como integrante da ANL e em função do desconforto político, sai de sua terra e retorna ao Recife no início do ano de 1936. Contam os mais antigos que recebeu o apoio de alguns amigos e conterrâneos, dentre eles o compadre João Penha de Sousa.

Imagem 5 – Capa do Livro Emoções Rimadas, autoria de José Porto Filho.



Fonte: Filho (1990).

Seu poema musicado *Adeus a Touros*, pág. 24, do livro *Emoções Rimadas*, retrata bem esse momento vivenciado por Porto Filho:

ADEUS A TOUROS – PORTO FILHO

*Vou partir muito tristonho
De minha terra querida...
Adeus meu doirado sonho
Meu coração, minha vida!*

ESTRIBILHO

*Adeus, ó minha esperança
Minha glória, minha luz...
Conservarte-ei na lembrança
Ó vila do Bom Jesus.*

*Minha terra, onde nasci
Por entre risos e flores...
Por ti, agora, sofri
Os mais cruéis dissabores.*

*Não te maldigo, querida
Terra do meu coração:
Tu não me abriste a ferida
De tão negra ingratidão...*

*Partir, assim, é bem triste!
É acabar com a existência...
Ai! Minha vida consiste
Em sofrer com paciência.*

*Adeus coqueiral virente
Adeus campos, adeus mares:
Vou partir saudosamente
Todo cheio de pezares!*

Prefaciando a obra de Porto Filho, Heli Leitão destaque:

Nascido em Touros, a cidadezinha riograndense do Norte que se debruça no mar ouvindo o marulhar esfuziante das vagas, olhando o mar e assistindo, como criança deslumbrada, todo o imenso entrechoque da terra com o Oceano (FILHO, 1990, p. 17-18).

Em seu Emoções Rimadas o poeta não se limita à exaltação das belezas de sua terra, mas deixa clara a sua indignação com modelos políticos que abomina, como expresso no poema *Contraste*, publicado na pág. 66 da citada obra:

CONTRASTE – PORTO FILHO

*O céu é a pátria da Constelação,
Farol celeste a projetar fulgor,
Tabernáculo de Deus onde o amor
Penetra, insonte para a salvação.*

*A terra geme na desolação;
A guerra, acesa, a semear a dor;
E aonde o paganismo ameaçador,
Tenta acabar com a Civilização.*

*Doce Jesus, com o teu poder profundo,
Não consistas que Hitler acabe o mundo,
A Gleba santa e boa em que nascemos...*

*Sei que é excelso e misericordioso,
Mas se não matas esse cão leproso,
Com as nossas próprias mãos o mataremos!*

Chega ao Recife e recebe o apoio do governador do Pará, com quem mantinha correspondência havia tempos, foi trabalhar no Fomento Agrícola em Garanhuns e mais

uma vez colabora com a imprensa local, desta vez no Garanhuns Diário e daí surge a oportunidade da edição do seu livro de poemas *Emoções Rimadas*.

Nos anos 1950 segue para o Rio de Janeiro e junta-se à família, realizando visitas de conforto a idosos e abrigos de pessoas desamparadas, além do exercício da função de diretor do Clube de Regatas Vasco da Gama.

Porto Filho morreu em março de 1958, aos 71 anos, sendo enterrado no cemitério São João Batista, bairro do Botafogo, e, posteriormente, tendo seus restos mortais transferidos para o cemitério de Santo Amaro, em Recife, por desejo de seus filhos.

E O CISCO DA PRAIA VIROU POESIA

Dos três poetas tourenses abordados nesta síntese, José Francisco de Brito confirma, mais uma vez, Belém do Pará como um forte celeiro cultural. Por outro lado, é o poeta sobre o qual temos menos informações sobre sua vida e suas relações com a sua cultura.

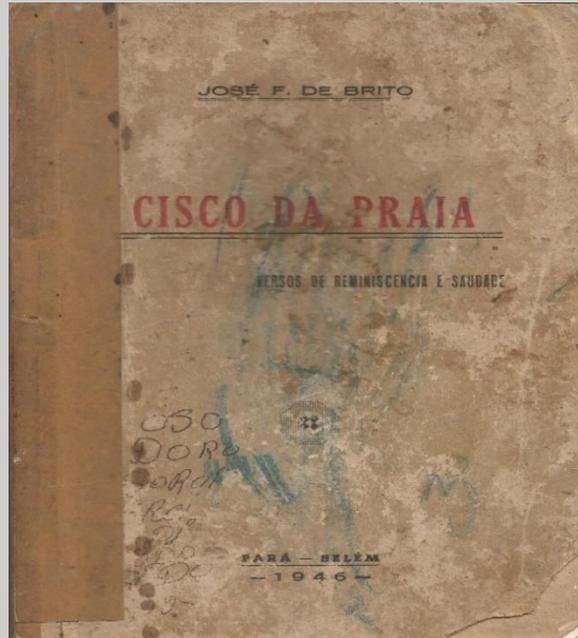
Imagem 6 – José Francisco de Brito.



Fonte: Brito (1970, p. 1946).

Seu livro *Cisco da Praia – versos de Reminiscência e Saudade*, foi publicado em 1946, em Belém do Pará, sendo a obra a única referência sobre o poeta.

Percebe-se que em grande parte o autor trata de exaltar o torrão amado como expresso nos poemas: *Onde está minh'alma*, *Touros*, *Minha Terra*, *O Mangue*, *O Jiki*, *O Tourinho*, *Farol do Calcanhar*, dentre outros.

Imagem 7 – Capa do Livro *Cisco da Praia*, autoria de José F. de Brito.

Fonte: Brito (1946).

Esse registro nos possibilita acreditar que o poeta deve ter deixado bem cedo a sua praia amada para residir em Belém, pelas razões já explicitadas. Um desses exemplos é o poema *Farol do Calcanhar*, pág. 38 da referida obra.

FAROL DO CALCANHAR – Francisco de Brito

*Ausente, não vi ainda,
O farol do Calcanhar;
Sei que fica em praia linda,
Mas nessa distância infinda...
Não o alcança o meu olhar!*

*Dizem, que a noite, o gigante,
Começa com seus lampejos;
E soberbo e triunfante
Repete, de instante a instante,
Seus reflexos benfazejos.*

*Ó gigante! ao lampejares
As águas, a terra e o ar,
Guiando nautas nos mares
Aviadores nos ares:
Vem, pois, também me guiar...*

*Não te conheço de perto,
Não te conheço de além;
Meu caminho é tão deserto!
Meu destino é tão incerto!*

Vem aclarar-me também...

*Com a fé tudo se vence,
Nunca a esperança é tardia;
Certo, a Deus isto pertence:
- Que o mais humilde tourence
Possa te vêr inda um dia!*

Ao comentar a obra literária do referido poeta, Romeu Mariz escreveu no prefácio o seguinte:

Cantou enlevado, em exaltações de justificado patriotismo regional, o burgo distante tão longe – TOUROS – o rincãozinho praiano em que sempre vive imaginando, supondo-o ainda pequenino, para logo vê-lo avultando nos modernos progressos (BRITO, 1946, p. 13-16).

No livro *Trovadores Potiguares*, lançado em 1962, Gumercindo Saraiva reúne cem modinhas de autores exclusivamente norte-rio-grandenses. Gumercindo, musicista e proprietário da saudosa Casa da Música, onde hoje funciona o Sebo Vermelho, na avenida Rio Branco, em Natal/RN, registra a presença dos poetas Luís Patriota e Porto Filho em sua obra. Nas páginas 101/103, traça uma pequena biografia do poeta Luís Patriota e publica o poema *Teus Anos*, musicado por Abel Viana.

Nas páginas 208/209 há o registro das modinhas *Galo de Campina* e *Parracho Seco*, ambas de Porto Filho.

No livro *Antologia da Canção Brasileira*, lançado em 1963, págs. 74/75, Gumercindo faz uma breve descrição da obra poética de Porto Filho e mais uma vez registra o poema/modinha *Galo de Campina*.

Percebe-se em ambas as obras, a ausência da poesia de José Francisco de Brito, o que pode ser mais uma confirmação de que o poeta tenha se transferido ainda muito jovem para a capital paraense.

Nas quatro obras citadas, Livro D'alma, Poema das Jangadas, Emoções Rimadas e Cisco da Praia, é presente a exaltação à terra praieira, por parte dos vates potiguares, confirmando a beleza singular do município de Touros, sua musicalidade e riqueza cultural.

BIBLIOGRAFIA:

BEZERRA, Ivis. *1935 – 70 anos depois*. Natal: Disponível em <http://www.dhnet.org.br/memoria/1935/livros/70anos_depois/05_ivis_bezerra_insurreicao_1935.htm>.

BRITO, José Francisco de. *Cisco da Praia*. Belém: Revista da Veterinária, 1946.

FILHO, José Porto. *Emoções Rimadas*. Natal: Gráfica Santa Maria, 1990.

GALVÃO, Cláudio. *A Desfolhar Saudades – Uma biografia de Tonheca Dantas*. Natal: Depto. Estadual de Imprensa/Gráfica Santa Maria, 1998.

PATRIOTA, Luís. Meu presente de Natal. DIÁRIO DE NATAL, 24 de dezembro de 1952.

PATRIOTA, Nelson. *Poemas Reunidos de Luís Patriota*. Natal: Federação do Comércio do RN/SESC, 2001.

SARAIVA, Gumercindo. *Trovadores Potiguaras*. São Paulo: Saraiva S.A, 1962.

_____. *Antologia da Canção Brasileira*. São Paulo: Saraiva S.A, 1963.

BRASILIAE: QUANDO TOUROS PRESENCIOU A MAIOR BATALHA NAVAL NAS ÁGUAS DO RIO GRANDE [DO NORTE]

Pedro Pinheiro de Araújo Júnior
Doutorando em História (UFRN)

INTRODUÇÃO

Entre 1624 e 1654, a historiografia estabeleceu essas três décadas como o período da dominação neerlandesa em partes do atual Nordeste brasileiro. Segundo Charles Boxer, com a união das Coroas Ibéricas, a partir de 1580, a Coroa lusa estava subjugada ao poderio da dinastia dos Habsburgo da Espanha e, conseqüentemente, o reino lusitano foi levado a envolver-se nas guerras ultramarinas em favor de seu novo monarca, com o título de Felipe I de Portugal. Como consequência, a América Portuguesa sofreu ataques e dominações dos rivais desse monarca e de seus sucessores (BOXER, 1969, p. 117-119).

Desse modo, em 1621, fundou-se na Holanda a Companhia das Índias Ocidentais, ou WIC, *West-Indie Compagnie*, com objetivos de comercializar e conquistar as terras dos atuais continentes americano e africano, sendo que seu primeiro ataque ocorreu na cidade de Salvador, em 1624, porém não conseguiram conquistar a região, só conseguindo dominar esse espaço com a conquista de Pernambuco e das capitanias vizinhas a partir de 1630 (MELLO, 2007, p. 20; p. 262).

Segundo a historiadora Patricia Seed, os holandeses não tinham uma cerimônia oficial de posse das terras conquistadas, porém, as permissões holandesas que garantiam o direito de comerciar ou organizar um assentamento exigiam a capacidade de ler dos militares graduados envolvidos na conquista. Ainda segundo a autora, “as descrições por escrito e os mapas exigiam a habilidade de usar lápis ou tinta” (SEED, 1999, p. 250).

Assim, o ato de escrever sobre os espaços conquistados era uma prática nas tentativas de apropriarem-se do território em nome da Companhia das Índias Ocidentais, por isso, existe uma quantidade considerável de cronistas neerlandeses que descrevem esses espaços coloniais da Capitania do Rio Grande. Um dos primeiros registros foi realizado em 20 de março de 1628 pelo notário Kilian de Renselaer ao contatar indígenas Potiguara na costa do Brasil. Segundo o documento, traduzido para o francês no início do século passado e publicado pela Biblioteca Nacional, os seis indígenas citados eram Gaspar Paraupaba e André Francisco do Ceará, além de Pedro Poti, Antônio Guirawassauay, Antônio Francisco e Luís Gaspar, da Baía da Traição. Todos eram

Potiguaras e estavam repassando as informações para os neerlandeses sobre a costa setentrional do Brasil (GERRITSZ, 1907[1628], p. 171).

No relatório, aparecem os topônimos dos ancoradouros, praias e rios do litoral do Rio Grande. Em muitos deles, a grafia da localidade permaneceu até o tempo presente, dentre eles, encontramos Curimataú, Pirangi ou Porto de Búzios, Guaraíras, Potengi, Siara [Ceará-Mirim], Piracabuba [Praia de Caraúbas], Pecutinga [Pititinga], Uguasu [Porto de Touros], Raasay [entre as praias de Caiçara e Galinhos] e Guamaré. Sendo essas seis últimas citadas sem a presença de portugueses, com bom ancoradouro e com água doce. Possivelmente, as informações foram prestadas para os emissários da WIC para estes ampliarem seus conhecimentos sobre essas áreas costeiras, como no melhor desembarque de tropas nos futuros ataques à costa do Estado do Brasil nesse contexto de tentativa de apropriação do território sul-americano.

Dois anos antes da conquista do Rio Grande pela WIC, embarcaram em outubro de 1631, no iate *Nieuw-Nederlandt*, vindos do Recife, o comandante Albert Smient, o capitão Joost Closter e o português Samuel Conchin acompanhados de indígenas aliados oriundos do Rio Grande, entre eles o “tapuio Marciliano”. A tripulação rumou para as praias da capitania do Rio Grande em busca de realizar novas alianças com os tapuias¹. Um dos desembarques ocorreu em 10 de novembro, em *Ubranduba*, atual Ponta de Santo Cristo, município de São Miguel do Gostoso.

Após o desembarque, nas caminhadas realizadas à noite, encontraram o português João Pereira, seguido por 25 indígenas, sendo 8 homens e 17 mulheres e crianças que acompanhavam o luso na marcha entre o Ceará e o Rio Grande. No documento, não se sabe se esses indígenas eram Potiguaras ou Tapuias, se eram escravizados ou se estavam em marcha pelas alianças estabelecidas com os portugueses. No entanto, os indígenas aliados dos neerlandeses mataram João Pereira, que trazia consigo documentos considerados importantes sobre a capitania do Ceará e que foram confiscados pelos agentes da WIC e encaminhados para o Recife.

Nesses referidos casos, são demonstradas as dificuldades encontradas pelos cronistas europeus em percorrer grandes distâncias pelas praias da costa leste-oeste do Estado do Brasil. Para a realização de tal empreitada, eram necessários recursos e alianças com os grupos indígenas locais, esses que, pelas suas experiências nesses espaços,

¹ O relato dessa expedição foi traduzido pelo historiador Alfredo de Carvalho, que o publicou em um dos volumes da *Revista do IHGRN*, em 1906. O documento original é intitulado de *Brieven en Papierenuit Brasilie* e faz parte dos volumes de documentos raros do período holandês custodiados, segundo o autor, pelo IAHGP (CARVALHO, 1906, p. 117-120).

indicavam e ensinavam os melhores caminhos e denominavam os topônimos que eram mantidos, na maioria das vezes, pelos colonos europeus. Com isso, a experiência do caminhar e navegar pelas costas do Rio Grande pode ter contribuído para a construção do conhecimento desses europeus, tanto neerlandeses como portugueses, sobre esses espaços que ambicionavam expandir as suas conquistas para além da Cidade do Natal.

Nesse contexto, a Capitania do Rio Grande foi tomada por tropas neerlandesas em 1633. Segundo Câmara Cascudo, a expedição saiu em 5 de dezembro de 1633 do Recife com 11 navios e 808 soldados da WIC, que dominaram Natal e a Fortaleza dos Reis Magos. Com a conquista da cabeça da capitania e dos seus arredores, mudaram o nome da fortaleza para Castelo de Keulen e a cidade tornou-se “Amsterdã”, mas, segundo o autor, o nome não logrou popularidade entre os próprios flamengos, desse modo, a capitania esteve sob domínio neerlandês entre 1633 e 1654 (CASCUDO, 1984, p. 63-66).

É nesse processo de conquista das capitanias do norte do Brasil que cresceu a produção de diversos mapas e cartas da costa do Brasil produzidos pela escola cartográfica neerlandesa, como veremos a seguir.

A CARTOGRAFIA NEERLANDESA

O historiador português Jaime Cortesão publicou as primeiras análises sobre a cartografia e os estilos de cada escola cartográfica europeia nos séculos XVI e XVII. No tocante à escola cartográfica neerlandesa, o autor informa que era uma oposição à escola portuguesa. Enquanto esta última era de caráter estatal, as produções patrocinadas pela WIC eram de iniciativa particular e mercantil.

Em relação às outras produções cartográficas do velho continente, as produções neerlandesas primavam pela parte decorativa, exemplo disso é que as cartas do continente americano “valem muito mais como obras de arte do que como documentos singulares para o conhecimento da história da geografia”. Os atlas produzidos na Holanda no século XVII pertenciam às famílias de cartógrafos, como a família Jansson, Hondius e Blaeu. Estes editaram os melhores e mais refinados atlas, em vários volumes e distribuídos em várias línguas. Essa cartografia neerlandesa pôde distribuir-se por famílias que, durante gerações sucessivas, transmitiram os seus nomes às respectivas casas editoras (CORTESÃO, 1965, p.15).

Neste trabalho, analisaremos um mapa, produzido pela escola cartográfica neerlandesa, que apresenta a versão da vitória das frotas da WIC sob o comando do almirante neerlandês Willem Cornelisz Loos sobre as forças navais luso-espanholas em

1640, ocorrida entre a costa das capitanias de Pernambuco e Rio Grande. O documento foi produzido em Amsterdã por Cornelis Dankertsz no mesmo ano com o título *Eygentlyke Afbeeldinge van de Cust tusschen C. S. Augustyn ende Rio Grande in Westijndien*, sendo a cópia do mesmo documento de 1884. Ela está custodiada pela Biblioteca Nacional do Brasil e disponível no sítio da mesma instituição.

A BATALHA NAVAL DE 1640 E A PRODUÇÃO DE CORNELIS DANKERTSZ

No final da década de 1630, uma contraofensiva foi articulada entre as forças militares e navais das Coroas Ibéricas com o objetivo de retomar os territórios dominados pelas tropas neerlandeses no Brasil e repelir essas frotas no Atlântico Sul. A investida foi articulada quando, em abril de 1638, Maurício de Nassau tinha ordenado um ataque à cidade de Salvador. O cerco durou em torno de um mês, finalizando sem a conquista da cidade, mas com assaltos e destruições nos arrabaldes da Bahia e retorno das tropas da WIC para o Recife.

A liderança da grande esquadra luso-espanhola ficou a cargo de D. Fernandes Mascarenhas, o Conde da Torre. Segundo o pesquisador Armando Saturnino Monteiro, ocorreram quatro batalhas navais entre a costa de Pernambuco e Rio Grande, e o último conflito entre essas forças navais ocorreu nas imediações de Baía Formosa, em 17 de janeiro de 1640.

A história da batalha foi representada cartograficamente em Amsterdã por Cornelis Dankertsz. Possivelmente, diversas cópias foram produzidas para um público ávido em ter acesso às informações sobre a Nova Holanda e quais foram os novos feitos da WIC nos mares do sul. No documento, as posições das figuras, as siglas e o texto sugerem a vitória das forças navais do almirante neerlandês Willem Cornelisz Loos sobre as frotas comandadas pelo Conde da Torre no desfecho no mar do Rio Grande, como se observa na Figura 1 a seguir.

Figura 1 – Batalha naval de 1640 sob a perspectiva do gravador Cornelis Dankertsz.



Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL. *Eigentlyke afbeeldinge van de cuyt tunchen C. S. Augustyn onde Rio Grande in Westindien, 1640. Amsterdã.*

A imagem apresenta duas ações, a primeira, em primeiro plano, resume as quatro batalhas ocorridas entre os dias 12 e 17 de janeiro de 1640. No centro da reprodução, com o título *Brasiliae*, está um segundo quadro, com a quase totalidade da costa do Brasil e o resultado da batalha, com a suposta derrota do Conde da Torre, com as embarcações sob seu comando seguindo rotas de fuga após o desembarque no Porto do Touro [atual praia de Touros, Rio Grande do Norte].

Como foi dito anteriormente, a referida batalha teve entre seus resultados o desembarque do mestre de campo Luís Barbalho Bezerra nas imediações do Porto do Touro. O conflito pode ser considerado como o último envolvendo a união de forças militares de Portugal e Espanha na América portuguesa. No entanto, na imagem produzida nas oficinas de Amsterdã, não é apresentada a marcha realizada por Luís Barbalho e sua tropa pelas cercanias do Rio Grande. Podemos supor que a informação foi omissa para o público das Províncias Unidas com objetivo de favorecer o discurso da vitória das forças da WIC sobre a frota luso-espanhola.

Figura 2 – Detalhe do mapa de C. Dankerts sobre os dois primeiros dias de batalha.



Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL. *Eygentlyke afbeeling van de cuft tunchen C. S. Augustyn onde Rio Grande in Westindien, 1640. Amsterdã.*

Na parte inferior à esquerda do mapa maior, existe uma legenda explicativa apresentando os momentos decisivos do conflito com o título *verklaringe der lettere*. Na legenda das letras A, B e C são descritos os primeiros movimentos da batalha naval. Observe na Figura 2 a ilustração das informações apresentadas no mapa de Dankerts. Na letra A, a frota luso-espanhola tinha 60 navios e fez o primeiro confronto contra as forças da WIC em 12 de janeiro de 1640, entre a costa de Itamaracá e Paraíba. Na descrição B, valoriza o contra-ataque das forças do almirante Willem Cornelisz Loos. Os navios sob seu comando estão atacando a frota inimiga, como se observa as fumaças expelidas pelos canhões dos navios, como se ocorresse um ataque surpresa no flanco esquerdo da frota encabeçada pelo Conde da Torre.

No item C, conforme se observa na Figura 2, ocorreu o naufrágio do navio da WIC, *Geele Son*, cercado pelas embarcações inimigas. A quantidade de navios em forma de círculo em posição de ataque e as fumaças dos canhões na cena sugerem uma primeira derrota no dia 13 de janeiro. Possivelmente, a segunda batalha ocorreu nas proximidades de Cabo Branco, na Paraíba, onde a dita embarcação foi destruída pelos galeões luso-espanhóis, ocasionando as mortes do Capitão Mortamer e mais 44 marinheiros. O piloto e mais 34 militares conseguiram abandonar o navio numa chalupa antes do naufrágio².

² O *Geele Son* era um navio integrante da armada da WIC que invadiu Pernambuco em 1630. Na época, tinha 200 toneladas, era composta por 22 armamentos de ferro e mais 2 de bronze, com uma tripulação de 54 marinheiros e mais 100 indivíduos da “gente de guerra”. Seu comandante foi Pieter Dircks (SILVA JÚNIOR, 2019).

Os embates finais da batalha naval ocorreram na costa do Rio Grande. As legendas D, E e F descrevem a reviravolta das forças da WIC e o desespero dos oficiais e marinheiros da armada luso-espanhola diante da derrota eminente, como se observa na Figura 3. No item D, nas imediações das praias da Ponta da Pipa e Tabatinga, na legenda, foi descrito que um vice-almirante da Espanha foi cercado e depois preso sob o ataque de um contra-almirante neerlandês que, na sequência, sequestrou a embarcação da armada felipina contendo 34 peças de metal e prendeu 300 marinheiros luso-espanhóis.

Figura 3 – Detalhe do mapa de C. Dankerts, na batalha naval no Rio Grande.



Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL. *Eygentlyke afbeeling van de cuft tunchen C. S. Augustyn onde Rio Grande in Westindien, 1640. Amsterdã.*

Desse modo, nos relatos dos cronistas do lado neerlandês, são descritas as enormes baixas de espanhóis e portugueses “afogados no decorrer do confronto marítimo”. Por exemplo, são valorizadas as vantagens dos navios da Companhia sobre a frota felipina por causa do pequeno porte das embarcações. Desse modo, levavam grande vantagem sobre os galeões, estes, pelo seu tamanho, não dispunham de facilidade de movimento. Nesse relato a seguir, foi descrito, por exemplo, como ocorreu o domínio do navio espanhol nas imediações da praia da Pipa: “Além do mais, por terem muitas altas as bordas, a maior parte de suas balas passavam por cima das cabeças de nossos marujos. Fizemos nesse dia 230 prisioneiros, entre os quais o Capitão [Antônio da Cunha]

Andrada”. Segundo as informações pesquisadas por Pieter Marinus Nietscher, o Conde Maurício enviou o comandante português à Holanda e solicitou aos Estados Gerais a prisão deste em Haia devido ao referido oficial ser “um bravo capitão que nos podia ainda causar muito mal”. Em 16 de agosto de 1640, o comandante Andrada foi solto e enviado para residir na Ilha Terceira (NETSCHER, 1942[1873], p. 183; p. 282-283).

Continuando os dados descritos na legenda, os itens E e F demonstram o desfecho da batalha no dia 17 de janeiro, dia de intenso bombardeio para ambos os lados. Na imagem da Figura 3, as embarcações estão no sentido norte, rumando para além do rio Potengi. Segundo Victor Ferreira, nas iconografias das embarcações, as bandeiras nos mastros e nas popas indicavam posição de combate, os almirantes e vice-almirantes e mesmo a orientação tática de um ataque (FERREIRA, 2019, p. 87).

É possível, desse modo, analisar as iconografias inseridas nas bandeiras pelo artista neerlandês. Por exemplo, algumas das naus e galeões retratados têm nas suas bandeiras de mastro a inscrição com o formato de “X”, indicando serem navios da armada do rei Felipe IV da Espanha. Pois, nesse modelo, indicam o símbolo da Bandeira Cruz de Borgonha, comumente utilizada como insígnia naval dos navios dos reis de Espanha³. Nesse momento da cena, as naus ibéricas são cercadas e forçadas rumo para o norte da costa do Rio Grande.

Nos itens F e H, a legenda descreve que os espanhóis fugiram para as Índias Ocidentais, porém, algumas das suas embarcações ficaram à deriva ou encalhadas nos baixios de São Roque, quando, por fim, a frota luso-espanhola foi desbarata dos domínios marítimos da WIC, detalhe na Figura 4. Nesta última imagem são revelados alguns topônimos comuns da costa do Rio Grande, como B. Formoso, P. Negro, Rio Granda, R. Siara [Ceará-Mirim] e R. Ycacatiara Marqua [Praia do Marco]. O termo “marqua” ou “marquo antigo” é descrito nos mapas europeus desde o século XVI para se referir ao histórico marco de posse português, comumente conhecido pela historiografia como o Marco de Posse de Touros, posto pelos primeiros exploradores lusitanos em agosto de 1501. Sobre os baixios de São Roque e sua importância na história da cartográfica marítima no Rio Grande do Norte, indicamos a leitura da dissertação deste autor, com o título: *“Não é terra de préstimo e nunca foi povoada”: a territorialização dos sertões do Cabo de São Roque (1500-1719)*.

³ O historiador Victor Ferreira, analisa uma pintura de Bartholomeus van Bassen, em que são apresentados em Haia, os estandartes tomados em batalha. Dentre eles são identificadas as bandeiras das coroas portuguesa e espanhola, como a cruz de Borgonha, “muitas delas rasgadas; lembranças da cólera dos conflitos” (FERREIRA, 2019, p.102).

Por fim, na imagem da Figura 4, junto ao item H, apresenta-se a retirada da armada ibérica pelo canal de São Roque, com o formato de triângulo obtuso no mar. Perceba que as três últimas embarcações ainda atiravam com os seus canhões contra as forças do Conde da Torre. Era o sinal de vitória para o público que acompanhou os impressos sobre a batalha em 1640. Para os investidores neerlandeses, era a garantia da manutenção dos interesses mercantis da Companhia na Nova Holanda.

Figura 4 – Detalhe do mapa de Dankerts, a passagem pelo canal de São Roque. A retirada das forças navais sob o comando do Conde da Torre.



Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL. *Eygentlyke afbeeling van de cuft tunchen C. S. Augustyn onde Rio Grande in Westindien, 1640. Amsterdã.*

Corroborando com esses fatos, anos mais tarde, Gaspar Barléu descreveu que, após a batalha naval, “a esquadra lusa sofreu tamanho destroço que julgou necessário bater em retirada, refugiando-se nos escolhos chamados Baixios de S. Roque”. Segundo ainda o relato, um dos iates da WIC, seguindo à distância os espanhóis, “trouxo a notícia de terem eles ancorado perto dos baixios já mencionado, a 15 léguas ao norte do Rio Grande, junto ao rio *Utetugo*[], onde saíram a fazer aguada” (BARLEU, 1940[1647], p. 178-181).

Na mesma medida, no relato analisado por Netscher, descreve que “o vice-almirante Huyghens atacou o Conde da Torre com tal ímpeto que este, aproveitando-se do vento sueste, bateu em retirada com toda sua frota, refugiando-se por trás do cabo de São Roque”. Na mesma narrativa, descreve-se os infortúnios dos luso-espanhóis nas

praias do Rio Grande, quando “muitos dos tripulantes morreram de fome e de sede, enquanto outros eram sepultados no fundo do oceano com os seus galeões atingidos pelas nossas balas”. Netscher descreve ainda que embora a batalha não tivesse resultados definitivos, os neerlandeses foram auxiliados pelos ventos, com a frota da WIC retornando ao Recife em 1º de fevereiro do mesmo ano com apenas dois navios naufragados e 106 vítimas, entre mortos e feridos (NETSCHER, 1942, p. 182-185).

Voltando sobre os conflitos no Rio Grande em 1640, alguns dos personagens envolvidos nos eventos, Maurício de Nassau, Luís Barbalho Bezerra e o Conde da Torre, escreveram no mesmo ano cartas endereçadas a diversas autoridades de suas respectivas metrópoles. Maurício de Nassau escreveu uma carta para o conselho da Companhia, dando conta dos infortúnios do início do ano de 1640. No texto, informa que parte da tropa que desembarcou no Porto do Touro era composta pelos terços do Felipe Camarão e de Henrique Dias. No primeiro confronto, nos arrabaldes do rio Potengi, toparam com os inimigos neerlandeses e seus aliados tapuias. Na época, o comandante do Forte Ceulen [Fortaleza dos Reis Magos] era George Garstman⁴. Este, após os embates, acabou preso e perdeu mais de 60 homens diante da ofensiva das tropas ibéricas, além disso, os seus aliados indígenas fugiram para outras paragens diante dos ataques (NASSAU, 1895 [1640], p. 27).

Ao mesmo tempo, o Conde da Torre, nas cartas que ele repassou para autoridades das Coroas Ibéricas em 1640, afirmou que o exército realizou “aguada” próximo aos baixios de São Roque, no rio do Touro. Em outro momento do texto, descreveu que o desembarque foi próximo a Ceará-Mirim,

[...] ou rio Toro por outro nome, com todos os navios das duas armadas de Portugal e Castela sem aver perdido nenhũ, avendo roto a armada de Olanda, que hera tudo o que podiamos dezejar, ordeney ao mestre de campo Luis Barbalho que com 1.500 homens saltase en terra” (SALVADOR; MIRANDA, 2001, p. 452).

Por fim, o mestre de campo Luís Barbalho Bezerra também elaborou um relato, *Nas Carta do 1º Conde da Torre*, informando que aportou no Porto do Touro com 1.430 homens. Destes, 300 eram das ilhas da Madeira e dos Açores. As tropas marcharam na volta do Rio Grande [Potengi], onde estavam os moradores recolhidos em casas-fortes.

⁴ George Gartsman foi por longos anos comandante do Castelo Ceulen e era casado com uma mulher da terra. Em torno de 1646, tinha a patente militar de tenente-major e estava preso por ser o mandante do assassinato de Jacob Rabbi, que na época era comandante dos tapuias no Rio Grande (TEENSMA; MIRANDA; XAVIER, 2016, p. 61-62).

Segundo ele, as tropas ibéricas atacaram 70 holandeses e 500 tapuias, aprisionaram o capitão [George Garstman] e um alferes da WIC. Em seguida, marcharam para o engenho Cunhaú, saqueando as cargas de açúcar, carne e farinha para as suas tropas e seguiram para as cabeceiras do rio Paraíba. Por fim, as tropas seguiram pelos caminhos do sertão até atravessar o rio São Francisco e chegar ao destino, em Salvador (BEZERRA, 2001[1640], p. 488).

Pela mobilidade das tropas da marcha de Luís Barbalho, que andou pelos sertões do Estado do Brasil entre janeiro e março de 1640, podemos entender como foram organizados esses grupos militares, como também podemos perceber as dificuldades encontradas para fornecimentos de alimentos para uma tropa tão numerosa. Se utilizarmos a percepção de Luís Mendes de Vasconcelos, teremos a visualização da marcha do referido mestre de campo, organizada com seus mais de 1.300 soldados, perfazendo duas grandes fileiras com em torno de 650 soldados, sendo cada uma delas com aproximadamente três quilômetros de extensão, formando grandes colunas militares que experienciaram esses sertões litorâneos⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Cartografia Histórica é um instrumento importante para o historiador analisar as fontes cartográficas de um determinado espaço. Nela, podem ser observadas diferentes informações que, às vezes, não são encontradas nos relatos orais ou nas fontes escritas tanto em documentos oficiais, eclesiásticos ou em diários pessoais. O mapa de Cornelius Dankerts possibilitou diversas interpretações sobre os conflitos navais e políticos envolvendo duas potências europeias no século XVII.

Desse modo, podemos estabelecer também que a partir dos escritos sobre a Batalha Naval de 1640 levou-se ao surgimento do topônimo “Porto do Touro” e esse termo foi utilizado pela historiografia clássica do Rio Grande do Norte como a principal referência toponímica no processo de colonização no litoral norte do Rio Grande, em fins do século XVII.

Portanto, as evidências dos textos dos cronistas do período colonial podem ser consideradas também na medida em que indicam que o topônimo já existia ao norte da cidade do Natal desde meados do século XVII. Uma das primeiras publicações que

⁵ Sobre esse conceito, ler o artigo: FERREIRA, Jerusa Pires. Um longe perto: Os segredos do sertão da terra. *Léguas & meia: Revista de literatura e diversidade cultural*, Feira de Santana, UEFS, v. 3, n. 2, p. 25-39, 2004.

descrevem esse topônimo foi lançada no ano de 1679, em Portugal, pelo Frei Raphael de Jesus. Ao descrever os conflitos entre luso-brasileiros e neerlandeses durante os anos de 1640 e 1654, indicou a toponímia “Porto do Touro”:

[...] proposerão ao general da armada a necessidade do socorro com requerimento que os deixasse em terra em qualquer porto daquela costa, donde podessem marchar pelo certão para a Bahia. Instava a importância, e no porto do Touro, catorze léguas do Rio Grande para o norte, deixou a armada ao mestre de campo Luiz Barbalho com mil trezentos infantes, e ao Camarão e Henrique Dias com a sua gente[...] Parte d’ um deserto era o porto onde a armada deitou a Luiz Barbalho com a sua gente, sem mais viveres que os cada soldado podia trazer em sua mochila [...] (JESUS, 1844[1679], p. 142).

O historiador José Antônio Gonsalves de Mello supõe que o Frei Rafael de Jesus se utilizou de informações do livro *História da Guerra de Pernambuco*, de Diogo Lopes Santiago, para criação da obra *Castrioto Lusitano*. O frei era pregador beneditino e Dom Abade do Monastério de São Bento de Lisboa e nunca esteve no Brasil (MELLO, 1986, p. 124-126). Ao analisar essa fonte, o cronista beneditino apresenta os sertões do Porto do Touro como um deserto, entendemos como sendo um local despovoado, mas seria um deserto de colonos ou de indígenas?

Podemos supor, através das fontes e da historiografia, que esse desembarque ocorreu no Porto do Touro por ser o melhor ancoradouro das imediações do Canal de São Roque, tornando-se a principal referência geográfica para a demarcação das sesmarias nesse litoral, como também foi topônimo estratégico para a cartografia e navegação entre o sul e o norte do Brasil e um dos principais ancoradouros do período colonial da costa do Rio Grande.

Ademais, com a Cartografia Histórica, percebemos as transformações dos topônimos do espaço em estudo no decorrer do seiscentos. Principalmente no tocante à importância do Porto do Touro quando esse local ganhou evidência para designar essa região em meados do século XVII.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO JÚNIOR, Pedro Pinheiro de. “*Não é terra de préstimos e nunca foi povoada*”: a territorialização dos sertões do Cabo de São Roque (1500-1719). 185f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

BRANCO, José Moreira Brandão Castelo. O Rio Grande do Norte na Cartografia do século XVI. *Revista do IHGRN*, Natal, v. 45-47, p. 21-50, 1950.

BRANCO, José Moreira Brandão Castelo. O Rio Grande do Norte na Cartografia do século XVII. *Revista do IHGRN*, Natal, v. 48-49, p. 27-68, 1952.

BOXER, Charles R. *O Império Colonial Português (1415-1825)*. São Paulo: Martins Fontes, 1969.

BOXER, Charles R. *The dutch in Brazil (1624-1654)*. Oxford: Clarendon Press Reprinted, 1973.

CARVALHO, Alfredo. Os holandeses no Rio Grande do Norte (1625-1654) – Em face de documentos inéditos. *Revista do IHGRN*, v. 4, n. 1, p. 117-139, jan. 1906.

CARVALHO, Alfredo. Um intérprete dos Tapuios. *Revista do IAHGPE*, v. 14. Recife: Typographia do Jornal do Recife, p. 657- 667, 1909.

CARVALHO, João Renôr Ferreira de. *Ação e presença dos portugueses na costa norte do Brasil no século XVII*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2014.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia do Brasil Holandês*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1984.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Nomes da Terra: Geografia, História e Toponímia do Rio Grande do Norte*. Natal: Sebo Vermelho, 2002 [1968].

COSTA, Antônio Gilberto (org.). *Roteiro prático de cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos Velhos Mapas*. Tomo I. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1965.

CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos Velhos Mapas*. Tomo II. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1965.

FERREIRA, Victor Bertocchi. *O Pincel de Marte: as representações pictóricas da guerra entre neerlandeses e ibéricos no Atlântico (1621-1669)*. 332f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Departamento de História, São Paulo, 2019.

GUEDES, Max Justo. Introdução. In: COSTA, Antônio Gilberto (org.). *Roteiro prático de cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

LYRA, Augusto Tavares. *História do Rio Grande do Norte*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012[1921].

LOPES, Fátima Martins. *Índios, Colonos e Missionários na Colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*. Natal: IHGRN, 2003 (Prêmio Janduí/Potiguaçu).

MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Os Holandeses na Capitania do Rio Grande*. Natal: IHGRN, 2010 [1998]. Edição fac-similar.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste (1630-1654)*. São Paulo: Editora 34, 2007.

MELLO, José Antônio Gonsalves. *Estudos Pernambucanos: Crítica e problemas de algumas fontes da História de Pernambuco*. Recife: FUNDARPE, 1986. (Coleção Pernambucana – 2ª fase, v. 23).

MELLO, José Antônio Gonsalves. O domínio holandês na Bahia e no Nordeste. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *A Época Colonial: do descobrimento à expansão territorial*. v.1, t.1, 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2007, p. 260-280. (História Geral da Civilização Brasileira).

MONTEIRO, Armando da Silva Saturnino. *Batalhas e combates da Marinha Portuguesa (1626-1668)*, v. 6. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1995.

POMBO, José Francisco da Rocha. *História do Estado do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1922.

SEED, Patricia. *Cerimônias de Posse na Conquista Europeia do Novo Mundo (1492-1640)*. São Paulo: UNESP, 1999.

SILVA JÚNIOR, Manuel Silvestre da. “*Um povo criado para a vida de marinheiro*”: navegação e cotidiano dos homens do mar da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1644). 169f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

WATJEN, Hermann. *O Domínio Colonial Holandês no Brasil: um capítulo da história colonial do século XVII*. Tradução de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. (Biblioteca Pedagógica Brasileira).

TEENSMA, Benjamin Nicolas; MIRANDA, Bruno Romero Ferreira; XAVIER, Lucia Furquim Werneck (org.). *Peter Hansen Hajstrup: Viagem ao Brasil (1644-1654)*. Recife: CEPE, 2016.

FONTES IMPRESSAS

BARLEU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo Joao Maurício Conde de Nassau*. Tradução de Cláudio Brandão. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1940[1647].

BEZERRA, Luis Barbalho. Carta a Dom Vasquo Mascarenhas. In: SALVADOR, J. P.; MIRANDA, S. M. *Cartas do 1.º Conde da Torre*, v. 1. Lisboa: Texttype, 2001, p. 481-493. (Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses).

DANCKERTS, Cornelis. *Eygentlyke afbeeling van de cuft tunchen C. S. Augustyn onde Rio Grande in Westindien*. Amsterdam [Países Baixos]: by Cornelis Dankertz, 1640. 1 mapa, 33 x22,5cm em f. 27,5 x35. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart527455/cart527455.html. Acesso em: 12 nov. 2021.

GERRITSZ, Hessel. Journaux et nouvelles tirées de la bouche de marins hollandais et portugais de la navigation aux Antilles et sur les cotes du Brésil, [Manuscrit de Hessel Gerritsz traduit pour la Bibliothèque Nationale de Rio de Janeiro par E. J. Bondam]. In: *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, V. 29 [XXIX]. Rio de Janeiro: Oficina de Artes Gráficas da Biblioteca Nacional, 1909, p. 97-179.

JESUS, Raphael de. *Castrioto Lusitano*. Paris: J. P. AFLLAUD, 1844 [1679].

NASSAU, Maurício de. *Batalha naval de 1640 e outras peripécias da guerra holandesa no Brasil*. Revista trimestral do Instituto Histórico e Geografico Brasileiro. Tomo LVIII. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1895.

NETSCHER, Pieter Marinus. *Os holandeses no Brasil: Notícia histórica dos Países Baixos e do Brasil no século XVII*. Tradução de Mario Sette. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942[1873].

QUINTELLA, Ignácio da Costa. *Annaes da Marinha Portugueza*. Tomo 2. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1840.

RODRIGUEZ, Nicolas. *Svcessos de la Armada que fve al Brasil, y el largo viage que tuuieron por tierra. Dase cuenta de los encuêtros que tuuieron con el Olandes [...]*. Publicado em Sevilha por Nicolas Rodriguez [1640]. Brasiliana: Biblioteca Nacional. Coleção de livros sobre o Brasil.

SALVADOR, J. P.; MIRANDA, S. M. *Cartas do 1.º Conde da Torre*, v. 1. Lisboa: Textype, 2001 (Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses).

ASPECTOS CULTURAIS DO DISTRITO DE BOQUEIRÃO (TOUROS-RN)

Talia Cristina Ferreira

Pós-graduanda em Psicopedagogia (UNP)

INTRODUÇÃO

O distrito de Boqueirão está localizado a cerca de 15,1 km da sede do município Touros-RN e sua comunidade possui aproximadamente 1.831 habitantes. Destaca-se por ser bastante conhecida na região devido ao seu notável monumento natural, a lagoa. Trazendo seus mistérios que passam as suas margens, a lagoa é a riqueza da comunidade, uma vez que os moradores retiram o seu sustento através dela por meio da pesca e da agricultura.

Outrora, o distrito era conhecido como “povoado de Boqueirão”, tendo como uma das hipóteses da origem do termo, contadas pelos moradores, a de que o nome se deu “Boqueirão” porque haviam na comunidade muitos buracos na estrada que tinham formatos de uma boca. No entanto, a hipótese mais aceita é a de que a origem do nome “Boqueirão” significa grande boca de um canal ou rio.

Fotografia 1 – Lagoa do Boqueirão.



Fonte: Acervo da autora.

Existiam no povoado de Boqueirão poucas famílias, cerca de 20 a 22 pessoas, onde os primeiros moradores se chamavam José Gomes da Silva (vulgo Zeca Gomes), Zé Guilherme e Luiz Gomes de Oliveira. Um relato curioso sobre as origens da comunidade, diz respeito a chegada de José Gomes no povoado, pois, segundo informações, o povoado já existia há 35 anos.

Luiz Gomes era um grande proprietário de terras na comunidade, pai da professora “Nazinha”, que foi a primeira professora da comunidade. A referida professora levava as crianças para dar aula em sua casa, mas o número de alunos foi crescendo e a sua casa não comportava essa grande quantidade, então seu pai Luiz Gomes fez a doação de um pedaço de terra para a construção da primeira escola na comunidade, que hoje carrega seu nome em sua homenagem.

A comunidade também ficou muito conhecida por ser uma rota de tropeiro que vinha do sertão em busca do litoral, onde a parada obrigatória era a lagoa, pois eles precisavam de água para beber e saciar a sede dos burros que levavam a carga.

TIPICIDADE DE BOQUEIRÃO – FESTAS

Quadrilha junina: É um estilo de dança folclórica coletiva muito popular. Essa dança de teor caipira é típica das festas juninas que acontecem nos meses de junho e julho. Protagonistas - noivos, rei, rainha do milho e o padre.

Drama: Apresentado em forma de teatro, onde a principal história era o casamento. Personagens - dom Jorge, matuto, noivo, noiva, padre, juiz, delegado e o ladrão.

Capelinha: Constitui-se como uma espécie de folguedo junino, tipo pastoril que acontece na noite de São João, que significa "reunião de foliões durante a festa do São João".

Trajes - calça, camisa xadrez, chapéu de palha, saia rodada.

Música:

*Capelinha de melão é de São João
É de cravo é de rosa é de manjeriço
São João está dormindo não acorda não,
Acordai, acordai São João.*

Pastoril: É uma manifestação cultural na qual os participantes são divididos por 2 cordões, o azul e o vermelho (encarnado).

Personagens - Diana, mestra, contra mestra, belo anjo, o velho e as pastorinhas.

LENDAS DA COMUNIDADE

Jiboia: Conhecida como a jiboia da lagoa, tinha cerca de 5 metros e possuía 2 chifres na cabeça. Segundo a lenda, quando era noite ela saía para fora das margens e se transformava em uma mulher toda de branco.

O Dono da Lagoa: Era um homem charmoso, alto de cabelos pretos que se vestia todo de branco com o chapéu de marinheiro e todas as madrugadas costumava passear em seu barco no meio da lagoa vigiando a lagoa.

Fogo do Batatão: No imaginário popular, trata-se de uma bola de fogo que costumava aparecer nas madrugadas nas plantações, diz a lenda que o fogo do Batatão é um protesto das pessoas, quando se aproximava da bola de fogo, ela costumava a se aproximar e se distanciar rapidamente, quando os proprietários não cuidam da terra de maneira correta ela queimava toda sua plantação.

Mãe d'água: Uma moça com cabelos longos e que tinha uma calda, costumava aparecer aos pescadores. Ela joga o encanto que era o seu canto e assim levava para o fundo da lagoa.

RELIGIOSIDADE

O distrito de Boqueirão tem como padroeiro São João Batista. Os festejos acontecem no período de 13 a 23 de junho, ocorrem celebrações com “noiteiros”, padrinhos e afilhados de altar de São João Batista. Existem as barraquinhas onde se vendem comidas típicas, como (milho, bolos, salgadinhos, etc.).

No último dia da festa (23 de junho), tem-se a chamada “barraca com o leilão” e a tradicional festa de São João - com as bandas de forró da região. Entretanto, nem sempre o padroeiro foi São João Batista, antes era São Francisco, porém, quando as irmãs franciscanas vindas da Alemanha chegaram no município, ficando responsáveis pelos

festejos das comunidades, tiveram a ideia de mudar o nome do padroeiro, uma vez que toda a comunidade começava os festejos no mês de junho e terminava no dia de São João, por esse motivo, ficou como padroeiro São João Batista. Na comunidade existem 03 capelas: São João Batista; São Francisco e a Capelinha que fica próxima ao cemitério da comunidade.

Fotografia 2 – Capelinha próxima ao cemitério do distrito de Boqueirão.



Fonte: Acervo da autora.

Fotografia 3 – Capela dedicada a São João Batista, atual padroeiro da comunidade católica local.



Fonte: Acervo da autora.

Fotografia 4 – Capela em homenagem a São Francisco, antigo padroeiro da comunidade católica local.



Fonte: Acervo da autora.

